

ANEXO AO CADERNO DE TEXTOS

32º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional

Rio de Janeiro/RJ, 4 a 9 de março de 2013

Tema Central: Sindicato Nacional na luta pelo projeto de educação pública e condições de trabalho

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

Fax: (61) 3224-9716

Gestão 2012/2014

Presidente: Marinalva Silva Oliveira

Secretário Geral: Márcio Antônio de Oliveira

1º Tesoureiro: Fausto de Camargo Junior

Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: Luiz Henrique Schuch

Revisor responsável pelos textos da Diretoria: Davi Leonart

Secretária Administrativa: Maria de Fátima Alves da Silva

home page: <http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

SUMÁRIO

TEMA 1 – MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA		
Texto 52 - A crise, as greves de 2012 e os desafios do movimento sindical - <i>Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira, Graciela Bonassa Garcia, Ana Maria Marques Santos e Luciano da Silva Alonso – Sindicalizados da ADUR-RJ Seção Sindical</i>		010
Texto 53 - Movimento docente e conjuntura - <i>Contribuição dos professores Bruno Teixeira, Claudia March, Cristina Pinheiro Mendonça, Douglas Leite, Eblin Farage, Edson Teixeira, Elza Dely, Felipe Brito, Francine Helfreich, José Rafael Bokehi, Juarez Duayer, Kátia Lima, Rodrigo Lima, Miriam Fátima Reis, Sônia Lúcio, Verônica Fernandez e Wanderson Fábio de Melo – sindicalizados da ADUFF-SSind.</i>		013
Texto 54 - Conjuntura - <i>Contribuição dos professores Michelly Ferreira Monteiro Elias (ADOM), Silvana Lúcia da Silva Lima (APUR) e Nair Casagrande (APUB)</i>		015
Texto 55 - Greve das universidades 2012 – quando Rosa e Trotski estão com a razão - <i>Contribuição dos professores Agatha Justen (ADUFRJ), Alexandre Mendes (ADURRJ), Catharina Meirelles (ADUFF), Clarisse Gurgel (ADUNI-RIO), Claudio Gurgel (ADUFF), Gelta Xavier (ADUFF), Kátia Maria de Oliveira (ADUFF), Isaque Moura (ADUFF), Jacira Oliveira (ADUFF), Jonas Gurgel (ADUFF), Júlio Figueiredo (ADUFF), Lorene Figueiredo (ADUFF), Paulo Almeida (ADUFF), Waldy Lins (ADUFF), Wallace dos Santos de Moraes (ADUFRJ), Wanise Cabral Silva (ADUFF) e Wilma Pessoa (ADUFF)</i>		019
Texto 56 - Avançar na expansão de um sindicato autônomo, combativo e classista – somos ANDES-SN - <i>Contribuição dos sindicalizados Aloizio Soares Ferreira (ASPUV-SSind), Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG-SSind.), Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV-SSind.), Antonio Claudio Moreira Costa (ADUFU-SSind), Antonio Luis de Andrade (ADUNESP-SSind), Célia Regina Otranto (ADUR-RJ-SSind.), Dilenio Dustan Lucas de Souza (APESJF-SSind.), Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMP-SSind.), Elaine Judite de Amorim Carvalho (ADUFEPE-SSind), Emerson Araújo (ADUFEPE-SSind.), Graciela Bonassa Garcia (ADUR-RJ-SSind), Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.), José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind.), Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ-SSind.), Marília Leite Washington (ADUFSCAR-SSind.), Oneize Araujo (ADUFS- SSind) e Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA-SSind.)</i>		022
Texto 57 - Avançar na organização da categoria docente, do funcionalismo e na unidade da classe: em defesa da educação pública e dos direitos dos trabalhadores - <i>Contribuição dos professores Cláudia Durans, Catarina Malcher, Diana Diniz, Marcone Dutra, Karla Sousa, Rosenverck Santos, Rosana Éleres, Welbson Madeira, Vilemar Gomes, Raimundo Renato Patrício e Marly Dias – Sindicalizados da APRUMA SSind.</i>		028
Texto 58 - Sobre o abaixo-assinado pelo reconhecimento da nulidade da reforma da previdência de 2003 - <i>Contribuição dos professores Eudes Baima – SINDUECE; Domingos Sávio – ADUNEMAT; Fernando Cunha – ADUFPB; Paulo Riela – ADUFS; Joelma Albuquerque – ADUFAL; David Romão – APUR; Juanito Vieira – APESJF; Cláudio Félix – ADUSB; Tiago Lavoura – ADUSC; Marco Aurélio – ADUFU; Fernanda – ADCAC/UFG Catalão; Celi Taffarel - UFBA</i>		032
TEMA 2 – CENTRALIDADE DA LUTA		
Texto 59 – Centralidade da luta - <i>Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira, Graciela Bonassa Garcia, Ana Maria Marques Santos e Luciano da Silva Alonso – Sindicalizados da ADUR-RJ Seção Sindical</i>		035

TEMA 3 – POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES		
Texto 60 - Aposentados e inclusão no ambiente acadêmico - <i>Contribuição dos professores Luciano da Silva Alonso e Luis Mauro Sampaio Magalhães – Sindicalizados da ADUR-RJ Seção Sindical</i>		037
Texto 61 - Por uma política de bem-estar animal nas instituições de ensino superior - <i>Contribuição dos professores Luciano da Silva Alonso e Maria Cristina Affonso Lorenzon – Sindicalizados da (ADUR-RJ Seção Sindical</i>		038
Texto 62 - Política de ciência e tecnologia, pós-graduação e o trabalho docente - <i>Contribuição dos professores Aloizio Soares Ferreira (ASPUV-SSind), Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV-SSind.), Ana Lucia Barbosa de Faria (SINDCEFET-MG-SSind), Antonio Claudio Moreira Costa (ADUFU-SSind), Célia R. Otranto (ADUR-RJ-SSind), Dileno Dustan Lucas de Souza (APESJF-SSind), Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMP-SSind), Elaine Judite de Amorim Carvalho (ADUFEPE-SSind), Emerson Araujo (ADUFPE-SSind), Graciela Bonassa Garcia (ADUR-RJ-SSind), Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind), José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind), Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind), Luís Mauro S. Magalhães (ADUR-RJ-SSind), Marilia Washington (ADUFSCAR-SSind), Oneize Araujo (ADUFS-SSind) e Vera Lucia Jacob (ADUFPA-SSind)</i>		039
Texto 63 - Construir a unidade da classe na CUT. Reabrir o debate sobre a filiação do ANDES à Conlutas - <i>Contribuição dos professores Eudes Baima – SINDUECE; Domingos Sávio – ADUNEMAT; Fernando Cunha – ADUFPB; Paulo Riela – ADUFS; Joelma Albuquerque – ADUFAL; David Romão – APUR; Juanito Vieira – APESJF; Cláudio Félix – ADUSB; Tiago Lavoura – ADUSC; Marco Aurélio – ADUFU; Fernanda – ADCAC/UGF Catalão; Celi Taffarel - UFBA</i>		040
TEMA 4 – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS		
Texto 25 – Acréscimo ao TR 25 - Homologações: novas seções sindicais, alterações regimentais, transformação de associação de docente em seção sindical - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>		045
Texto 64 - Repasses das seções sindicais - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>		046
Texto 65 - Necessidade de modificação do estatuto quanto aos critérios para inscrição de chapas para concorrer à diretoria do ANDES-SN - <i>Contribuição Diretoria e Delegados da ADUSP-S. Sind. ao 32º Congresso do ANDES-SN</i>		064
Texto 66 - Alteração estatutária – quorum para deliberação - <i>Contribuição do Prof. Claudio Antônio Tonegutti, sindicalizado da APUFPR-SSind.</i>		072
Texto 67 - Proposta de modificação do estatuto. Eleição do ANDES-SN - <i>Contribuição do professor Dileno Dustan Lucas de Souza – Sindicalizado da APESJF Seção Sindical</i>		073
Texto 68 - O dispositivo anti-pelego e os mecanismos para evitar o carreirismo sindical - <i>Contribuição da Assembleia Geral da ADUFPA-SSind e dos sindicalizados Aloizio Soares Ferreira (ASPUV-SSind), Ana Maria Marques Santos (ADUR-RJ-SSind), Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV-SSind.), Célia R. Otranto (ADUR-RJ-SSind), Dileno Dustan Lucas de Souza (APES-JF-SSind), Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMP-SSind), Elaine Judite de Amorim Carvalho (ADUFEPE-SSind), Graciela Bonassa Garcia (ADUR-RJ-SSind), Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind), José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind), Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind), Luís Mauro S. Magalhães (ADUR-RJ-SSind), Marilia Washington (ADUFSCAR-SSind) e Oneize Araujo (ADUFS-SSind)</i>		074

Texto 69 - Aumentando ainda mais a transparência para a prestação de contas do ANDES-SN - <i>Contribuição da Assembleia Geral da ADUFPA-SSind e dos sindicalizados Aloizio Soares Ferreira (ASPUV-SSind), Ana Lucia Barbosa de Faria (SINDCEFET-MG-SSind), Ana Maria Marques Santos (ADUR-RJ-SSind), Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV-SSind.), Célia R. Otranto (ADUR-RJ-SSind), Elaine Judite de Amorim Carvalho (ADUFEPE-SSind), Dilenio Dustan Lucas de Souza (APES-JF-SSind), Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMP-SSind), Graciela Bonassa Garcia (ADUR-RJ-SSind), Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind), José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind), Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind), Luís Mauro S. Magalhães (ADUR-RJ-SSind), Marília Washington (ADUFSCAR-SSind) e Oneize Araujo (ADUFS-SSind)</i>	075
Texto 70 - Financiamento de delegados e observadores nos congressos do ANDES-SN - <i>Contribuição do professor Luis Allan Künzle – Sindicalizado da APUFPR-SSind</i>	076
Texto 71 - Fundo de greve - <i>Contribuição da Diretoria da ASDUERJ</i>	077
Texto 72 - Proposta de nova regulamentação do Fundo Nacional de Solidariedade do ANDES-SN - <i>Contribuição da Diretoria da Adunicentro Seção Sindical</i>	078
Texto 73 - Por uma comissão da verdade do ANDES-SN - <i>Contribuição do prof. Hêlvio Alexandre Mariano - sindicalizado da Adunicentro-Seção Sindical do Andes-SN</i>	080
TEMA 5 – PLANO DE LUTAS – GERAL, EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
Texto 74 - A CSP-CONLUTAS precisa ser, de fato, um espaço de construção - <i>Contribuição da Diretoria e Delegados da Adusp-S. Sind.</i>	082
Texto 75 - Uma linha classista e combativa para o plano de lutas - <i>Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira, Graciela Bonassa Garcia, Ana Maria Marques Santos e Luciano da Silva Alonso – Sindicalizados da ADUR-RJ Seção Sindical</i>	083
Texto 76 - Concepção sindical - <i>Contribuição dos professores Michelly Ferreira Monteiro Elias (ADOM), Silvana Lúcia da Silva Lima (APUR) e Nair Casagrande (APUB)</i>	086
Texto 77 - A opção do estado brasileiro para a educação: “o capital educador” e suas consequências para a luta sindical - <i>Contribuição do Prof. Edison Oyama – Sindicalizado da SESDUFRR</i>	088
Texto 78 - As lutas do ANDES-SN e a unidade da classe trabalhadora na luta pela emancipação social - <i>Contribuição dos professores Alexandre Aguiar dos Santos (ADUFG), Fernando Lacerda – (ADUFG), Lucinéia Scremin Martins (ADUFG), Luís Augusto Vieira (ADUFG), Erlando da Silva Reses (ADUNB), Liliane Maria Macedo Machado (ADUNB), Luiz Carlos Galetti (ADUFMAT), Ricardo T. Neder (ADUNB)</i>	090
Texto 79 - Movimento grevista das IFES em 2012 - <i>Contribuição dos professores Michelly Ferreira Monteiro Elias (ADOM), Silvana Lúcia da Silva Lima (APUR) e Nair Casagrande (APUB)</i>	091
Texto 80 - Pela realização de seminários nacionais para avaliação dos programas da SESu/MEC - <i>Contribuição dos professores Luciano da Silva Alonso, Otair Fernandes de Oliveira, Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ), Luiz Eduardo Rodrigues de Carvalho (ADUFRJ), Marcos César Danhoni Neves (SESDUEM)</i>	093
Texto 81 - Encontro nacional de trabalhadores da educação - <i>Contribuição dos professores Antônio Rodrigues Belon (ADLESTE), Gelta Ramos Xavier (ADUFF), Lorene Figueiredo (ADUFF) e Rodrigo Dantas (ADUnB)</i>	095
Texto 82 - Por um encontro nacional sindical, estudantil e de movimentos sociais em prol da educação pública - <i>Contribuição da Assembleia da Adufrj-SSind</i>	096

Texto 83 - Privatização e precarização do espaço público universitário - <i>Contribuição da Diretoria da Adufrj-SSind a partir de proposta de inclusão de TR do sindicalizado Cláudio Rezende Ribeiro da Faculdade de Arquitetura</i>	100
Texto 84 - Ciência e Tecnologia - <i>Contribuição da Diretoria da Adufrj-SSind a partir da proposta de inclusão de TR do sindicalizado Eduardo Serra da Escola Politécnica</i>	101
TEMA 6 – PLANO DE LUTAS - SETORES	
Texto 50 – Acréscimo de nota de rodapé ao texto 50 “Comissão de relações interpessoais de trabalho”: possibilidades para o combate à violência moral a partir da experiência da APUFPR-SSIND - <i>Contribuição dos professores Luis Allan Künzle e Astrid Baecker Avila – sindicalizados da APUFPR Seção Sindical</i>	104
Texto 85 - Aumento do valor do benefício pre-capita saúde suplementar - <i>Contribuição dos professores Guilherme Varela, Irani Júnior e Jarbas Souza – Sindicalizados da ADUFEPE Seção Sindical</i>	104
Texto 86 - Sobre a federalização de IES - <i>Contribuição do Prof. Claudio Antônio Tonegutti - Sindicalizado da APUFPR-SSind.</i>	106
Texto 87 - A luta política da classe trabalhadora contra o novo sindicalismo de estado – o trabalho de base do ANDES-SN nas IFES com organização sindical que combate o próprio ANDES-SN - <i>Contribuição dos professores Alexandre Aguiar dos Santos (ADUFG), Fernando Lacerda (ADUFG), Lucinéia Scremin Martins (ADUFG), Luís Augusto Vieira (ADUFG), Erlando da Silva Reses (ADUNB), Liliane Maria Macedo Machado (ADUNB), Luiz Carlos Galetti (ADUFMAT) e Ricardo T. Neder (ADUNB)</i>	107
Texto 88 - Breve balanço sobre o PL 4.368/2012: a farsa da negociação no Congresso Nacional - <i>Contribuição do Prof. Edison Oyama – Sindicalizado da SESDUFFRR</i>	110

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto de Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado em proposta de Resolução apresentada durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

SUMÁRIO

TEMA 2 – CENTRALIDADE DA LUTA	
TR 59 – Centralidade da luta	035
TEMA 3 – POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
TR 60 - Aposentados e inclusão no ambiente acadêmico	037
TR 61 - Por uma política de bem-estar animal nas instituições de ensino superior	068
TR 62 - Política de ciência e tecnologia, pós-graduação e o trabalho docente	039
TR 63 - Construir a unidade da classe na CUT. Reabrir o debate sobre a filiação do ANDES à Conlutas	043
TEMA 4 – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 25 – Acréscimo ao TR 25 - Homologações: novas seções sindicais, alterações regimentais, transformação de associação de docente em seção sindical	045
TR 65 - Necessidade de modificação do estatuto quanto aos critérios para inscrição de chapas para concorrer à diretoria do ANDES-SN	071
TR 66 - Alteração estatutária – quorum para deliberação	072
TR 67 - Proposta de modificação do estatuto. Eleição do ANDES-SN	073
TR 68 - O dispositivo anti-pelego e os mecanismos para evitar o carreirismo sindical	074
TR 69 - Aumentando ainda mais a transparência para a prestação de contas do ANDES-SN	075
TR 70 - Financiamento de delegados e observadores nos congressos do ANDES-SN	077
TR 71 - Fundo de greve	077
TR 72 - Proposta de nova regulamentação do Fundo Nacional de Solidariedade do ANDES-SN	079
TR 73 - Por uma comissão da verdade do ANDES-SN	080
TEMA 5 – PLANO DE LUTAS – GERAL, EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
TR 74 - A CSP-CONLUTAS precisa ser, de fato, um espaço de construção	083
TR 75 - Uma linha classista e combativa para o plano de lutas	085
TR 76 - Concepção sindical	087
TR 78 - As lutas do ANDES-SN e a unidade da classe trabalhadora na luta pela emancipação social	090

TR 79 - Movimento grevista das IFES em 2012	092
TR 80 - Pela realização de seminários nacionais para avaliação dos programas da SESu/MEC	094
TR 81 - Encontro nacional de trabalhadores da educação	096
TR 82 - Por um encontro nacional sindical, estudantil e de movimentos sociais em prol da educação pública	099
TR 83 - Privatização e precarização do espaço público universitário	101
TR 84 - Ciência e Tecnologia	102
TEMA 6 – PLANO DE LUTAS - SETORES	
TR 85 - Aumento do valor do benefício pre-capita saúde suplementar	105
TR 86 - Sobre a federalização de IES	107
TR 87 - A luta política da classe trabalhadora contra o novo sindicalismo de estado – o trabalho de base do ANDES-SN nas IFES com organização sindical que combate o próprio ANDES-SN	109

TEMA 1 - MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

A CRISE, AS GREVES DE 2012 E OS DESAFIOS DO MOVIMENTO SINDICAL

Os resultados das greves de 2012 foram contraditórios. Uma manifestação inesperada de força do movimento sindical, depois de um longo tempo de hibernação. Mas ao mesmo tempo a manifestação de uma dificuldade de superar a linha política que vem emperrando a luta. Podemos então avaliar os efeitos das greves a partir dos possíveis ganhos organizativos e dos ganhos reivindicativos-econômicos, e de duas escalas: a nacional e a local.

Na dimensão organizativa tivemos ensaios de unidade, aproximação de novos ativistas, participação de novas bases. Mas estes ganhos não estão garantidos. Erros de encaminhamento podem anular esses ganhos e trazer prejuízos sérios. Será preciso aprofundar o balanço e as ações locais e nacionais que garantam essa unidade. Um avanço seria sair da unidade tática para unidade estratégica, mas o máximo que se avançou está longe ainda disso. Isso explica em parte a desfavorável correlação de forças.

Por outro lado, a forma de condução das lutas e bandeiras será decisiva para garantir ou anular os ganhos organizativos da greve no próximo período e quanto maiores forem esses ganhos maior será a capacidade de reivindicação. Assim, o movimento de greve expressou um dilema: uma greve forte, talvez uma das mais fortes dos últimos anos não é capaz de alcançar a vitória? Esse dilema é decisivo, pois não dar resposta a ele pode aprofundar a crise de organização dos trabalhadores e sua dispersão. Para superar esse dilema com uma justa linha de ação, é preciso um rápido comentário sobre a conjuntura os problemas estruturais do movimento.

Existiu durante toda a jornada de lutas de 2012 “um não dito”. Um pressuposto que explica certas ações e omissões, que deriva de condições objetivas e subjetivas. O não dito é que o movimento sindical é dirigido por certos setores como uma espécie de "agência controladora" do Estado, como um agente "fiscalizador". O Governo falhou, então o movimento atua para fiscalizar e "corrigir". Esse movimento sindical não é reconhecido, a não ser com reticências, como movimento de trabalhadores, especialmente no caso do ANDES. Mas como de uma corporação, no caso dos docentes, privilegiada, que deveria ter um tratamento privilegiado. Isso é um sintoma de uma disposição ideológica que no século passado era atribuída à “aristocracia operária”, quer dizer, aos grupos de operários mais bem pagos, com melhores condições que se viam então como uma espécie de “elite”. Transportando isso para hoje, é como se isso fosse uma síndrome, só que as bases objetivas desse elitismo estão cada vez mais frágeis. Daí os apelos ao MEC, ao MPOG, a esperança de que o governo iria negociar, de que estava “negociando” quando não estava e que cumpriria o acordo do ano de 2011. Esse não dito se expressa na ausência de uma estratégia e uma preparação de ações diretas. Ele não é um elemento secundário, ele mostra a disposição de considerar o Estado burguês como árbitro neutro das classes, de que o conflito de classes não existe e que se trata de um problema de representar a sociedade civil no Estado. Os atos qualificados como "pacíficos" às vezes de "ordeiros" (como pudemos ouvir CNG como uma grande virtude) e as acusações de "vandalismo" contra as ações radicais mais elementares (como a dos estudantes no MEC em Brasília no dia 20 de Julho) mostram esse estado de espírito que podemos chamar de legalista. O Governo é visto como principal sujeito (a questão do Orçamento da União e a consideração do calendário governamental também explicitam essa visão legalista) e, portanto, a resolução dos problemas dos trabalhadores e todas ações se dão como se existisse um árbitro imparcial para intervir nos impasses e conflitos. E por outro lado, quando essa crença se esvai é como se

não existisse nada a ser feito. Daí as resistências antes da greve começar para realização da mesma. Daí depois de começada a greve a resistência de unificar com as demais categorias. Daí depois da unidade de ação de base se configurar, a dificuldade de aceitar que ela evoluísse para unidade estratégica em nível nacional, de Comando, Ações e Negociação. Daí a dificuldade de pensar ações de luta que se prolonguem para além desta greve. Daí a dificuldade de reconhecer que a greve de categoria é muito atrasada em face de greves unificadas de ramos, e que estas em face das greves gerais. Existe uma dinâmica (que começou não no início dessa greve, mas na assinatura do acordo em 2011, que remete à história das difíceis relações entre categorias no SPF) e que está ossificada nos métodos de ação e encaminhamento dentro de diversos sindicatos. Na forma como as pessoas naturalizam certas dificuldades. E esse sentimento não está só na categoria docente. No final das contas, é como se o trabalhador-servidor público do Estado acreditasse que ele é Estado e não trabalhador. Mas isso o Estado não esquece e seu autoritarismo fez questão de lembrar a todos esse fato básico de que a contradição de classe permanece central. Essa ilusão ideológica obscurece o real conteúdo da greve, a "raiz" do problema, que é econômico e político.

Aqui é preciso situar as greves de uma ótica classista. Alterar o Orçamento da União não é uma questão técnica. Nem de boa vontade ou má vontade. É um tema central da luta de classes, e quando não se encara isso desse ponto de vista, quando se assume a ideia de que somos "Estado", "Elite", assumimos apenas as ilusões que se desmancham diante dos fatos. Hoje, o orçamento da União e as ações do governo mostram a hegemonia de um grande bloco de poder, que reúne a burguesia agrária, financeira e industrial. O "liberal-desenvolvimentismo" do governo Lula-Dilma não implica em sacrificar necessariamente um setor ou outro da burguesia. O fato é que o pagamento da dívida pública, por exemplo, é interesse de todos esses setores, a relação com o capital financeiro atende a todos e especialmente a produção e exportação de commodities. As reformas do Estado também. A reforma do código florestal, as mudanças nas regras de demarcação de terras indígenas e quilombolas, a construção de Usinas Hidrelétricas, o rolo compressor e violência contra pescadores, entre outros, estão mais relacionados entre si do que colocamos em nossos debates de categoria. A desestruturação das carreiras, a reforma da previdência e o endurecimento do governo no ano de 2012 apenas ajudam a explicitar a política hegemônica do bloco no poder para responder à crise do capital. É uma política de arrocho salarial que diz respeito a apropriação da renda nacional, ou seja, a apropriação pelo bloco de alianças de classe e partidárias do produto nacional. E elas parecem preparar ações futuras. A intransigência atual do governo Dilma não é só falta de habilidade, mas a antecipação da lógica que vai perdurar se e quando os efeitos da crise começarem a se aprofundar (mais quando do que "se" pelo que os dados apontam).

Dessa maneira, as lutas econômicas das categorias não são econômicas "em si". Daí a importância política das nossas reivindicações econômicas. Elas são econômicas em si mesmas quando são dirigidas pela política economicista. E o economicismo é a principal arma das burocracias sindicais e dos corporativistas. Lutar por recursos para educação, por melhores salários pode e deve ser a luta por redistribuir a renda nacional em favor da classe trabalhadora. Daí a pauta das "condições de trabalho" não ser secundária. Daí a necessidade de colocar os investimentos em infraestrutura no mesmo patamar de seriedade.

Aqui chegamos então ao problema decisivo. Os movimentos futuros, para serem vitoriosos, precisam ser de massa e radicalizados, condições interdependentes. Ai está a raiz do problema. Radicalizar é ir atacar a raiz das contradições, mas para atacar a raiz do problema é preciso saber das consequências e das exigências em termos de organização e mobilização. E não se ataca a raiz do problema com ações performáticas com atos de propaganda e educação que vem se impondo nos últimos anos. E se entendemos que existe luta de classes, é a luta de classes que precisa ser feita. Ou seja, selecionar ações que vão diretamente aos problemas estratégicos.

E aqui chegamos ao ponto dos limites do legalismo que emperra a luta dos trabalhadores. Criticar o legalismo não é fazer qualquer tipo de romantização do "ilegalismo", mas é reconhecer que acima de qualquer coisa é da natureza do capital determinar a "legalidade/ilegalidade" e nós não podemos nos pautar por isso. O capital está fazendo o quê?

Avançando na criminalização, na repressão e na limitação da legalidade dos movimentos sociais e anti-sistêmicos. Toda ação que afete seus interesses tende a ser cedo ou tarde colocada na “ilegalidade”. A criminalização existe antes de qualquer crime, ela cria o crime. Os culpados aparecem depois só como parte do processo repressivo. A partir do momento que rompemos com a ilusão do não-dito, o que vemos? Que o Governo, o Estado, todas suas ações acumulam sempre para diminuir a capacidade de resistência de classe. Ou seja, se não presumimos que o Governo ou Estado é um árbitro imparcial, temos de assumir que ele irá operar como representante do bloco no poder, ou de grupos de interesse menores. E aí toda a legalidade é submetida a estes interesses, mesmo que não em toda sua execução, mas sistemicamente. Combater o capital é impedir sua produção e reprodução. Porque greves são declaradas ilegais? Porque chegam nesse nível. Fazer atos de “meia pista” para não atrapalhar o tráfego apenas expressa em termos práticos e visuais essa política. Temos de saber então caracterizar o nosso inimigo estratégico, que não é um Governo, mas um bloco de alianças de classe que conta com a participação de burocracias sindicais amarrados ao "liberal-desenvolvimentismo". Os interesses desse bloco hoje estão na manutenção do modelo agroindustrial-exportador, com fatias do bolo para capital industrial e financeiro e o imperialismo.

Para lutar contra ele é preciso romper as amarras que esse bloco arquitetou para impedir que a luta seja feita. Isso implica em combater essas ilusões ideológicas e os limites dos métodos e estratégia de ação. Ou seja, precisamos de um debate mais claro sobre contra quem lutamos e como. Lutamos não só contra Dilma, não só contra o Governo, mas contra esses interesses em rede que atravessam esse governo mas vão para além dele. E não dá para lutar apenas com o que lutamos até agora. Em resumo, é preciso aprender com a derrota de 2012 e aproveitar e consolidar os possíveis ganhos organizativos para preparar as lutas do próximo período.

TEXTO 53

Contribuição dos professores Bruno Teixeira, Claudia March, Cristina Pinheiro Mendonça, Douglas Leite, Eblin Farage, Edson Teixeira, Elza Dely, Felipe Brito, Francine Helfreich, José Rafael Bokehi, Juarez Duayer, Kátia Lima, Rodrigo Lima, Miriam Fátima Reis, Sônia Lúcio, Verônica Fernandez e Wanderson Fábio de Melo – sindicalizados da ADUFF-SSind.

MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

O prolongamento, alcance e profundidade da crise do capital demonstra sua dimensão estrutural. No entanto, a resposta de seus agentes – especialmente dos governos e organismos multilaterais como o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) é imediatista e recorrente: retirar direitos dos trabalhadores por meio da aplicação do receituário de medidas de ajuste fiscal.

Em consequência, degradam-se drasticamente as condições de vida da imensa maioria da população. O aumento do desemprego e da precarização do trabalho, a redução dos níveis salariais e dos direitos trabalhistas e previdenciários têm aprofundado a fragmentação da classe trabalhadora que se expressa nas várias formas de exploração do trabalho.

Essa fragmentação repercute na organização da classe trabalhadora, fragilizada pelas condições do mercado de trabalho e pelo enfraquecimento do poder de pressão dos sindicatos. Muitos destes, premidos pela crise, transformam-se em instrumentos de manutenção da ordem.

Entretanto, é importante ressaltar que o enfrentamento a essa voracidade do capitalismo para tentar manter suas taxas de lucro tem encontrado objeções e resistências. Muitos movimentos que se apresentam como resistência ao projeto neoliberal não têm como referência, um modelo social alternativo, alicerçado em princípios e valores humanos antagônicos aos interesses do capital. Cumprem, assim, um papel importante, mas limitado, frente às necessidades e demandas históricas da classe trabalhadora.

No Brasil, o ano de 2013 terá como uma de suas marcas uma forte ofensiva patronal contra as conquistas trabalhistas, como demonstra o envio ao Congresso Nacional do Projeto que cria o Acordo Coletivo Especial – ACE – projeto que prevê que o negociado prevaleça sobre o legislado, a lei antigreve do funcionalismo federal e o conjunto de medidas de ajuste fiscal e de privatização dos serviços e do patrimônio público.

É neste contexto que se inscreve o empenho da burguesia e de seus governos na precarização e empresariamento do sistema educacional brasileiro e no apassivamento dos trabalhadores da educação e estudantes buscando sua adesão às mudanças em curso.

Nas Instituições Federais de Ensino, a contrarreforma da educação avança, incidindo sobre as condições de trabalho e ensino vivenciadas pelos docentes, técnico-administrativos e estudantes.

A reestruturação do trabalho docente operada através das políticas governamentais para a carreira, a pesquisa e o ensino nas duas últimas décadas se intensificou e se consolidou nos três últimos anos.

A política de ciência e tecnologia, em particular a desenvolvida pela CAPES, CNPq e demais agências de fomento, que valoriza o produtivismo quantitativista através dos critérios de avaliação, em especial os dos programas de pós-graduação tem gerado - além da fragmentação entre a inserção docente na pós-graduação, pesquisa, graduação e extensão - a intensificação do trabalho docente.

A expansão precarizada do ensino superior promovida pelo REUNI além do comprometimento da qualidade do ensino, com ênfase no número de alunos e das horas em sala de aula na graduação só fazem aprofundar a cisão entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, a privatização do ensino superior continua avançando, seja a partir das Fundações Privadas ditas de Apoio, seja através do PROUNI que socorre e financia as instituições privadas de ensino superior em detrimento da ampliação dos recursos públicos para as IFE.

Não por mero acaso, a carreira proposta pelo governo federal no ano de 2013, acordada com a entidade não representativa dos docentes (PROIFES) e aprovada no Congresso Nacional, retira a expressão “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” e consolida a reestruturação em curso.

As contínuas desestruturas da carreira docente do ensino federal a partir de alterações na composição remuneratória e na avaliação para progressão afetaram o *ethos* do trabalho acadêmico e da vida universitária e a perspectiva de identidade do professor universitário entre ativos e entre ativos e aposentados.

Tal fragmentação, induzida pelas políticas governamentais nos últimos vinte anos, deve ser pensada em uma conjuntura de aprofundamento da ofensiva do capital contra a classe trabalhadora e, no Brasil particularmente, de cooptação dos movimentos sociais e criminalização dos que resistem e insistem na autonomia dos movimentos dos trabalhadores.

O ano de 2012 foi marcado pela mobilização e pelo enfrentamento. A partir de suas condições concretas de trabalho e ensino nas IFE, os docentes, propositalmente divididos pela contrarreforma universitária entre “novos” e “antigos”, “aposentados” e “ativos”, “vinculados aos programas de pós-graduação” e “professores da graduação”, “professores do interior” e “professores da sede”, premidos em suas condições de trabalho e salariais, se mobilizaram em assembleias gerais, debates, seminários, atos locais e nacionais e protagonizaram o início de um movimento de retomada do processo identitário do trabalhador docente, confrontando a desestruturação da carreira e a deterioração das condições de trabalho presentes na proposta governista com o projeto maior de educação defendido pela pauta da greve do movimento docente. Muito mais do que uma luta meramente econômica ou corporativa, essa greve pautou projetos distintos de educação e sociedade.

Certamente, as inúmeras greves no setor da educação e ocupações estudantis ocorridas nos últimos anos no país demonstram que essa resistência, por ser expressiva das críticas e demandas de boa parcela da população, têm contribuído para ampliar o debate em torno da questão educacional, para conferir legitimidade às reivindicações e estimular a solidariedade em torno da causa da educação pública de qualidade.

Frente a este contexto, compartilhamos da avaliação da diretoria de que a ação central do nosso sindicato deve ser a *Defesa do caráter público da educação, condições de trabalho, salário e carreira para os docentes, ampliando a organização da categoria no ANDES-SN e a unidade classista dos trabalhadores.*

A materialização dessa ação exige de nós um enorme esforço de debate e de ação organizativa e requer:

. intensificar a aproximação com a categoria por meio da busca permanente de enraizamento do sindicato no cotidiano profissional de forma a articular as questões cotidianas com as lutas políticas defendidas pelo sindicato e a renovar as questões tratadas pelo sindicato a partir das análises e propostas apresentadas pela categoria.

- organizar e/ ou intensificar a organização de fóruns de debate e ação com outros trabalhadores da área da educação e estudantes, para estimular a realização de ações conjuntas em defesa da educação pública.

- fortalecer a CSP-Conlutas. Embora avaliemos que a CSP-Conlutas ainda não possui as condições necessárias para dar as respostas que a classe exige, pelo pequeno número de sindicatos e movimentos sociais que aglutina e pelos problemas de democracia interna que enfrenta, não temos dúvidas que ela se constitui, neste momento, um instrumento importante para a reunião dos lutadores do campo combativo e classista que compartilham a concepção de que a Central deve ter como estratégia a luta pelo socialismo e a intervenção na organização e nas lutas cotidianas do aqui e agora.

Neste sentido, devemos lutar pelo aprofundamento do exercício da democracia no interior na Central e atuar nas suas instâncias de acordo com as deliberações do nosso sindicato. Devemos, também, manter e ampliar a relação do nosso sindicato com os demais setores da classe trabalhadora que não estão na CSP-Conlutas, mas que lutam contra o desmonte do setor público e as demais ofensivas do capital contra a classe trabalhadora.

É nosso papel defender no interior da Central a continuidade do esforço de buscar a unidade de ação com esses setores. Mesmo porque os enfrentamentos que se avizinham irão gerar, com certeza, novos deslocamentos no movimento sindical e popular especialmente nas bases das entidades que contam com a presença de uma nova geração de ativistas e lutadores.

Por sermos um sindicato de trabalhadores da educação, devemos também pautar no interior da Central a questão da análise crítica da política de educação superior implementada pelo governo federal e a necessidade de unir amplos esforços na luta pela educação pública.

Na luta pelo projeto de educação pública e condições trabalho: Ampliar a organização da categoria no Andes, unificar os lutadores da educação pública, fortalecer a CSP-Conlutas e a unidade classista dos trabalhadores.

TEXTO 54

Contribuição dos professores Michelly Ferreira Monteiro Elias (ADOM), Silvana Lúcia da Silva Lima (APUR) e Nair Casagrande (APUB)

CONJUNTURA

1. Conjuntura Internacional

Na conjuntura internacional podemos observar que **o imperialismo estadunidense segue sendo o inimigo principal da humanidade**. As teses que vem buscando sustentar a existência de um “imperialismo brasileiro” têm contribuído para secundarizar este enfrentamento principal, além de lançar confusão sobre as forças populares. A aliança tática formada pelo Reino Unido, a Alemanha e até recentemente a França, além de sócios menores como a Itália, a Espanha, o Canadá e a Austrália, inclusive envolvendo para efeitos militares alguns países da Europa do Leste, não pode obscurecer o papel estratégico, político e militar dos EUA nesta articulação de países.

Mesmo ainda mantendo sua hegemonia, em especial no campo militar, há um declínio do império estadunidense, em especial no terreno político e econômico mesmo que não ocorra em curto prazo. Os EUA não conseguem mais agir em defesa dos interesses do sistema capitalista no seu conjunto, mas utilizam sua posição como maior economia do mundo – e donos do dólar – para favorecer apenas os interesses dos seus próprios capitalistas, e enfrentar a crise da sua economia interna em prejuízo de todos os outros países do mundo.

O mundo entrou com efeito na fase de deslocamento geopolítico mundial e que se traduz, pela multiplicação rápida dos movimentos, das dificuldades econômicas, dos fracassos orçamentais, dos conflitos monetários, premissas de choques políticos maiores e a entrada de novos atores regionais nas negociações.

Os EUA estão aumentando a sua presença militar no Pacífico, no oceano Índico e estão tentando ter o apoio das Filipinas e de outros países no Sudeste Asiático, como o Japão, a Coreia, Singapura, a Malásia (que durante muitos anos esteve reticente a juntar-se a esta aliança). Portanto, Washington está formando uma extensão da OTAN na região da Ásia-Pacífico, direcionada contra a China.

A crise no centro capitalista, Europa, Japão e Estados Unidos segue seu curso e se aprofunda, confirmando a análise de seu caráter prolongado. A atual crise é a mais grave, profunda e abrangente desde 1929. Após a quebra do sistema financeiro seguiu-se a turbulência das dívidas públicas, atingindo especialmente a Grécia, onde o resultado eleitoral traduziu a resistência popular ao pacote de medidas recessivas. Um quarto dos trabalhadores gregos está desempregado. E a bandeira de saída do euro e decretação de moratória ganha força.

Grécia, Itália, Espanha e Portugal se deparam com o crescimento do desemprego, queda de salários, retirada de direitos sociais, gerando uma crise política intensa. Mesmo na França, a eleição de Hollande representa o desgaste da direita e seus pacotes recessivos. O programa do novo presidente francês se apoia em aumento de impostos, especialmente dos ricos e das empresas, para financiar mais gastos com educação, com a criação de mais empregos públicos e para permitir que aqueles que comecem a trabalhar aos 18 anos possam se aposentar aos 60 e não aos 62 como determina a reforma da aposentadoria aprovada por Sarkozy.

A luta central das organizações da classe trabalhadora europeia é contra o chamado-Pacto de Estabilidade, Coordenação e Governo na União Econômica e Monetária e o Tratado revisto que rege o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE). Estes dois tratados transformarão os Estados Membros da “Eurozona” em regimes de permanente austeridade econômica, incluindo cortes cada vez mais

profundos na despesa pública, aumentos nos impostos indiretos, reduções dos salários, liberalização continuada dos mercados e privatização das empresas públicas.

O ciclo de expansão da economia mundial puxado especialmente pela China, que já dura mais de uma década, no qual o Brasil se inseriu explicitamente como provedor de “commodities”, dá sinais de esgotamento.

Os EUA trabalham intensamente para abalar os esforços de unidade latino-americana que se comprometam com a perspectiva de soberania. Para tanto, impulsionam articulações alternativas como é o caso da Aliança do Pacífico entre o México, Colômbia, Peru e Chile, com os EUA.

Por outro lado, **a criação da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) é um passo fundamental na integração de nosso continente** e pode contribuir muito para reduzir a ingerência imperialista.

A reeleição de Hugo Chávez na Venezuela foi decisiva para a luta popular. No âmbito da disputa de projetos, unificou amplos setores burguesia continental, especialmente brasileira, em torno da construção da candidatura de Capriles. O imperialismo tem amplos interesses na derrubada do Governo Chávez representando uma grande mobilização continental dos setores de direita para tentar frear o processo revolucionário da República Bolivariana da Venezuela.

A questão da **soberania argentina sobre as Malvinas** é uma bandeira importante que traz à tona a existência de colônias em nosso continente. O projeto de lei apresentado pelo governo de Cristina Kirchner de recuperar 51% das ações da companhia de petróleo Repsol YPF e a nacionalização da distribuidora YPF de gás é uma medida importante no enfrentamento com o neoliberalismo e atende uma reivindicação dos movimentos populares. Da mesma forma, na Bolívia as recentes medidas de nacionalização e estatização devem ser apoiadas.

É fundamental seguir apoiando a resistência hondurenha, articulada em torno da Frente Nacional de Resistência Popular (FNRP). Desenvolvendo a solidariedade e apoiando sua construção.

Igualmente, **devemos denunciar a repressão praticada na Colômbia**, apoiando os movimentos sociais e organizações populares.

Manter e aprofundar nossa solidariedade com o povo haitiano, reafirmando a bandeira da retirada das tropas brasileiras. **Reafirmamos a importância da solidariedade á Revolução Cubana**, em sua luta contra o bloqueio, ressaltando a importância de apoiar a campanha pela libertação dos cinco patriotas presos nos EUA.

2. Análise da conjuntura nacional

Observamos uma tímida mudança na concentração de renda que apresentou uma queda inicial nos últimos dez anos, segundo os dados do IBGE divulgados em novembro de 2012, através da pesquisa Síntese de indicadores Sociais 2012. Nos anos analisados, entre 2001 e 2011, o rendimento familiar per capita das famílias mais ricas caiu de 63,7% do total da riqueza nacional para 57,7%. Já os 20% mais pobres, no mesmo período, tiveram um crescimento da renda familiar per capita que saiu de 2,6% do total de riquezas do país em 2001 para 3,5% no ano de 2011.

Este ensaio inicial na redução da desigualdade de renda no país vem sendo atribuída às políticas de redistribuição de renda no país que passam pela valorização do salário mínimo, pela expansão da Bolsa Família e pelos ganhos educacionais que possibilitam os trabalhadores galgarem postos mais altos de trabalho.

No Brasil, a caracterização da conjuntura atual não pode ser mesma dos anos de 1990: avanço do neoliberalismo e descenso da luta de massas. Também é verdade que não podemos afirmar que estamos passando por um momento de Ascenso da luta de massas.

Então, qual é a real situação da luta de classes no Brasil atualmente?

Permanece a situação de descenso da luta de massas, mas com a presença de um conjunto de fatos e contradições, uns conjunturais e outros de natureza estrutural, que nos possibilitarão entrar numa nova etapa da luta política no Brasil. Nesse sentido, podemos afirmar que a situação de calma na luta política em nosso país está chegando ao fim.

Por isso **afirmamos que estamos numa conjuntura de transição para um novo período de lutas sociais**. Em resumo, essa conjuntura de transição para uma nova etapa da luta política se expressa na desmoralização internacional do projeto neoliberal, na visível retomada das lutas sindicais, nos novos desafios que se apresentam para a luta dos movimentos camponeses e na possibilidade do protagonismo político da juventude no próximo período.

Nosso ponto de partida é que as forças sociais que podem protagonizar as mudanças na sociedade não surgem do nada, não é algo dado a priori ou produto da melhor teoria. **As forças sociais da transformação são produto das contradições da realidade. São impulsionadas pela convergência de contradições políticas e econômicas que se encontram com a disposição da classe trabalhadora para as lutas.**

Os governos Lula e Dilma consolidaram uma agenda neodesenvolvimentista conservadora, ou seja, descolada de uma agenda de reformas estruturais na sociedade. Trata-se de uma alternativa capitalista em que o Estado concilia o estímulo ao investimento produtivo com o capital financeiro que continua hegemônico no capitalismo internacional. Portanto, o neodesenvolvimentismo não é uma alternativa para as forças populares e não corresponde ao seu projeto estratégico.

Ao mesmo tempo, ele proporciona um conjunto de contradições importantes sobre as quais as forças populares devem incidir e canalizar para potencializar a organização popular. Dentre elas, destacamos a recomposição da classe trabalhadora urbana no Brasil. Sabemos que o protagonismo dos trabalhadores urbanos é parte fundamental da história das lutas por reformas estruturais no Brasil.

Não foram por acaso os ganhos salariais que a classe trabalhadora obteve no último período. **O processo de geração de empregos reduziu o tamanho do exército industrial de reserva no Brasil que favoreceu a disposição dos trabalhadores para as lutas.**

O resultado foi uma pressão salarial favorável ao mundo do trabalho. Outra contradição reside no processo de ampliação da pequena burguesia através do estímulo por parte do Estado dos pequenos negócios. No campo, o neodesenvolvimentismo, em detrimento da reforma agrária, favoreceu o avanço do agronegócio e suas mazelas ambientais referendadas, em parte, pelo Novo Código Florestal. **Destaca-se também um processo de consolidação de políticas sociais do governo que tiveram um impacto considerável na vida de milhões de brasileiros.**

A existência dessas contradições enquanto a economia nacional estava numa rota de crescimento não proporcionava grandes conflitos para os partidos de esquerda e seus aliados que compõem a base do governo Dilma.

No entanto, **as projeções para o próximo período apontam que a economia brasileira vai desacelerar.** Aliás, os números do primeiro trimestre de 2012 confirmam essa tendência imposta pela crise econômica internacional.

A indústria nacional está à deriva por falta de investimentos pesados em educação e inovação tecnológica, além de uma taxa de câmbio adequada aos interesses da produção industrial. A tendência é de diminuição da demanda internacional por commodities e a consequente queda nos seus preços. Potencializar o consumo interno facilitando o crédito terá menor eficácia do que em 2008 e 2009 devido ao endividamento das famílias brasileiras.

A crise econômica vai impactar a economia brasileira de tal forma que facilitar o crédito e reduzir os juros se mostrarão iniciativas insuficientes. Para manter as conquistas do governo Lula, a presidenta terá que acelerar e aprofundar as mudanças na política econômica diminuindo o espaço do capital financeiro na economia nacional.

Serão necessárias mudanças mais profundas na política macroeconômica acompanhada de reformas estruturais na sociedade e aumento considerável da taxa de investimento do Estado no setor produtivo para gerar milhões de empregos. Além disso, o que realmente poderia garantir renda e emprego num momento de crise profunda seria um conjunto de reformas nacionais, democráticas e populares que dependem mais de um amplo movimento de massas do que de um governo de composição que concilia interesses de classes.

Vale lembrar que o aprofundamento da crise também possibilitará o surgimento de uma alternativa pela direita. Isso poderá ocorrer se nos depararmos com o encontro de duas situações. O

neodesenvolvimentismo conservador, conciliador de classe e sem ideologia crítica, busca melhorar a vida do povo sem o elemento do conflito. **O neodesenvolvimentismo não pauta as reformas estruturais na sociedade, não educa politicamente as massas, não forma uma base social de massas com um projeto político claro e não gera massa crítica na sociedade abre espaço para o crescimento da direita em determinadas situações.**

Essa constatação aumenta a responsabilidade das forças populares com a educação política desses setores da sociedade. Além disso, se caso as forças populares não conseguirem viabilizar uma alternativa democrática, nacional e popular à crise do capitalismo mundial, aumentam, ainda mais, as possibilidades do triunfo da direita.

Como as reformas estruturais não estão na agenda da composição política que sustenta o governo Dilma, então a presidenta e os partidos de esquerda poderão enfrentar o seguinte dilema: seguir com medidas paliativas no enfrentamento da crise econômica e garantindo a unidade da composição de partidos que sustenta o governo ou optar por mudanças mais profundas na política econômica acompanhadas de reformas estruturais e apostando na formação de um bloco popular que defenda essas medidas.

Quem ganha com a hesitação e timidez do governo Dilma no enfrentamento à crise econômica é a direita brasileira. Isso porque se a economia desacelerar demais e as conquistas dos últimos anos for ameaçada, a popularidade e aprovação do governo poderão cair. Os partidos fisiológicos que fazem parte da coalizão governista poderão se agrupar em torno do PSDB.

Portanto, de uma forma ou de outra essa composição que sustenta o governo Dilma sofrerá dissidências. Além disso, Dilma, corretamente, ao assumir o compromisso com algumas pautas como a Comissão Nacional da Verdade, os vetos às mudanças no novo código florestal e democratização dos meios de comunicação, contribui para desagregar ainda mais sua própria base de sustentação.

A História demonstra que a luta por reformas estruturais politiza as massas, polariza a sociedade e proporciona correlações forças favoráveis ao aprofundamento dos projetos políticos. Apostar na concretização de reformas democráticas, nacionais e populares num momento de cerco e desmoralização do neoliberalismo é o melhor caminho para enfrentar a crise econômica internacional.

Avançar no nível de organização popular, dialogando com uma nova correlação de forças em formação na América Latina é fundamental para podermos consolidar uma força social de massas que apresente um projeto popular que dialogue com o nível de consciência da classe trabalhadora e que resolva seus problemas básicos.

TEXTO 55

Contribuição dos professores Agatha Justen (ADUFRJ), Alexandre Mendes (ADURRJ), Catharina Meirelles (ADUFF), Clarisse Gurgel (ADUNI-RIO), Claudio Gurgel (ADUFF), Gelta Xavier (ADUFF), Kátia Maria de Oliveira (ADUFF), Isaque Moura (ADUFF), Jacira Oliveira (ADUFF), Jonas Gurgel (ADUFF), Júlio Figueiredo (ADUFF), Lorene Figueiredo (ADUFF), Paulo Almeida (ADUFF), Waldy Lins (ADUFF), Wallace dos Santos de Moraes (ADUFRJ), Wanise Cabral Silva (ADUFF) e Wilma Pessoa (ADUFF).

GREVE DAS UNIVERSIDADES 2012 – quando Rosa e Trotski estão com a razão

“A greve de massas melhor organizada pode fracassar miseravelmente no momento em que os dirigentes dão o sinal, diante do primeiro ataque”

Folheto Junius, 1915

“A situação política mundial no seu conjunto caracteriza-se, antes de mais nada, pela crise histórica da direção do proletariado. [...] Massas de milhões de homens lançam-se sem cessar no caminho da revolução. Mas, a cada vez, chocam-se com seus próprios aparelhos burocráticos conservadores.” Programa de Transição, 1938

Este texto tem como pressuposto que a análise de conjuntura não pode dispensar a específica análise do mais relevante acontecimento de 2012, no âmbito do movimento docente e do movimento sindical brasileiro – a greve dos professores das instituições federais de ensino superior do Brasil.

1. Em conjuntura adversa, enfrentando um governo politicamente forte e com a economia ainda sob controle; na contramão da direção do ANDES e de algumas seções sindicais, em maio de 2012, os docentes da Universidade Pública entraram em greve. Impulsionados pela má remuneração e péssimas condições de trabalho, estas últimas agravadas com a expansão desordenada do REUNI, as IFES pararam em quase todo o Brasil. À vontade politicamente, o governo não cumprira o acordo de 2011, que previa a incorporação da GAE e o ajuste de 4%. O desrespeito contribuiu para aumentar a indignação dos docentes. As assembleias cheias estimularam os que se opunham inicialmente ao movimento a se colocarem à frente dele, julgando-o forte o suficiente para ser vitorioso com brevidade. Mas uma assimetria de consequências negativas se instalou: bases radicalizadas e direções tímidas e burocratizadas, em contexto que exigia radicalidade em todos os níveis.

2. De outra parte, aqueles que defenderam e fizeram a greve desde o início, disputando sua condução, conscientes da necessidade de ações mais incisivas, não tiveram força e organização para liderá-la. Em alguns momentos, nos comandos locais (CLGs) e no nacional (CNG), os debates e propostas aprovadas pareciam dar um rumo consistente à greve, mas se diluíam na

passagem entre a aprovação coletiva e a execução, esta última sempre muito dependente dos aparelhos sindicais.

3. Configurada a suspensão das negociações, o movimento buscou a radicalização, mas não encontrou na direção nacional e em algumas direções locais o apoio para isto. Antes, o contrário, os principais dirigentes do Sindicato Nacional e de algumas seções sindicais usaram o seu prestígio, experiência e controle do aparelho, para conter a greve em limites moderados, transformando todas as propostas mais radicais em *performances* pouco contundentes, algumas vezes meramente teatrais. Cabe reconhecer que ações radicalizadas ocorreram em algumas localidades, sem entretanto atacar pontos centrais que abalasses a resistência do governo.

4. A isto, alguns dirigentes sindicais acrescentaram movimentos repetitivos de saída, dividindo-se entre a postura de combatividade, que fazia sua imagem antiga, e o comportamento de capitulação e conciliação, que faz sua verdadeira face atual. Sugestões de flexibilização das tabelas, priorização dos aspectos financeiros, em detrimento de graves questões da carreira, e até mesmo a omissão em face de ameaças explícitas ao histórico projeto de Universidade pública do ANDES – tudo isto compunha e revelava um quadro de fragilidade, com evidentes reflexos nas bases. As propostas contraditórias – pela continuidade da greve, mas apontando data de saída – foram as últimas expressões desta debilidade, que preponderou no terço final da greve.

5. A crise de direção tornou-se evidente. O governo, é claro, também a percebeu, e sua intransigência, por isto mesmo, aumentou. O alongamento da greve trouxe os desgastes comuns a essas situações, a eles somando-se pressões externas e internas à Universidade. Pressões de professores, que se sentiam esgotados, de estudantes que temiam perder o semestre, de reitores, de todos os tipos de opositores da greve, da *mídia* e até mesmo do cidadão comum, apreensivo com os filhos, parentes e amigos. No centro dos acontecimentos, a combinação de governantes autoritários e direções sindicais vacilantes. Isto foi minando a capacidade de luta dos docentes e levando à desconstrução da greve, de uma semana para outra, em assembleias lotadas, inclusive por anti-grevistas de primeira hora, com quem essas direções fizeram alianças em falas e votações.

6. A saída da greve se deu com um Projeto de Lei notavelmente negativo para a Universidade pública, enquanto instituição. Não menos danoso enquanto plano de carreira para os docentes, ativos e aposentados, especialmente para os novos. A análise do PL é um capítulo à parte, mas, salvo o PROIFES e a direita do movimento docente, ninguém aprovou o projeto do governo, nem os que queriam permanecer, nem os que queriam sair da greve, nem os que saíram em desabalada carreira, antes mesmo de o PL ser apresentado ao Congresso Nacional.

7. A maior fragmentação interna que virá com o PL do governo e a provável aprovação de uma legislação dura contra as greves nos serviços públicos dificultarão ainda mais nossa capacidade de aglutinação e de enfrentamento. Diante deste quadro, o argumento de preservação do aparato sindical como justificativa para o fim da greve revela uma posição exclusivamente legal e formal que reforçará o burocratismo e a disputa pura e simples do aparelho sindical.

8. Apesar de tudo, a greve quebrou a inércia que o burocratismo cultivava e demonstrou a capacidade dos trabalhadores questionarem a hegemonia de um governo transformista, revelando sua face autoritária e patronal. Além disto, obteve-se um acúmulo extraordinário de militância por parte de um conjunto de professores jovens, que certamente adquiriram muito conhecimento sobre a realidade e sobre como enfrentá-la. Uma nova geração de professores, que se provaram capazes em muitos planos, emergiu da greve e, ao lado de muitos docentes antigos, demonstrou que há energia e consciência transformadora na Universidade.

9. Cabe igualmente registrar a existência de um núcleo de companheiros, presentes em várias seções sindicais, que no decorrer da greve estiveram relativamente alinhados em suas avaliações e posições, fazendo a resistência dos últimos dias de greve. Este núcleo, ainda muito inorgânico, poderá ser base de um processo de revitalização do movimento. Vale dizer que o PROIFES perdeu espaço nas próprias bases, mas isto não representa muito no contexto atual, dado que sua função auxiliar continua válida, enquanto seu usuário, o governo, continuar forte para bancar *factóides*.

10. A tradução deste acúmulo em campo de força, futuros avanços e novas lutas dependerá da capacidade de aglutinação desses companheiros e dessa nova geração de professores, na perspectiva de rompimento com o burocratismo e a conciliação. Sem isto, poderão ser conduzidos para a apatia, o conformismo e atividades compensatórias e diversionistas, internas e externas à Universidade. Um exemplo deste tipo de ação compensatória e diversionista foram os insólitos seminários ocorridos em várias ADs para debater o Projeto de Lei, sem nenhuma consequência prática em que se pudesse colocar alguma esperança de intervenção e mudança. Ou ainda a retomada do velho discurso de *outras formas de luta*, a que alguns dirigentes parecem ter aderido.

Em outros termos, estamos diante da confirmação do que escreveu Rosa Luxemburgo, em 1915, e repetiria Trotski, nos difíceis anos 1930, acerca das crises de direção e seu efeito inibidor dos movimentos transformadores.

O grande desafio que se coloca, e que não depende de qualquer calendário eleitoral ou Congresso, é construir ou reconstruir outras referências, que correspondam a um novo e mais elevado patamar de organização e de luta.

Fevereiro de 2013.

TEXTO 56

Contribuição dos sindicalizados Aloizio Soares Ferreira (ASPUV-SSind), Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG-SSind.), Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV-SSind.), Antonio Claudio Moreira Costa (ADUFU-SSind), Antonio Luis de Andrade (ADUNESP-SSind), Célia Regina Otranto (ADUR-RJ-SSind.), Dileo Dustan Lucas de Souza (APESJF-SSind.), Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMP-SSind.), Elaine Judite de Amorim Carvalho (ADUFEPE-SSind), Emerson Araújo (ADUFEPE-SSind.), Graciela Bonassa Garcia (ADUR-RJ-SSind), Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.), José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind.), Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ-SSind.), Marília Leite Washington (ADUFSCAR-SSind.), Oneize Araújo (ADUFS-SSind) e Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA-SSind.).

AVANÇAR NA EXPANSÃO DE UM SINDICATO AUTÔNOMO, COMBATIVO E CLASSISTA – SOMOS ANDES-SN

As análises realizadas nos fóruns deliberativos do ANDES-SN, nos últimos anos, têm denunciado, de forma correta, os ataques que o patronato, o governo e seus aliados têm perpetrado à classe trabalhadora.

O capital tenta jogar nas nossas costas os efeitos da grave crise que gerou e que obriga governos, inclusive de países centrais do sistema econômico, a transferir valores imensos de recursos na tentativa de salvar bancos e corporações. As reflexões do Sindicato têm acertado, também, quando lembram que, mesmo com esta crise em andamento, a aplicação do receituário neoliberal de reforma do Estado não só continua, como se torna cada vez mais aguda. Vemos se intensificar, em todo o mundo, a adoção de medidas que visam a apropriação privada das riquezas produzidas pelos trabalhadores, a perda de direitos sociais, o desmonte de serviços públicos essenciais e a precarização das condições de vida e trabalho, com a suspensão de benefícios e o aumento do desemprego em níveis alarmantes em diversos países, incluindo a Europa.

As reações dos trabalhadores a estes ataques também têm sido apontadas nestas avaliações. A resistência dos povos europeus, como na Grécia, em Portugal e na Espanha, a chamada Primavera Árabe – que já levou à derrubada de ditaduras centenárias – e as ações de estudantes e trabalhadores da América Latina, como no Chile e no Brasil, são exemplos dessas lutas. No último triênio, vimos, em nosso país, uma intensificação da mobilização dos sindicatos e movimentos sociais do campo classista, bem como a busca de organização e unidade para este enfrentamento.

Mas esta não tem sido uma busca fácil. As lutas, mesmo que cada vez mais acirradas, na construção civil, no serviço público, no setor de serviços e nas ocupações urbanas e rurais ainda não conseguem ver este ascenso refletido em um patamar de organização que possa fazer frente à força e à truculência que os aliados do capital têm demonstrado. Em 2010, depois de um longo processo de debate e após o acordo entre as principais correntes classistas para a criação de uma Central, grupos ligados à Intersindical, derrotados nas votações das plenárias, decidiram se retirar e causaram um retrocesso nesta construção, fragilizando todo o campo classista. O ANDES-SN participou ativamente do processo de construção da CONLUTAS, iniciado em 2004, e teve todas as suas teses aprovadas no Congresso que transformou esta, em 2010, na Central Sindical e Popular – CONLUTAS, em Santos – SP.

Em 2012, a busca pela unidade ficou ainda mais distante também para o movimento docente. O grupo que tinha o controle hegemônico da Corrente ANDES-AD – Autônoma e Democrática, que atuava no sindicato desde o seu nascimento, decidiu extingui-la, por decisão unilateral dos membros que estavam presentes no 31º Congresso, em Manaus, golpeando de forma antidemocrática as instâncias daquela organização. Talvez este ato, realizado pela militância ligada ao PSOL e PCB, tenha sido o último (e simbólico) golpe em uma corrente sindical que conseguia ainda resistir, apesar das dificuldades crescentes, ao desmonte do campo da esquerda, patrocinado pelo PT após o seu ingresso no governo. A escolha destes militantes por ocupar, de forma exclusiva e hegemônica, a Direção Nacional do ANDES-SN, certamente apportará maiores dificuldades para a construção da unidade, principalmente se considerarmos os métodos adotados.

Mesmo que, desde o 25º Congresso do ANDES-SN (Cuiabá, 2006), já avaliássemos que a ANDES-AD caminhava a passos largos para uma degeneração irreversível, a opção pelo rompimento unilateral, sem debate, e valendo-se de sua superioridade numérica, foi um duro golpe perpetrado a toda a militância.

Método e ação confirmaram o que, ainda no 25º Congresso, já alertávamos: *“Qualquer sufocamento do debate ou qualquer silenciamento de companheiros ou grupos de companheiros, baseado em divergências sobre referenciais políticos (reais ou imaginários), mesmo permitindo, no limite, vitórias parciais e eventuais desse ou daquele grupo, representará sempre um caminho rápido para a burocratização e a perda de representatividade do Sindicato. Liberdade, democracia e autonomia não podem ser palavras jogadas ao vento. Devem ser praticadas cotidianamente, estar sempre incorporadas de forma vigorosa ao referencial político de cada um de nós.”* (Anexo ao Caderno de Textos, 2006, p.29).

Este giro na concepção sindical que embalou o nascimento do ANDES-SN já se faz sentir na dinâmica do sindicato e de suas Seções Sindicais, a partir, principalmente, da inviabilização dos sindicalizados mais críticos na vida sindical, em seus espaços de construção e mobilização. A sucessão de fotos retiradas/apagadas, vídeos com histórias cortadas e de vozes silenciadas, nestes últimos anos, por quem domina o ANDES-SN, por cima, tem sido preocupante.

Entretanto, este quadro de dissensão resultou, também, em uma explicitação maior das diferenças políticas e, principalmente, da prática política de cada grupo e ou corrente que atua no Sindicato. Certamente estas diferenças levarão a uma riqueza maior dos debates, ao surgimento, com maior contundência, das polêmicas e das discussões, abrindo uma possibilidade de maior participação e esclarecimento de toda a base docente.

Neste sentido, já em 2012, a greve abriu espaço para a expressão destas diferenças, e vale a pena olhar como os discursos e as práticas dos diferentes grupos que atuam no sindicato responderam a este momento de radicalidade e de luta.

A greve de 2012 no Setor das Federais

A forte greve das Instituições Federais de Ensino Superior, no ano passado, surpreendeu não só o governo, bem como uma parcela significativa da Direção Nacional do ANDES-SN e de direções de Seções Sindicais, que muitas vezes foram “atropeladas” pela base, o que se deve, em grande parte, à história recente de desmobilização, não só do movimento docente, mas de praticamente todo o setor dos servidores públicos federais.

Esta grata surpresa, uma greve em que a Educação Federal ficou paralisada durante meses, gerada pela luta dos professores por projetos que se contrapunham à hegemonia governamental, mostra a necessidade de se refletir, com mais cuidado, a respeito da base docente e de seu potencial de luta. Por ser um instrumento extremo, no qual todas as concepções e forças políticas são obrigadas a se expor, é um momento importante também para se realizar um balanço que permita explicitar as concepções e principalmente as práticas encaminhadas por estas forças. A História mostra que é com este tipo de balanço que os trabalhadores têm conseguido avançar.

O ANDES-SN é uma entidade plural, na qual diversas correntes políticas atuam – seja de partidos políticos, tendências dentro de partidos políticos, grupos, coletivos de diferentes tamanhos, e mesmo indivíduos –, contribuindo com suas análises e propostas. A base de sindicalizados do ANDES-SN abarca todo um leque de ideias políticas, das mais conservadoras às mais revolucionárias, e uma militância atuando de forma direta. Esta grande diversidade, o seu reconhecimento, e os mecanismos para que todos possam se expressar e atuar no Sindicato, é o que garante a democracia e a representatividade de seus quadros.

Não por acaso, é nos momentos mais difíceis, nos momentos de crise e de ações mais extremas, que a práxis fica clara. A greve é um destes momentos.

Neste sentido, 2012 deve ser contextualizado a partir dos fatos políticos dos últimos anos, em especial da última década, quando um partido tido como da classe trabalhadora assumiu a direção do Estado.

Ao ocupar o governo, em 2003, o Partido dos Trabalhadores (PT) manteve a mesma política de seus antecessores Collor e FHC, com o arrocho salarial, o endurecimento contra os sindicatos mais combativos, e dando seguimento a uma reforma do Estado brasileiro voltada para os interesses mercantis, que visava desmontar os serviços públicos de saúde e de educação, e precarizar as carreiras dos servidores. Colocou uma reforma sindical em andamento, que tem como objetivo “pacificar” e tornar submissos todos os sindicatos de base, controlados de forma cada vez mais verticalizada pelas Centrais, em especial pela CUT e Força Sindical. Para os que ainda resistiam, recrudescer, tentou dividir a base, criou sindicatos pelegos e tentou ocupar as direções, por dentro das entidades combativas.

Neste mesmo período, no que se refere às políticas de ensino superior e de seus reflexos sobre o trabalho docente, o governo do PT, na mesma linha, investiu fortemente na transformação das IFES para um projeto em sintonia com as receitas das agências multilaterais, como Banco Mundial e outras. Trabalhou no sentido de quebrar o que ainda subsistia de autonomia nestas instituições, passou a distribuir recursos por meio de editais direcionados para suas políticas, programas, bolsas e um arcabouço de normas que desfigurou cada vez mais o caráter crítico e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio estabelecido na Constituição de 1988 e que, de lá para cá, vinha sendo minado e atacado ininterruptamente. Com a complacência e, muitas vezes, a colaboração ativa da ANDIFES, o ingresso nos cursos de graduação, a autorização de funcionamento de cursos de pós-graduação, a avaliação institucional, a expansão e muitas outras atribuições acadêmicas, passaram para o controle – seja financeiro, seja regulamentar – do MEC, transformando Reitores em gerentes.

As ações do PT e das Centrais Sindicais, em particular da CUT, ao reprimir, cooptar as lideranças e neutralizar os movimentos reivindicatórios de maior expressividade no cenário nacional, se concretizavam também nas IFES e em particular no movimento docente. Passamos anos, diversos Congressos e CONAD avaliando o quadro de refluxo, suas causas e a expectativa de reversão. Estas análises, e como as correntes políticas que atuavam no ANDES-SN entendiam aquele momento, podem ser resgatadas nas leituras dos Cadernos de Textos, e estas tornam ainda mais difícil entender algumas das contradições vistas em parte da direção do sindicato, na greve de 2012.

Os debates nos eventos do Sindicato indicavam a direção correta. No período de 2004 a 2010 tivemos um quadro de desmobilização, gerado pela linha de atuação rígida, por parte do governo, que não permitia qualquer concessão ao projeto de reforma que vinha implementando, inclusive com o aporte de recursos para forçar esta transformação, via “chantagem” administrativa. Nesta, se incluía também um forte investimento ideológico, com a mobilização das forças mais conservadoras presentes nas IFES e uma reformulação institucional que facilitasse a ideia das fundações, dos “empreendedores”, ao mesmo tempo em que reforçava uma formação que fosse cada vez mais voltada para os interesses do capital.

Após a luta contra a Reforma da Previdência, o quadro majoritário, não só na educação federal, mas também em quase todas as categorias dos SPF, foi de desmobilização, com avanço do projeto neoliberal, arrocho salarial e, no caso do nosso sindicato, ataques via registro sindical, perda de Seções Sindicais para uma entidade pelega, criada pelo governo – o Proifes e ataques às finanças do ANDES-SN, por meio de consignações. Tivemos greves parciais, em 2005 e 2006, que não lograram êxito e, nesta última, o governo forçou a presença o Proifes na mesa de negociação, impondo um acordo repudiado pela quase totalidade da base docente, e que trouxe grande prejuízo para o professorado.

Mesmo com tantos reveses, o nosso Sindicato, com base nas deliberações de seus Congressos e CONAD, jamais deixou de chamar para a luta, para a mobilização, e para a unidade nas campanhas salariais, sendo uma das entidades que mais se empenhou pela manutenção da CNESF, num momento em que a ordem do governo e de seus aliados era de esvaziá-la.

Em momento algum, a entidade se abateu, e no período entre 2008 e 2010, conseguiu reverter a tentativa de destruição do ANDES-SN empreendida pelo governo/CUT/Proifes, conquistando o Registro Sindical, numa campanha memorável que foi às ruas, juntamente com a CONLUTAS e diversas outras entidades do campo classista. Neste mesmo período, foi realizado um debate para a atualização da pauta do Setor das IFES, no qual a carreira foi reafirmada como eixo fundamental para o nosso projeto, e passou-se a discutir os encaminhamentos referentes às pautas locais.

Vale destacar que o REUNI, projeto governamental editado em abril de 2007, e que previa uma expansão das IFES de forma acelerada, estipulando metas produtivistas e ferindo ainda mais a autonomia universitária, teve um forte embate por parte do conjunto das entidades representativas dos estudantes, técnico-administrativos e professores naquele mesmo ano, mas, mesmo assim, isto não foi capaz de suspender a sua implementação. No período entre 2008 e 2010, vários *campi* foram construídos; o número de ingressos aumentou significativamente em algumas IFES, mas, conforme todas as previsões feitas pelo movimento docente, esta expansão se deu, não raro, precariamente, com cursos sem professores, sem salas de aula e laboratórios; e alguns locais sem condições mínimas de funcionamento. Em 2011, os sinais de que “algo de errado não estava certo” em muitos *campi*, em particular nas expansões, passaram a surgir com mais evidência.

É possível que este contexto, somado a outros fatores, tenha contribuído com a Campanha Salarial de 2011 e seus desdobramentos. O debate com o governo sobre carreira e salário vinha, por anos a fio, se arrastando, e mostrando o desdém que o governo do PT demonstrava com esta questão. Agora, além deste desrespeito, uma nova demanda, objetiva, de condições de trabalho, aparecia com força. Se as assembleias ainda não lotavam, ao menos registravam o acúmulo da indignação com a maneira com que

isto era tratado. A proposta de acordo, oferecida pelo governo, prevendo incorporação parcial de gratificações, ultrajantes 4% de reajuste salarial para o ano seguinte, e ignorando todo o restante da questão da carreira, acabou sendo aceita pela diretoria do ANDES-SN em um processo tumultuado e confuso, que resultou em troca de acusações em assembleias, reuniões, e enxurradas de denúncias pela Internet. O pedido de identificação de voto, mecanismo natural em qualquer fórum democrático, foi recebido como uma afronta e rechaçado pela Diretoria Nacional e por outros integrantes do Setor das IFES, na reunião que aprovou o Acordo. Uma reação desnecessária, antidemocrática, e que só esgarçou mais o sindicato, abalando a confiança da base em seus representantes, naquele momento.

Em janeiro de 2012, durante o 31º Congresso (Manaus), a luta já começou a ser encaminhada. Com o início do semestre acadêmico em março, a mobilização passou a crescer e a ganhar visibilidade. Após três reuniões do Setor das IFES, realizada entre março e abril de 2012, finalmente a diretoria do ANDES-SN foi convencida, pela base, da necessidade da greve. À medida que os relatos das assembleias de base, na reunião do Setor das IFES de 12/05, que deflagrou a paralisação, referendavam a radicalização, os Diretores, com o ar, ora surpreso, ora contrariado, foram mudando o discurso titubeante, recheado de alternativas para continuar o “diálogo” com o governo, para um discurso que apontava a greve. A greve foi deflagrada tendo como pauta central a proposta de carreira docente aprovada em nosso 30º Congresso e por pautas locais, que focavam as condições de trabalho nas universidades, em especial nas expansões recentes. Esta deflagração, que no início, incluía 30 Seções Sindicais, rapidamente passou de 50, e a consistência do movimento surpreendeu o governo e boa parte da Direção do nosso sindicato, que não via (ou não desejava) a condução daquela luta, naquele momento.

É preciso destacar o descompasso, mais uma vez, das diferentes categorias dos SPF, tanto na CNESF quanto no chamado Espaço de Unidade de Ação. Este último, criado a partir do esforço para construir uma luta unitária, possui desde sindicatos na linha governista, CUT, CTB, até a CSP-CONLUTAS e sindicatos com tradição combativa. Em nome da unidade, esta participação foi garantida, apesar do acúmulo que o ANDES-SN tem no sentido de que as entidades governistas acabam sempre fazendo movimentos para beneficiar o governo, e em muitos momentos pretéritos, deixaram as entidades mais combativas a ver navios.

Mesmo com este descompasso, em determinado momento, passamos a ter o ANDES-SN, a FASUBRA, o SINASEFE e grande número de entidades estudantis paralisadas, configurando uma forte greve na educação federal.

O Setor das IFES do ANDES-SN chegou a um patamar histórico, com quase a totalidade dos *campi* federais em greve. Para todos os que acompanharam a luta pelo Registro Sindical nos anos 2008/2010, o avanço sobre a representação das Seções Sindicais dominadas e/ou dirigidas pelo Proifes foi de um significado político enorme. Diretorias foram questionadas, a base docente “virou a mesa” em assembleias lotadas e os relatos eram sempre de disposição de luta e pelo fim do peleguismo.

Este cenário surpreendeu a todos, incluindo as correntes políticas que atuam em nosso sindicato. Algumas delas, que atravessaram os últimos 10 anos lamentando a desmobilização da base, usavam isto para não indicar a luta e, muitas vezes, viam no desinteresse, por parte dos professores, a causa das dificuldades políticas que atravessávamos. Na greve de 2005, a Diretoria lamentava o fato de, ao olhar para trás, não ver a massa de docentes apoiando a luta, hipotecando este quadro à dificuldade de avançar. Em julho de 2012, lá estava a nossa base, pronta para a luta, mas mesmo assim, a opção foi de recuo.

Muitos fatores devem ser considerados no decorrer e no desenrolar e encerramento da greve de 2012. Apesar da radicalidade e da consistência da base docente, exposta em todas as manifestações de assembleias, o governo conseguiu levar o movimento à exaustão, mantendo-se alheio às reivindicações e inflexível em sua proposta. A força do movimento foi capaz de fazer o governo receber os nossos representantes, mas em momento algum, este negociou a nossa pauta. Fomos capazes de impor uma derrota ao braço do peleguismo governamental nas bases, mas isto não refletiu em avanço ou conquista das nossas reivindicações. No balanço final, é inevitável reconhecer que fomos derrotados e que uma das greves mais fortes da história da nossa entidade não foi capaz de dobrar o governo e permitir o avanço, ainda que parcial, de nossas demandas.

Neste ponto é importante que nos debruçemos também sobre as deliberações e encaminhamentos que fomos adotando, as razões que nos levaram a esta situação, o que estava proposto, e que forças políticas fizeram estas propostas, o que irá permitir um maior acúmulo para as nossas futuras ações.

Sabíamos da intransigência do governo, conhecemos bem os seus expedientes para esvaziar movimentos reivindicatórios, mas, mesmo assim, no momento em que a greve era mais forte, em que a mídia se mostrava favorável aos docentes e que algumas propostas apontavam para a radicalização e tensionavam, ainda mais, a opção que se adotou foi de, ao invés disso, remeter para o governo uma contraproposta à

nossa própria proposta. Um sinal claro de que a tese da “colaboração” e do “diálogo” continuava prevalecendo em várias correntes políticas do nosso sindicato, mesmo depois de passarmos anos com as famosas “mesas de enrolação” e o desrespeito descarado promovido pelo MPOG e pelo finado Duvanier.

O embate destas ideias em um momento tenso, como no decorrer da greve, acaba demarcando com mais clareza diferenças de concepções e de linhas políticas, defendidas pelas correntes que atuam hoje com mais consistência, no ANDES-SN.

Se, para alguns, as possibilidades de avanços dos trabalhadores se restringem às formas de luta contra o capital, incluindo o Estado, o patronato e seus aliados; para certas correntes, o caminho é o de estabelecer diálogos, participar de câmaras tripartites, investir na via parlamentar e colaborar com os adversários dos trabalhadores no sentido de “melhorar” o sistema. Alguns devem lembrar do debate em 2003, quando parte do Congresso do ANDES-SN defendia que o governo do PT seria um “espaço de disputa”. Depois de quase uma década, as ilusões de conquistas efetivas para a classe trabalhadora se reduziram à sua capacidade de enfrentamento e foram enterradas de vez quaisquer expectativas de avanço através da “colaboração” e do “diálogo”, onde um “Duvanier” fica, anos seguidos, inventando formas de ludibriar o professorado. O Proifes e certas correntes políticas, algumas atuando também no ANDES-SN, agem nesta linha e, de forma coerente, a defendem através de seus discursos.

As correntes políticas alojadas em torno do PSOL e do PCB não poderiam ser acusadas de não querer a greve. Também não poderiam ser acusadas de querer a greve. Durante o processo de deflagração, as idas e vindas das representantes destas correntes ora mostravam indecisão, ora uma política de preservação para as eleições municipais, que se aproximavam. Suas posições, ao contrário do que se espera de uma Direção, no sentido de indicar a luta, ficavam sempre a reboque. O discurso do “medo de perder a base” para os pelegos, característica destes militantes desde 2005 foi repaginado. O receio de perder o “protagonismo”, o pavor da direção de perder uma proposta em assembleia... O medo paralisa. Mesmo com a greve forte e demonstrando determinação para o embate com o governo, estas correntes passaram a propor uma contraproposta à nossa própria proposta em meados de julho, e se contrapuseram às ações de maior radicalização. Derrotados parcialmente, voltaram à carga até conseguir enviar uma contraproposta ao governo que se mostrou inócua. Em seguida, passaram a defender um “prazo de validade” para a greve (ditado pelo governo) e referente à data de envio da proposta de orçamento ao Congresso, uma espécie de “calendário Maia” da greve, amplamente desmentido categoricamente por diversos assessores jurídicos do sindicato. O comportamento destes grupos, suas políticas, os interesses ligados às campanhas para as eleições municipais, e os expedientes usados nos CLG e no próprio CNG-ANDES, são assunto para a avaliação de cada local. Seus encaminhamentos foram importantes para a adoção de ações que levaram ao enfraquecimento e à inflexão da greve, na segunda quinzena de agosto.

Em 10 de agosto, as correntes favoráveis ao rebaixamento de nossas demandas conseguiram aprovar um Comunicado no CNG, perguntando não se as assembleias achavam correto flexibilizar a nossa pauta, mas o que achavam que deveria ser flexibilizado, como se a primeira pergunta já estivesse deliberada. Na semana de 12 a 18 de agosto, militantes que, em julho já haviam apoiado, ainda de forma velada, a contraproposta à nossa própria proposta, passaram a expressar no CNG e nas Seções Sindicais, uma preocupação pela não discussão do horizonte desta greve e avaliavam que a questão fundamental que se apresentava era a construção de sua saída. Mais uma vez o medo de perder o protagonismo.

Naquele momento, as assembleias de base mantinham a greve. Uma greve que tinha questões de fundo em sua pauta e que, neste sentido, toda a direção do sindicato sabia que o governo não abriria mão facilmente e que certamente desembocaria em algum momento de maior radicalidade e tensionamento, para que pudéssemos arrancar alguma conquista. Esta possibilidade foi minada antes que este embate se colocasse.

O mais triste é ouvir os mesmos argumentos e as velhas cantilenas, típicas dos militantes destas agremiações: conseguimos vitórias parciais (a lei aprovada é um recuo ainda pior na carreira do que o que estava posto quando entramos na greve. Os reajustes salariais não darão conta da inflação projetada e as condições de trabalho continuam sem horizonte de resolução), conseguimos desgastar o governo (esqueceram de incluir isto na pauta...!!!), o governo é muito forte e não irá recuar, etc., etc.

Desta semana em diante, as votações e os discursos no CNG passaram a incitar cada vez mais o recuo. Entretanto, na única votação em que foi pedida a identificação do voto por Seção Sindical *a partir da deliberação de cada Assembleia*, e que se esperava uma maioria favorável ao fim da greve, o resultado foi o inverso.

A centralidade de luta para o ano de 2013

A greve da educação federal, assim como os movimentos dos servidores nos estados e municípios e demais trabalhadores, confirmou a avaliação de que sem mobilização e luta da classe trabalhadora, o governo e seus aliados não abrirão mão de seu projeto de reforma do Estado e de supressão de direitos sociais. Também como já foi avaliado, este governo é capaz de lançar mão do que for preciso para não permitir que seu projeto seja afetado, incluindo força, truculência e práticas antissindicalistas. O ANDES-SN e o conjunto das entidades classistas já possuem acúmulo suficiente para descartar a ilusão dos fóruns tripartites, das audiências e promessas de gabinetes, da esperança e expectativas da via parlamentar e de mesas de “negociação” inócuas e midiáticas.

Desafortunadamente, nem todos reconhecem este acúmulo. O relato da primeira audiência da Diretoria do ANDES-SN com o governo em 2013, não transparece, nem de longe, que se trata do mesmo governo que meses atrás ignorou, trapaceou e desrespeitou as reivindicações da base deste sindicato. A impressão é de que “zeramos” a conta e começamos, fagueiros, uma nova fase de “diálogo” e “negociação”. Uma postura de nossa Diretoria difícil de compreender e impossível de aceitar.

A greve das federais foi derrotada por um governo antidemocrático e truculento (e seu fim precoce gestado e anabolizado por muitos dentro do próprio sindicato). Não conseguimos avançar em nenhum dos dois pontos de pauta pelos quais começamos a paralisação – nosso projeto de carreira e as precárias condições de trabalho. Mesmo entendendo a articulação entre nossas reivindicações específicas e a política maior, nossa base não entrou neste embate para “desgastar ou derrotar o governo”, item elencado como saldo positivo por correntes políticas que disputavam vagas em prefeituras e nos parlamento e que atuam e nossa entidade.

Entretanto, é inegável que, apesar da derrota, tivemos como saldo positivo, este sim, o ressurgimento de uma militância mobilizada em praticamente todas as IFES, a denúncia de diretorias de Seções Sindicais omissas ou que atuavam no polo governista e o avanço no reconhecimento do ANDES-SN como legítimo representante dos professores das IFES.

Os problemas que ainda incidem sobre a nossa organização e estrutura, bem como os ataques que temos sofrido no último quinquênio, ainda se refletem na entidade. Se a greve, por um lado, permitiu ampliar a denúncia e avançar sobre os que querem destruir o ANDES-SN, por outro, somente o trabalho cotidiano irá garantir estas conquistas. Temos ainda Seções Sindicais dirigidas por inimigos do ANDES-SN, temos entidades que continuam desfiladas e que demandam uma ação política contundente para seu retorno ao nosso sindicato. Temos um número significativo de *campi* em expansão, o ingresso de um contingente expressivo de novos concursados. Temos novas configurações institucionais, como nos Institutos Federais e a necessidade de caminhar, de forma solidária com o SINASEFE, na sindicalização destas novas frentes.

Neste sentido, para os desafios que estão colocados, o eixo de luta deste sindicato, para o ano de 2013, deve incluir a retomada dos enfrentamentos que vinham sendo encaminhados nos estados e no âmbito federal, envolvendo a nossa carreira, as condições de trabalho e a questão salarial. Nestes embates, devemos reforçar a aliança com o conjunto dos trabalhadores e buscar contribuir para que cada vez mais as nossas organizações e instrumento de luta se fortaleçam. Devemos buscar a unificação de nossas ações, o enraizamento e uma maior participação do ANDES-SN nas instâncias de debate e de deliberações da CSP-CONLUTAS, nos estados e eventos nacionais.

Em síntese, a centralidade para o ANDES-SN, no ano de 2013, deve ser de “intensificar as lutas pela carreira e condições de trabalho, buscando ampliar a sindicalização docente e a expansão do ANDES-SN nos locais de trabalho, atuando na consolidação da CSP-CONLUTAS e no avanço da unidade classista dos trabalhadores”.

TEXTO 57

Contribuição dos professores Cláudia Durans, Catarina Malcher, Diana Diniz, Marcone Dutra, Karla Sousa, Rosenverck Santos, Rosana Éleres, Welbson Madeira, Vilemar Gomes, Raimundo Renato Patrício e Marly Dias – Sindicalizados da APRUMA

AVANÇAR NA ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA DOCENTE, DO FUNCIONALISMO E NA UNIDADE DA CLASSE: em defesa da Educação Pública e dos direitos dos trabalhadores

2012 foi um ano de muitos embates, ataques por parte do governo e dos patrões aos salários, condições de trabalho e direitos da classe trabalhadora. Mas também foi um ano de avanço no processo de reorganização da classe, da maior greve das Universidades Federais contra o desmonte, a precarização, em defesa da carreira e das condições de trabalho. Isso num contexto de aprofundamento de crise, que atinge o centro do capitalismo.

Em meio a maior crise do capitalismo no pós-guerra, os governos torraram trilhões de dólares para salvar grandes bancos e indústrias e evitar o colapso do sistema financeiro global e uma depressão como a dos anos 1930. Vivemos desde 2008 a maior intervenção estatal da história do capitalismo, que aumentou consideravelmente o financiamento público da acumulação capitalista, o peso do sistema rentista da dívida pública e o déficit fiscal das maiores economias do mundo. Tal medida não evitou que a crise se espalhasse para a Europa, confirmando que as medidas de contratendência, principalmente adotadas nos EUA, não só não conseguem superá-las, como preparam novas e mais fortes crises.

Neste quadro, os sucessivos planos draconianos de cortes sociais e ajustes fiscais que provocam a recessão na zona do euro, conduzidos pela troika (Banco Central Europeu, Comissão Europeia e FMI) como uma verdadeira guerra de classes, jogaram a região num verdadeiro caos social. São as conquistas do Estado de Bem Estar Social europeu que estão sendo “atiradas pelo ralo”, conduzindo a Europa a uma crise econômica, social e política.

Espanha, Portugal, Grécia, Itália e vários países do Leste Europeu vivem a pior crise desde a Segunda Guerra Mundial. Mesmo as economias imperialistas mais fortes, como a Alemanha e a França, que se beneficiam dos planos da troika para a periferia do continente, estão com suas economias em desaceleração. Assim, o desemprego em massa atinge a Europa: 11,7% de novos desempregados. A cada dia 6 mil trabalhadores são demitidos. Quem continua empregado é atingido duramente pelos cortes salariais, retirada de direitos.

A China, considerada o motor da economia mundial e plataforma de investimentos e exportação das multinacionais dos países imperialistas para o todo o mundo, também está em desaceleração, levando consigo as economias que a ela estão atreladas, como a brasileira e a argentina. A economia latinoamericana passou de um crescimento econômico de 4,3% em 2011, para 3,2 em 2012.

O Brasil, como parte da economia mundial, enfrenta um cenário de muitas incertezas. Ocupa atualmente a 7ª posição na economia do mundo, com um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 2,48 trilhões de dólares. Porém, diante do cenário internacional de crise, recessão na Europa, desaceleração na China, tudo indica que neste ano permanecerá a desaceleração na economia brasileira. Os dados são reveladores: em 2010 o crescimento foi de 7,5%, 2011 de 2,7% e 2012 cerca de 1%.

Isso tem a ver com a forma como a economia está organizada, sustentada na exportação de commodities, principalmente para a China. A construção civil pesada, baseada nas grandes obras de infra-estrutura e nos grandes eventos esportivos, segue em crescimento, por serem prioridades do governo. O setor automobilístico também começa a desacelerar, apesar de todo o beneficiamento do governo em facilitar o endividamento das famílias (59% encontram-se endividadas) e a redução do IPI, que garantiu a taxa lucro de 4,9%, mas fechou 2012 com 1,2%.

A política da frente popular é perversa: combina apoio aos bancos, empreiteiras e multinacionais; grande rentabilidade à agiotagem internacional com a dívida pública, pagando 48% do orçamento da união para isso; empréstimo via BNDES para empresários, desonerações fiscais, redução dos “custos do trabalho”, privatização dos aeroportos, rodovias e ferrovias, leilões de petróleo e energia; e programas de renda mínima como o Bolsa Família, que atinge 45 milhões das famílias (1/4 da população brasileira), somado ao apoio da mídia blindando o governo, e da UNE, CUT e MST, evitando as mobilizações necessárias à defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

Mesmo com toda a corrupção e o julgamento do mensalão condenando os principais dirigentes do Partido dos Trabalhadores, a presidente Dilma Rouseff atinge elevados índices de popularidade 77%. Uma contradição, pois sendo a 7ª economia mundial, as condições sociais oferecidas à população nos colocam na posição de 84ª posição em termos de IDH. Isto significa poucos investimentos públicos em saneamento básico, saúde, educação e outras necessidades sociais, como fruto das políticas implementadas pelos sucessivos governos que seguem à risca as orientações neoliberais.

Aproveitando-se dos elevados índices de popularidade que alcançam 77% e ameaçado pelo quadro internacional, o governo prepara o maior ataque à classe trabalhadora, apresentado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, filiado à CUT, através do Acordo Coletivo Especial. O ACE implica um novo padrão de negociação coletiva, facilitando a flexibilização de direitos trabalhistas, possibilitando que o negociado prevaleça sobre o legislado. Uma verdadeira Reforma Trabalhista. A CSP Conlutas tem sido o polo importante de resistência a esse ataque, realizando seminários, atos, denunciando essa política, e buscando unidade, na prática, com setores para além da central, como a corrente CUT Pode Mais, a CNTA/Sul (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação), Articulação de Esquerda Sindical, COBAP, Fórum de Entidades, CPERS-Sindicato, CGTB, FNP, Fenametro, entre outras. E prepara a jornada de lutas logo para o 1º semestre deste ano com um grande ato em Brasília em Abril. Mostrando que, apesar da traição da CUT e da UNE, a situação social objetiva tem conduzido os trabalhadores à luta e à resistência, à unidade com independência de classe e autonomia.

No ano de 2012, os trabalhadores enfrentaram os efeitos perversos da política econômica do governo revelados no aumento da superexploração, intensificação do trabalho, a criminalização e tentativa de esconder a pobreza (nas favelas e chamadas cracolândia) nos grandes centros, numa política de higienização das cidades na qual se destaca o extermínio da juventude negra. O caso Pinheirinho foi simbólico, denunciou para o Brasil e para o mundo a situação habitacional e a violência dos governos do PSDB. No país há um déficit de 11 milhões de moradias e isto faz levantar o movimento por uma reforma urbana que dê melhores condições de vida à população pobre.

Igualmente pressionados pela avalanche que representa a expansão capitalista para as comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas marcam suas presenças como sujeitos políticos de destaque na luta pela terra. O ataque aos Guaranis-Kaiwóas colocou em primeiro plano a unidade de muitos setores da luta social contra latifundiários, usineiros, madeireiros, etc. “Somos Todos Guarani-Kaiwoá”. As greves da construção civil pesada (Saupe, Belo Monte, etc.) também tiveram destaque nas lutas e no cenário nacional. Merece registro a luta dos metalúrgicos da GM contra o fechamento da planta de São José dos Campos e contra a demissão de cerca de 1500 trabalhadores.

Do ponto de vista do funcionalismo público, 2012 foi palco da maior greve dos últimos anos, resistindo aos fortes ataques e desmontes promovidos pelos sucessivos governos neoliberais, inclusive Dilma Rousseff, que seguindo o mesmo modelo, destinou apenas 2,99% para a Educação, por exemplo. Por outro lado, cortou recursos públicos da área social na ordem de 54 bilhões que implicou numa redução de 1,3 bilhão do orçamento das universidades.

A avaliação de desempenho proposta com o objetivo de demitir servidores através do PLC 248/98; a limitação de gastos com a folha de pagamento dos servidores públicos, que na prática congelava salários por 10 anos (PLP 549/09); a criação das fundações estatais de direito privado

para as áreas da saúde e educação, transferindo serviços, que deveriam ser públicos, para a iniciativa privada (PLP 92/07); a instituição da previdência complementar, criando os Fundos de Pensão para regulamentar a previdência privada no setor público; a regulamentação do direito de greve; as condições salariais e de trabalho. Tudo isto esteve na base que motivou a greve.

No âmbito das Universidades, a greve forte e histórica teve a ver com as contradições acumuladas, reivindicações reprimidas e experiências concretas com as políticas neoliberais implementadas no Brasil, particularmente na Educação, a partir dos anos 1990, que solaparam as bases da Universidade Pública Brasileira. Essa universidade que se formou historicamente a partir das exigências do modelo de desenvolvimento econômico, social, político, cultural, das lutas de professores, estudantes e técnicos administrativos e que se consolidou na Constituição de 1988, a partir da concepção da “Educação como direito de todos e dever do Estado”, e da inclusão do Artigo 207, onde ficou estabelecido que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Tais princípios que foram completados com conquistas sindicais e trabalhistas como o Regime de Dedicção Exclusiva (DE), com o Regime Jurídico Único – RJU (Lei 8.112 de 11/12/90) e do Plano Único de Classificação e Retribuição do Emprego - PUCRCE- (Lei 7.596/87) que contemplava muitas das reivindicações docentes, por exemplo, a carreira única e isonomia salarial.

Nos anos 1990, principalmente nos dois mandatos de FHC, assistimos catapultar as políticas de desmonte da Universidade Pública Brasileira: ideias de flexibilização entre ensino/pesquisa e extensão, diversificação das modalidades de ensino (Cursos Sequenciais, Licenciaturas e Bacharelados interdisciplinares, Ensino à Distância, Universidade Aberta do Brasil (UAB), Universidade Nova, reorganização da Rede Federal de Educação Tecnológica, etc). Paralelamente, assistimos favoreceram o crescimento de instituições privadas de ensino, um negócio bastante lucrativo para alguns grupos econômicos pelas renúncias fiscais e linhas de crédito favorecidas pelo governo. Nesse sentido, o governo Lula foi perverso, criou grandes expectativas na população brasileira de maior acesso aos bens e serviços construídos coletivamente, particularmente à Educação, cujas respostas às reivindicações foram completamente resignificadas. Foi o Governo Lula que promoveu o maior salto na desarticulação da Universidade brasileira, tal como foi conceituada na Constituição Federal de 1988.

Sob o pretexto de atender aos mais pobres, garantiu a estabilidade financeira das faculdades privadas por meio do PROUNI. Com o discurso de expandir as vagas nas universidades públicas, criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007), que não garantiu o montante adequado de recursos para a expansão do quadro de docentes e técnicos administrativos em educação, assim como não ampliou a infraestrutura necessária ao aumento do corpo discente, portanto, aprofundou a precarização das atividades acadêmicas. Com o argumento de construir um sistema nacional unificado de educação o governo Lula centralizou cada vez mais as decisões, por exemplo, por meio do SINAES, do REUNI e do ENEM, e na prática esvaziou o conteúdo da autonomia universitária expressa na Constituição Federal. Infelizmente, essa quebra da autonomia, de modo geral, se deu com a cumplicidade dos reitores.

A greve de 2012 conseguiu impor recuos importantes ao governo, ainda que não tenha reunido forças suficientes para obrigá-lo a retroceder em sua política de desmonte da universidade pública. A razão disso está, em primeiro lugar, nas dificuldades geradas pela relação geral de forças na sociedade, quando temos de enfrentar um governo com alto índice de aprovação popular, como é ainda o governo Dilma. Este quadro dá forças ao governo para enfrentar o movimento dos trabalhadores. Mas reflete também, por outro lado, a atuação de centrais sindicais como a CUT, que ainda tem muito peso entre os servidores federais e que tudo fez para evitar a greve e, quando ela se tornou inevitável, para que ela gerasse o mínimo desgaste possível no governo.

Mesmo assim a greve obrigou o governo a retroceder e estabeleceu outro parâmetro para as negociações com o setor e com todo o funcionalismo. Ainda que as concessões estejam longe de

serem consideradas satisfatórias, seria um erro enorme não identificar o avanço obtido. A política do governo estava estabelecida era bem clara: congelamento dos salários do funcionalismo por 10 anos (PL 549). É importante também observar que no ano de 2012 o governo gastou apenas R\$ 1,5 bilhões com aumento na folha de pagamento (0,84% sobre o total), porém, fruto da greve, o governo terá que comprometer algo em torno de R\$ 14 bilhões/ano até 2015. Isto não estava nos planos da Frente Popular e só ocorreu devido à greve.

No que concerne à pauta de reivindicações dos docentes: a reestruturação da carreira única com valorização do piso e incorporação das gratificações e melhores condições de trabalho. Não obtivemos ganho real, nem começamos a recuperação do salário, que era nosso objetivo com a reestruturação da carreira. As demais categorias do funcionalismo, fecharam acordo de 15,8% em 3 anos. Em geral foram todas concessões insuficientes, que estão longe de atender de atender as reivindicações dos grevistas.

Dito isso é importante registrar que, a greve não conseguiu obrigar o governo a chegar a uma proposta minimamente aceitável para os professores. Menos pela insuficiência da proposta econômica apresentada, e mais pelo retrocesso na carreira docente embutido na última proposta apresentada pelo governo e aceita pelo Proifex, expresso no PL 4.368/12. Obviamente o ganho econômico, por insuficiente que seja, deve ser incorporado pela categoria e não deixa de ser um ganho. Mas não temos compromisso com o calendário do governo e devemos voltar a lutar por aumento, pela carreira e por melhores condições de trabalho, assim que reunirmos forças para isso.

O ANDES/SN COMO ÚNICO E LEGÍTIMO REPRESENTANTE DOS DOCENTES. UMA DERROTA POLITICA DO PROIFEX

É preciso ainda destacar que a greve representou uma importante vitória política, especialmente, ao ANDES-SN. Todos lembramos que o governo e o Proifex intentaram cassar o registro sindical do sindicato e que tivemos que empreender várias ações e mobilizações para pressionar pela sua retomada. Além disso, não podemos ignorar que vivíamos uma situação em que o sindicato chapa branca - Proifex - vinha avançando com força sobre importantes bases do ANDES-SN. O quadro que temos hoje é radicalmente distinto e isto é resultado desta luta da categoria.

Essa greve mostrou também que a Universidade não é mais a mesma e que o sindicato também tem de passar por profundas mudanças. Reconheçamos o protagonismo dos professores recém contratados, reflexo das precárias condições salariais e de trabalho de quem está iniciando a carreira. Agora é hora de integrar toda essa parcela da categoria no cotidiano do sindicato, renovando e fortalecendo suas forças para os embates que teremos pela frente.

Os professores lutaram bravamente, em praticamente todas as universidades, não só enfrentando a intransigência do governo, a campanha espúria da mídia contra o nosso movimento, mas também o sindicato chapa branca (Proifex) que, em jogo combinado, assinou acordo com o governo. Foi um duro golpe ao movimento paredista, que nem por isso se dobrou.

Não podemos permitir nenhum retrocesso. É preciso avançar na unidade com o setor da Educação (FASUBRA, SINASEFE, ANEL), com o funcionalismo através da CNESF, da CSP-CONLUTAS com outros segmentos da classe, possibilitando a reorganização de um movimento sindical classista, autônomo, combativo e democrático, combatendo a praga do burocratismo, do peleguismo e do corporativismo sindical, rumo à construção de uma sociedade socialista.

TEXTO 58

Contribuição dos professores Eudes Baima – SINDUECE; Domingos Sávio – ADUNEMAT; Fernando Cunha – ADUFPB; Paulo Riela – ADUFS; Joelma Albuquerque – ADUFAL; David Romão – APUR; Juanito Vieira – APESJF; Cláudio Félix – ADUSB; Tiago Lavoura – ADUSC; Marco Aurélio – ADUFU; Fernanda – ADCAC/UFG Catalão; Celi Taffarel - UFBA

SOBRE O ABAIXO-ASSINADO PELO RECONHECIMENTO DA NULIDADE DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE 2003

Foi lançado no dia 18/12/2012 na Câmara dos Deputados o Abaixo-Assinado pelo Reconhecimento da Nulidade da Reforma da Previdência de 2003 que considera nula a Reforma da Previdência aprovada no governo Lula em 2003. O abaixo-assinado diz *“Reivindicamos o reconhecimento da NULIDADE DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE 2003 (Emenda Constitucional 41), devido à comprovação de compra de votos que viabilizou sua fraudulenta aprovação, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal. Este ato nulo não pode continuar vigorando e provocando nefastos efeitos contra trabalhadores (as) brasileiros (as).”*

Dirigimo-nos aos delegados e delegadas ao 32º Congresso do ANDES para que não participemos desta iniciativa.

Todos nós combatemos a aprovação da Reforma da Previdência em 2003 no governo Lula, reforma que deu continuidade a contra reforma da previdência iniciada por FHC, afinal o elegemos para que realizasse as aspirações da maioria do povo como garantir uma aposentadoria integral, realizasse reforma agrária, reestatizasse as empresas privatizadas como a Vale, etc. Estivemos com a CUT e sindicatos lutando para que essa reforma não fosse aprovada e, hoje prosseguimos a luta exigindo da presidenta Dilma a sua revogação, exigimos o fim do fator previdenciário, exigimos o fim das desonerações da folha do INSS que atinge milhares de trabalhadores.

Porém, este abaixo-assinado segue por um caminho equivocado ao reconhecer a nulidade da Reforma da Previdência “devido à comprovação de compra de votos que viabilizou sua fraudulenta aprovação, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal”. Ora, se nem o STF provou que houve compra de votos, como é que organizações e entidades, na qual a CONLUTAS é uma delas, coletam adesões a um abaixo-assinado que confirma algo que nem o próprio STF conseguiu provar? Querem que os trabalhadores assinem embaixo o que o STF não conseguiu provar? Esse é o papel de uma entidade sindical?

O SIGNIFICADO DO JULGAMENTO DA AÇÃO PENAL 470

A crise do capitalismo exige a qualquer custo intensificar os ataques aos direitos e conquistas dos trabalhadores. É a própria resistência das massas em todo o mundo um fator de resistência contra os planos de austeridade do imperialismo. Essa resistência, feita pelos trabalhadores através de suas organizações representam uma ameaça ao sistema. Portanto, qualquer possibilidade que estas organizações possam vir a ser utilizadas como ponto de apoio para luta dos próprios trabalhadores deve ser destruído para que o imperialismo possa ter livre caminho para aplicar suas medidas.

Sob esse pano de fundo, numa ação concatenada através de seus agentes no Brasil do PSDB, passando pela mídia e se utilizando do STF, se desenvolve uma escalada reacionária de ataques ao PT através do julgamento da Ação Penal 470 para atacar os direitos democráticos e as organizações dos trabalhadores.

O que se pretende com este julgamento é judicializar a política em favor de forças reacionárias, derrotadas nas urnas pelo povo que aspira à soberania nacional e justiça social. São as organizações sindicais e populares, como a CUT, MST e outras, que estão ameaçadas, é a criminalização dos movimentos sociais.

O STF neste julgamento de “exceção” dispensou provas para condenar José Dirceu e Genoíno, ex-presidentes do PT, feito com base em presunções e denúncias num claro ataque aos direitos democráticos,

duramente arrancados, com o empenho do ANDES e diversas organizações. É um Julgamento de exceção porque pretende condenar dirigentes do PT, sem provas, para desse modo atingir o Partido e preservar o sistema político - eleitoral, marcado pela corrupção, pelo caixa dois e o tráfico de influência.

O STF que alegou “falta de provas” para condenar Collor, já derrubado nas ruas, é o mesmo STF que manda soltar banqueiros e especuladores como Daniel Dantas, mas que empunha a Lei da Anistia aprovada por um congresso comprometido com a ditadura militar, para deixar de punir criminosos da ditadura que torturaram e mataram centenas de lideranças sindicais, populares e estudantis que batalhavam pelos direitos democráticos. Esse STF é o tribunal que agora dispensa provas para condenar os acusados e também o PT e que, finalmente, não tem que prestar contas a ninguém (é democrático isso?).

Nessas condições, não há dúvidas. Este ataque do STF é um ataque que prenuncia outros, e todas as organizações populares, além do PT, que podem incomodar as elites como a CUT, a UNE, o MST, o ANDES são um alvo em potencial! Afinal, se não é preciso provas para condenar alguém, que garantia terão as lideranças sindicais, estudantis e populares?

DOIS CASOS DE CRIMINALIZAÇÃO: USP E RONDONIA

Na USP o Ministério Público de São Paulo denunciou 72 estudantes presos durante violenta reintegração de posse da reitoria da USP em 2011. Os estudantes que protestavam contra a Polícia Militar no Campus são acusados de formação de quadrilha, desobediência de ordem, etc. É um ataque ao movimento estudantil, uma tentativa de criminalização dos movimentos sociais, que a justiça quer transformar em rotina, disposta a sempre abrir mão de provas para atacar os movimentos, como realizado na Ação que hoje condena dirigentes do P.

A teoria do “domínio de fato”, utilizada pelo ministro Joaquim Barbosa para condenar José Dirceu, se generalizada ameaça qualquer trabalhador que ocupe posição de direção em organizações populares ou sindicais, como, aliás, já ocorreu com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vilhena, Rondônia, o companheiro Udo Wahlbrink, que ficou preso por 90 dias devido à uma ocupação de terra ocorrida a mil quilômetros da sede de entidade.

Por isso é preciso unidade contra estas tentativas, independente das posições divergentes que possamos ter, é preciso defender os direitos democráticos e as organizações. Tantos os estudantes da USP como o sindicalista em Rondônia, como os dirigentes do PT condenados sem provas demonstram que é preciso unidade para barrar e anular julgamentos e ações judiciais como estas.

DILMA: REVOGUE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

De nossa parte, estamos dispostos a continuar o combate nos dirigindo a presidente Dilma para que esta revogue a reforma da previdência, iniciada em 1998 por FHC e dada sequência com a reforma dos servidores em 2003 e agora com a criação do fundo de previdência complementar. E esse combate que estamos chamados a fazer, desviar o foco para o STF, para que “assinemos” embaixo que houve “compra de votos” quando nem o STF consegue provar, seria um erro grave de estratégia do movimento sindical, pois com essa decisão qualquer um pode ser alvo dos ministros do STF.

A batalha pela revogação da reforma da previdência é a batalha para reconquistarmos a paridade, a integralidade de nossos salários retirado com essa reforma.

TEMA 2 – CENTRALIDADE DA LUTA

TEXTO 59

Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira, Graciela Bonassa Garcia, Ana Maria Marques Santos e Luciano da Silva Alonso – Sindicalizados da ADUR-RJ Seção Sindical

CENTRALIDADE DA LUTA

TR - 59

Entendendo o atual estágio do desenvolvimento do capitalismo, as contradições internas (objetivas e subjetivas) que emperram a organização e ação dos trabalhadores, o Andes-SN resolve:

- 1) indicar que a linha política deve reconhecer a indissociabilidade da luta econômica e da luta política, implicando isso que as pautas salariais e de condições de trabalho são elas mesmas políticas e devem ser o centro das bandeiras de luta do ANDES pois implicam a luta pela redistribuição da renda nacional;
- 2) que a ação direta de classe será o principal meio de realizar essa luta, e conseqüentemente isso implica em rechaçar ou reificar os fetiches e crenças de que o Governo Dilma ou qualquer agente de Estado irá resolver os problemas da categoria e também implica em ações garantam o combate efetivo ao capital

**TEMA 3 – POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA
EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS E
ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES**

TEXTO 60

*Contribuição dos professores Luciano da Silva Alonso e Luis Mauro Sampaio Magalhães –
Sindicalizados da ADUR-RJ Seção Sindical*

APOSENTADOS E INCLUSÃO NO AMBIENTE ACADÊMICO

TEXTO DE APOIO

Os aposentados constituem grupo com participação expressiva no movimento docente, sendo frequente a composição da militância, nas seções sindicais e também na diretoria do ANDES-SN, com quadros políticos oriundos do segmento dos aposentados. Entretanto, no que se refere à atuação dos professores aposentados no meio acadêmico, há desigualdades e assimetrias entre as instituições de ensino. A política de integração dos aposentados reflete o estágio de maturidade da comunidade acadêmica. Quanto mais progressista é uma comunidade, mais espaço é consolidado para ações que envolvam a participação de aposentados. Estes constituem reserva intelectual importante para as diferentes gerações que formam um coletivo acadêmico, sendo quadros de referência para conselhos, colegiados, programas institucionais, comissões e assessorias em diversas áreas. Em que pese o direito ao descanso e ao lazer, também deve-se reconhecer o direito de opinar e de exercer a livre manifestação do pensamento em questões de interesse acadêmico, político, técnico e científico, comumente requeridos pelo contingente de aposentados das instituições de ensino. A possibilidade de palestras e encontros, mesas redondas, oficinas, atividades artísticas e culturais, com a participação de aposentados deve ser fomentada. Nestas ocasiões, a parceria com docentes jovens e/ou estudantes de graduação e pós-graduação, sinaliza para a convergência rumo à política de valorização e reconhecimento do potencial intelectual dos aposentados, constituindo estratégia de engrandecimento da instituição, nas dimensões de inteligência de grupo, de afetividade e de solidariedade entre gerações. Defendemos que as instituições de ensino desenvolvam valores que contemplem políticas de integração dos aposentados, que voluntariamente busquem por espaço político para o livre exercício do intelecto, em todas as áreas do conhecimento.

TR - 60

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

Que os GT de Seguridade Social, de Política e Formação Sindical e de Políticas Educacionais discutam e que remetam para o conjunto do Sindicato o debate sobre a atuação de docentes aposentados(as) nas IES.

TEXTO 61

Contribuição dos professores Luciano da Silva Alonso e Maria Cristina Affonso Lorenzon – Sindicalizados da (ADUR-RJ Seção Sindical

POR UMA POLÍTICA DE BEM-ESTAR ANIMAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

TEXTO DE APOIO

A presença de animais errantes em instituições de ensino superior pode gerar demandas complexas, quanto maior for a comunidade acadêmica. A presença de alojamentos para estudantes, restaurantes universitários e cantinas de uma maneira geral, e a oportunidade de oferta de alimentos aos animais errantes gera condições para sua reprodução e aglomeração, o que pode ser agravado pela falta de política institucional de prevenção e controle no que se refere ao tema. A presença de cães e de gatos é mais comum em locais próximos aos alojamentos e restaurantes. Sem cuidados devidos e em condição de abandono, é frequente que estes animais desenvolvam doenças diversas, inclusive zoonoses, com potencial transmissor aos humanos, além de registros frequentes de agressões pelos animais aos transeuntes. A inexistência de política de controle da população animal, que inclua programas de castração e de educação sanitária, e oferta de abrigos temporários para os animais, faz com que um ciclo vicioso se fortaleça, comprometendo o trabalho contínuo realizado por voluntários que atuam nesta causa. Animais errantes comumente estão sujeitos a graus variáveis de sofrimento e tal fato é uma contradição em instituições que se pretendem formadoras de cidadãos e profissionais de alto nível, nas diferentes dimensões que caracterizam a formação em cursos de graduação e de pós-graduação. Mesmo em universidades que não apresentam número expressivo de vagas em alojamentos estudantis, a presença de animais errantes é considerada um problema de saúde pública e seu controle deve ser efetuado. Também é importante enfatizar a condição de animais de experimentos, em biotérios, cuja existência deve atender diretrizes próprias da bioética e do bem-estar para a pesquisa com animais. Assim, na diversidade que caracteriza o ambiente acadêmico, é importante que as universidades, através de seus conselhos superiores, promovam o debate e favoreçam a formação de políticas institucionais que humanizem a relação homem-animal. O Grupo de Trabalho em Política Agrária e Meio Ambiente (GTPAMA) do ANDES-SN, e também os respectivos GTs das seções sindicais, defendem que a militância pela causa do bem-estar animal e do combate à crueldade contra os animais, possa ser realizada em sua plenitude pelos membros da comunidade acadêmica, que voluntariamente se dediquem ao trabalho de auxílio aos animais em condições de abandono. Também defendemos que a atuação destes benfeitores seja realizada com o reconhecimento e apoio dos conselhos superiores das instituições de ensino e com repúdio a toda e qualquer forma de maus tratos aos animais praticados nos *campi* das instituições. Diante disso, defendemos que as instituições de ensino tenham um serviço orgânico de prevenção e controle da população de animais errantes, sem prejuízo para a autonomia dos Comitês de Bioética em cada instituição, que atuam na questão da experimentação animal, em consonância à legislação pertinente ao tema. Quanto à produção animal para consumo, comuns em instituições que agregam cursos da Área de Ciências Agrárias, defendemos que as metodologias humanitárias mais eficientes quanto à eliminação de sofrimento aos animais sejam praticadas e que o controle rigoroso seja realizado por profissionais competentes, em cada etapa da produção, e que as condições para tanto possam ser garantidas, em sua plenitude, pelos gestores das instituições de ensino. Para além dos *campi* nas universidades, a crueldade praticada contra animais na cadeia produtiva da carne deve ser combatida em todos os níveis, priorizando as formas humanitárias por ocasião dos abates de bovinos, suínos, aves, dentre outras espécies de animais utilizadas para consumo da carne.

TR - 61

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

O ANDES-SN defende que políticas de proteção e bem-estar animal sejam praticadas nas instituições de ensino superior e que os Conselhos Superiores das instituições atentem para estas políticas, ouvindo ou tendo entre seus membros representantes dos protetores dos animais.

TEXTO 62

Contribuição dos professores Aloizio Soares Ferreira (ASPUV-SSind), Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV-SSind.), Ana Lucia Barbosa de Faria (SINDCEFET-MG-SSind), Antonio Claudio Moreira Costa (ADUFU-SSind), Célia R. Otranto (ADUR-RJ-SSind), Dilenio Dustan Lucas de Souza (APESJF-SSind), Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMP-SSind), Elaine Judite de Amorim Carvalho (ADUFEPE-SSind), Emerson Araujo (ADUFPE-SSind), Graciela Bonassa Garcia (ADUR-RJ-SSind), Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind), José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind), Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind), Luís Mauro S. Magalhães (ADUR-RJ-SSind), Marília Washington (ADUFSCAR-SSind), Oneize Araujo (ADUFS-SSind) e Vera Lucia Jacob (ADUFPA-SSind).

POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, PÓS-GRADUAÇÃO E O TRABALHO DOCENTE

TEXTO DE APOIO

Na última década, a política de Ciência e Tecnologia no Brasil seguiu aprofundando o receituário ditado pelas agências multilaterais, voltado principalmente para os interesses do mercado e das grandes corporações. Neste período, tivemos profundas modificações na política orçamentária destinada à CeT, tanto na esfera federal quanto nos estados, sendo efetuadas também mudanças nos critérios de distribuição destes recursos, através, por exemplo, do direcionamento e controle de linhas e projetos via editais. Tivemos reflexos importantes, dentre outros, nos recursos orçamentários para pesquisas controlados pelas IES, no sistema de pós-graduação e no trabalho docente. A articulação entre a política produtivista, as inflexões e distorções do sistema CAPES/CNPq/Fundações de Amparo à Pesquisa, a profusão de fundações de direito privado e a carreira imposta pelo governo federal em 2012 devem ser compreendidas no seu conjunto e devem ser apropriadas pelos docentes, politizando as contradições com que nos defrontamos nas salas de aula e nos laboratórios e tornando mais clara a ligação entre estas políticas e nossos desafios individuais e coletivos.

No 30º Congresso os textos de algumas Seções Sindicais já alertavam para a falta de debate, a desatualização e as lacunas nas políticas do ANDES-SN, a este respeito. O debate naquela oportunidade expôs a demanda urgente para que se buscasse cobrir estas lacunas, através de uma sistematização do tema, de sua atualização e aprofundamento. Em 2011 esta demanda levou a diretoria a Organizar o Seminário Nacional sobre Ciência e Tecnologia, que deveria servir de partida para corrigir esta falta, mas que não teve seus resultados divulgados de forma mais ampla e nem resultou em alguma agenda que pudesse abordar a questão na perspectiva da classe, buscando alternativas de luta e instrumentalização para o movimento docente. Uma leitura das resoluções e proposições deste tema nos últimos eventos do sindicato mostram a necessidade premente de nos debruçarmos sobre esta atualização e aprofundamento.

Em adição a estes fatos, deve-se ponderar que as instituições federais de ensino superior contrataram um contingente de cerca de dois mil professores nos últimos anos, e a projeção é de se contratar muito mais. Certamente, grande parte destes novos concursados não teve ainda a oportunidade de acompanhar o debate sobre este assunto, no âmbito do sindicato, o que reforça ainda mais a necessidade de levar este debate para todo o professorado.

TR - 62

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. que o GTCeT estabeleça um calendário no primeiro semestre de 2013, para a discussão, aprofundamento e atualização das políticas de Ciência e Tecnologia do ANDES-SN e os desafios que estão colocados para o movimento docente a respeito deste tema, abordando: 1- Políticas de CeT e orçamentos da União e dos estados para a produção científica e tecnológica; 2- Critérios e mecanismos de distribuição de recursos para o sistema de CeT, em especial para as IES; 3- A questão da pesquisa, da pós-graduação, as políticas produtivistas e o trabalho docente;
2. que o GTCeT elabore uma proposta de atualização da política do ANDES-SN para CeT, a partir das reuniões no primeiro semestre de 2013, para apreciação no 57º CONAD.

TEXTO 63

Contribuição dos professores Eudes Baima – SINDUECE; Domingos Sávio – ADUNEMAT; Fernando Cunha – ADUFPB; Paulo Riela – ADUFS; Joelma Albuquerque – ADUFAL; David Romão – APUR; Juanito Vieira – APESJF; Cláudio Félix – ADUSB; Tiago Lavoura – ADUSC; Marco Aurélio – ADUFU; Fernanda – ADCAC/UFG Catalão; Celi Taffarel - UFBA

CONSTRUIR A UNIDADE DA CLASSE NA CUT. REABRIR O DEBATE SOBRE A FILIAÇÃO DO ANDES À CONLUTAS

TEXTO DE APOIO

O ANDES desfilou da CUT em 2005 e filiou a CONLUTAS em 2006 afirmando que a CUT “estava morta, não servia aos trabalhadores” e anunciando um “novo período” para a classe. Sob o pretexto desse novo instrumento difundiu-se no movimento docente a política da CONLUTAS (dirigida pelo PSTU) e também pela INTERSINDICAL (dirigida pelo PSOL) que era necessário desfiliar os sindicatos da CUT. A necessária luta pelas reivindicações das categorias e da própria classe foi substituída por uma política de denúncias ao governo e à CUT e divisão dos trabalhadores. No momento que estourou a crise capitalista e a ofensiva contra os direitos e conquistas dos trabalhadores e suas organizações, a CONLUTAS difunde a divisão da classe e suas organizações construídas para realizar sua luta de classe. Nesta situação, a quem interessa a divisão dos trabalhadores?

Consideramos que é hora de retomarmos essa discussão, por isso propomos ao 32º Congresso do ANDES aprovar esta resolução para que reabramos o debate na categoria sobre a filiação do ANDES a CONLUTAS. Temos que discutir com profundidade o verdadeiro significado da ação divisionista da CONLUTAS num debate amplo e fraterno. Seria um passo importante para que possamos prosseguir retomar nossas lutas ao lado da maioria da classe hoje organizada no seio da CUT.

O SIGNIFICADO DA CSP-CONLUTAS

A CSP-CONLUTAS foi fundada no congresso realizado em Santos (SP), em 5-6 de junho de 2010, para operar a fusão da Conlutas, dirigida pelo PSTU, com um setor da Intersindical (outro se recusou a participar de tal fusão) composto basicamente por militantes do PSOL, que reuniu 3 mil delegados de sindicatos, movimentos populares e entidades estudantis.

A busca de uma relação artificial com a CONCLAT da Praia Grande (1981) realizada durante a ditadura militar, e que esteve na origem da fundação de CUT em 1983, não deixa de ser, uma manipulação da história do movimento sindical.

A CUT, por sua vez, nasceu da ruptura à época com os pelegos, na luta por um sindicalismo independente do Estado, e com uma plataforma combativa de bandeiras de classe e anti-imperialistas.

A CONCLAT convocada pela CONLUTAS e INTERSINDICAL para constituir uma nova entidade “combativa e de esquerda” diante da “morte da CUT”, revelou-se um verdadeiro fiasco.

O evento explodiu depois da votação do nome da entidade, “CONLUTAS-INTERSINDICAL. Central Sindical e Popular”, por uma maioria de 60-65%. Os delegados ligados à Intersindical abandonaram o plenário, denunciando o hegemonismo da Conlutas!

Terminada essa fracassada CONCLAT, um documento da direção da CONLUTAS afirma que a retirada daqueles delegados provocou uma “derrota”, mas, linhas abaixo, diz que vai aplicar as deliberações do congresso. Vai constituir a tal Central Sindical e Popular, cujo próprio nome confunde o papel dos sindicatos de trabalhadores na luta de classe contra o patronato e o Estado burguês, ao dissolvê-los numa organização comum com entidades estudantis e movimentos populares, ao gosto dos “modernos” revisores do papel da classe trabalhadora, para quem tudo é “sociedade civil”. O racha em torno do nome foi apenas o ponto alto (ou baixo) de um

congresso que não adotou nada de concreto para ajudar a luta da classe trabalhadora, foi um torneio verbal sobre quem era mais “combativo”.

Não duvidamos que há companheiros e companheiras, tanto na CONLUTAS como na INTERSINDICAL, que buscam honestamente encontrar o caminho das grandes massas trabalhadoras, de cuja ação vai depender qualquer processo revolucionário no Brasil, como acontece no resto do mundo. Esses companheiros e companheiras, devem se perguntar: como é possível tanta fragmentação e falta de perspectiva entre aqueles que se auto-proclamam “combativos” e “revolucionários”?

Essa política não serve aos trabalhadores, pois funciona contra a unidade da classe, quando o seu objetivo é fracionar, dividir a classe através de uma política apenas de denúncias, sem ações concretas, e bloqueando a classe de utilizar seus instrumentos de luta (sindicatos e central sindical). Assim fazem quando combatem não por reivindicações e pautas e, sim utilizando sindicatos como aparelho político-partidário contra a CUT e o PT. É uma ajuda formidável a governos e ao próprio imperialismo que buscam a todo instante atacar e destruir as organizações dos trabalhadores, como é o exemplo hoje do julgamento da Ação Penal 470. Neste julgamento de exceção, sem qualquer provas, o STF condena dirigentes do PT numa escalada sem precedentes contra o PT e os direitos democráticos, para depois condenar outras organizações e militantes. Num momento que é preciso unidade para reagir contra esse ataque e anular esse julgamento político a CONLUTAS reconhece o julgamento do STF e exige anular a Reforma da Previdência. Somos incondicionais pela revogação da Reforma da Previdência, porém numa luta concreta exigindo de Dilma revoga-la, não se alinhando ao STF que, com esse julgamento, abre um período de ataque a todas as organizações dos trabalhadores no Brasil, começando pelo PT.

DESFILIAÇÃO DO ANDES DA CUT: UM BALANÇO NECESSÁRIO

O ANDES surgido no final da década de 70, transformado em Sindicato Nacional em 1988 fez parte do movimento realizado pelos trabalhadores fundando sindicatos e, principalmente, a CUT em 83, como Central sindical Independente e de luta. Foi protagonista de grandes lutas nacionais gerais e da categoria. A política do governo Lula (PT) - um governo de coalizão, a estagnação de pautas dos trabalhadores e o atrelamento das direções sindicais foi utilizado pelo PSTU e posteriormente pelo PSOL para desacreditar qualquer mobilização dirigida ao governo. Incapazes de compreender as contradições deste processo e de mobilizar as bases para lutar por reivindicações, ajudando-as a utilizar de seus instrumentos, decidem por uma luta voraz contra a CUT. O ANDES, já dirigido majoritariamente por esta política, leva a categoria para uma aventura. Preterindo de combater pelas reivindicações e exigir do governo, intensifica a cisão, que culmina, no congresso de 2005 com a desfiliação do ANDES da CUT, apartando os docentes da maioria da classe. A aventura prosseguiu em 2006 quando a filiação à CONLUTAS.

As consequências viriam em seguida: as campanhas salariais deram lugar a um denunciamentos sem ação, lutas “lutas” ideológicas e fraseologias, ao ponto do ANDES retirar-se da mesa de negociações em 2007. Em nome da unidade dos lutadores, abandonaram a luta pelas reivindicações e transformaram o ANDES em pilar político e financeiro da divisão patrocinada pela CONLUTAS para servir de aparelho político partidário do PSTU e PSOL (via INTERSINDICAL). Confusão, desarticulação, afastamento da base das seções sindicais, esvaziamento de assembleias, redução na participação em eleições e nos congressos (2008 apenas 18% compareceram as urnas, em 2010 apenas 16,48% votaram. 356 delegados participaram do Congresso em 2005, em 2010 foram 292).

A Diretoria atual do ANDES ao dizer que “*A greve do movimento docente, no âmbito federal, marcou o retorno da utilização desse instrumento de luta após quase sete anos no setor das federais.*” (Caderno Textos 32º Congresso ANDES, p. 28) não explica o porque de tantos anos sem uma campanha nacional? O retorno da utilização deste movimento foi através da base que entrou em ação pelas reivindicações e pela falta concreta de condições de trabalho chocando-se com a política divisionista da CONLUTAS de puro denunciamento do governo.

GREVE 2012: UM MARCO NA CATEGORIA

A greve dos docentes em 2012 é um marco na categoria justamente porque recolocou os docentes em movimento novamente pelas suas reivindicações. A greve que durou 120 dias modificou a dinâmica do movimento docente. Desde a base os docentes buscaram unificar a luta nacional em torno de reivindicações. Ao retomar o ANDES como seu sindicato empurrou a recém eleita direção a constituir um Comando Nacional Unificado que foi o negociador do movimento, forçando o governo a negociar. Não

encontraram eco os paladinos da divisão e os denunciastas da CONLUTAS, tampouco a tentativa de esvaziar, desrespeitar assembleias ou se proclamar representante dos docentes como fez o PROIFES-Federação. O eixo da luta foi a pauta.

Em conjunto com os servidores federais os docentes chocaram-se com a política do governo Dilma, impondo a negociação e arrancando pontos da pauta, mesmo que insuficientes. Na prática, os docentes, que em 2010 votaram em peso na Dilma, não aceitaram a aplicação de uma política contrária ao mandato dado pelo povo trabalhador e exigiram Outra Política, que se traduz em aumento de salários e serviços públicos de qualidades ao invés de atender ao mercado com desonerações e pagamento do superávit.

Em busca da unidade, desde a base, os docentes questionaram a política realizada pelo ANDES que, após filiar-se à CONLUTAS, privilegiou a política do denunciamento do governo e não organizou a luta docente para conquistar as reivindicações, o que desmobilizou a categoria, de outro lado vimos que a política do PROIFES-Federação, que ficou abertamente ao lado do governo desrespeitando as decisões da maioria, inclusive nas suas bases. Essa mobilização foi possível, pois as condições de vida e de trabalho dos docentes foram precarizadas, assim a maioria docente nesta greve buscou a unidade nacional por condições de trabalho e carreira, não ficando no mero denunciamento ao governo ou o adesismo ao mesmo. Buscou agir de forma que as reivindicações estivessem em primeiro lugar.

A força da greve docente, que se espalhou por todo funcionalismo na maior greve em 19 anos, demonstrou como os trabalhadores lutam para, com suas organizações, reivindicar suas pautas. Foi esse o movimento que fez os docentes retomarem o ANDES para as lutas concretas e é esse o movimento que fez os servidores públicos se utilizarem da CUT que nesta greve cumpriu um importante lugar, junto com a CONDSEF, encabeçando mobilizações e combatendo os ataques do governo denunciando-o na OIT contra o decreto nº 7.777 e exigindo regulamentação da Convenção 151 da OIT.

PELO QUE LUTAMOS

Combatemos no movimento sindical cutista com uma política independente, por considerar a CUT uma conquista da classe trabalhadora brasileira e não propriedade de uma corrente, a explicação de fundo para esse episódio não pode ser encontrada em acusações fáceis de hegemonismo de uns ou de oportunismo de outros.

Com efeito, virar as costas para organizações de massa construídas pela própria classe para sua luta, equivale a abandonar milhões à influência de dirigentes que se pretenderia combater, e isolar-se num gueto de “combativos” que se entredevoram.

A perda da referência no grosso da classe e seu atual estágio de consciência (o que inclui as suas ilusões), acabando por jogar um papel não apenas divisionista e destruidor das organizações sindicais, mas desagregador também dos grupos políticos e correntes sindicais que seguem nessa via.

É isso que, em última instância, explica o impasse permanente de operações como essa de “unificação” da CONLUTAS com a INTERSINDICAL. Ao contrário de abrir uma via para as amplas massas – a classe operária que, depois de 8 anos de governo Lula e 2 anos de governo Dilma, estaria supostamente madura para trocar a CUT por outra coisa “mais combativa” - elas acabam separando companheiros e companheiras valorosos do grosso dos trabalhadores.

Isso não quer dizer que não há problemas na CUT, evidentemente que eles existem.

De nossa parte buscamos através de uma linha de luta pela frente única dos trabalhadores – quer dizer, de diálogo e iniciativas concretas pelas reivindicações mais sentidas da classe, além da disputa política no seu interior -, preservar a CUT como organização independente de qualquer governo, na luta contra as desonerações que atingem a previdência pública, contra as concessões privadas, pela anulação da 11ª rodada de leilões do Petróleo, Petrobrás 100% estatal e, a Retirada das tropas brasileiras do Haiti, entre outras bandeiras adotadas pela central.

E acreditamos que seria de enorme importância que esse combate fosse reforçado por outros companheiros.

CONSTRUIR A UNIDADE DA CLASSE NA CUT

Neste momento os trabalhadores precisam mais do que nunca de uma CUT para lutar pelos seus direitos. Luta esta que só pode ser vitoriosa com organizações independentes que o imperialismo tenta a qualquer custo destruir seja pela via da integração da governança (fóruns, conselhos), seja pela divisão.

Construir a unidade pelas reivindicações significa construir a unidade de ação de todos os sindicatos e centrais – da CTB ao Conlutas passando até pela Força – por certas pautas, assim como forjar a unidade anti-imperialista com movimentos sociais e populares por outras pautas, como a universidade pública e, não apenas, integrando os problemas da desindustrialização, da dívida, da terra, da abertura dos arquivos, etc., desde que seja preservada a independência da CUT com a luta pelo fim do imposto sindical e da unicidade, por liberdade e autonomia sindical. Essa é a melhor forma de contribuirmos para ajudar a maioria dos trabalhadores a abrirem uma saída se utilizando do seu próprio instrumento de luta: a CUT independente e de luta.

Isso não quer dizer que concordemos com tudo que faz a direção da CUT, porém não confundimos a CUT com sua direção. Combatemos qualquer parceira com patrões que, para enfrentar a desindustrialização, buscam consenso na desoneração da folha de contribuição previdenciária, atacando a base da Previdência Pública e Solidária, como combatemos as parcerias com pelegos (Força, CTB, etc.) que defendem imposto sindical para sobreviver, contra a liberdade e autonomia sindical.

Lutas estas que ajudamos os trabalhadores e sindicatos a realizar na Marcha da CUT dia 6 de março erguendo bandeiras dirigidas a Dilma contra as concessões privadas, não as desonerações e ao leilão do Petróleo, pela aplicação do Piso Nacional, Reforma Agrária, fim fator previdenciário, etc.

COMPANHEIROS E COMPANHEIRAS,

É tempo de refletir e tomar decisões. O caminho do auto-isolamento sectário só levará a novas e seguidas divisões, as quais a classe trabalhadora assistirá com uma indiferença cada vez maior. O caminho das massas é a intervenção nas organizações que a classe construiu com sua luta, com suas greves e mobilizações, como é o caso notadamente da CUT.

Consideramos que esse é o lugar do ANDES, no seio da CUT. Prosseguiremos na luta para manter e ampliar seções e sindicatos docentes filiados à CUT na via do reagrupamento cutista dos docentes para contribuir com a luta dos trabalhadores.

Dirigimo-nos a todos os delegados e delegados ao 32º Congresso do ANDES para que aprovem esta proposta de **reabrir o debate sobre a filiação do ANDES à CONLUTAS.**

TR – 63

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1. Reabrir o debate sobre a filiação do ANDES à CONLUTAS.**

TEMA 4 – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

TEXTO 25

Diretoria do ANDES-SN

Acréscimo ao TR 25 - HOMOLOGAÇÕES: NOVAS SEÇÕES SINDICAIS, ALTERAÇÕES REGIMENTAIS, TRANSFORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE DOCENTE EM SEÇÃO SINDICAL

TR – 25

IV – ALTERAÇÕES REGIMENTAIS

4.3 Em consonância com o art. 15, inciso IX do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, manifesta-se favoravelmente à mudança no regimento da ASDESAM no que se refere a sua nomenclatura que passa a ser ADUFERSA – Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – **ADUFERSA-Seção Sindical do ANDES-SN.**

TEXTO 64

Diretoria do ANDES-SN

REPASSES DAS SEÇÕES SINDICAIS**TEXTO DE APOIO**

De acordo com a deliberação do 52º CONAD, São Luís – MA, 26 a 29/7/07, a Diretora está apresentando o quadro atualizado até o dia 31/12/12, com o repasse das seções sindicais ao ANDES-SN, acompanhado dos acordos estabelecidos com a tesouraria nacional.

CONTRIBUIÇÃO MENSAL			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Nº	SEÇÃO SINDICAL	sind	R. MENSAL											
	REGIÃO NORTE 1		VALOR (R\$)											
1	ADUA	856	8.678,30	8.678,30	8.747,70	8.747,70	8.668,70	8.668,10	8.668,10	8.668,10	8.668,10	8.668,10	8.668,10	8.617,10
2	SESDUF-RR	280	3.564,02	4.062,67	4.479,76	4.067,84	4.068,02	4.068,02	acordo	acordo	acordo	acordo	acordo	4.001,33
3	ADUNIR	360	2.161,30	2.161,30										
4	ADUFAC	504	6.742,67	6.671,83	6.667,42	6.664,83	6.963,21	7.925,06	7.197,39	7.176,26	7.242,62	7.346,13	7.336,36	7.628,30
5	SIND-UEA	138	234,40	234,40	234,40	234,40	234,40	234,40	234,40	234,40	234,40	234,40	234,40	
	TOTAIS	2.138	21.380,69	21.808,50	20.129,28	19.949,17	20.168,73	21.129,98	16.334,29	16.313,16	16.145,12	16.483,03	16.238,86	20.246,73
	REGIÃO NORTE 2		VALOR (R\$)											
6	ADUFRA	90	1.416,30	1.413,58	1.235,70	1.302,55	1.346,34	1.227,54	1.196,43					
7	ADUFPA	1.627	20.694,36	20.657,58	20.685,36	20.908,86	22.150,64	24.803,54	21.881,87	21.969,07	20.078,83	18.393,16	22.926,48	22.926,48
8	SINDUFAP	182	1.396,43	1.396,43	1.395,11	1.396,45	1.836,00	1.741,73	1.744,83	1.771,11	1.852,70			1.888,83
9	SINDUEPA													
	TOTAIS	1.899	23.507,09	23.467,59	23.316,17	23.607,86	25.332,98	27.772,81	24.823,13	23.740,18	21.931,53	18.393,16	22.926,48	24.815,31
	REGIÃO NE 1		VALOR (R\$)											
10	APRUMA	1.049	6.730,21	6.721,92	6.778,97	6.780,82	6.818,25	6.956,45	6.978,99	7.411,36	7.407,25	7.424,19	7.446,01	7.442,15
11	ADUFPI	1.293	3.825,66	3.825,66	3.825,66	3.825,66	3.825,66	3.825,66	3.825,66	3.825,66				3.825,66

12	ADCESP	358	2.013,90	2.013,90	2.013,90	2.013,90	2.013,90	1.868,66	3.371,60	3.371,60	3.371,60	3.219,98		
13	SESDUFC	12												
14	ADUNIFOR	174												
15	SINDCEFET-PI	31												
16	SINDCENTEC	30												
17	SINDIUVA	100	1.561,55	1.603,53	1.594,90	1.646,47	1.655,80	1.684,70	1.664,10	1.608,88	1.610,83	1.660,50		1.618,93
18	SINDUECE	262	2.288,32	2.288,32	2.290,73	2.329,86	2.321,22							
19	SINDURCA	170	1.306,59	1.391,26	1.451,49	1.451,49	1.451,49	1.451,49	1.466,19	1.466,19	1.471,52	1.467,16	1.467,16	1.467,16
	TOTAIS	3.479	17.726,23	17.844,59	17.955,65	18.048,20	18.086,32	15.786,96	17.306,54	17.683,69	13.861,20	13.771,83	8.913,17	14.353,90
	REGIÃO NE 2		VALOR (R\$)											
20	ADESA-PE	36	197,37	223,53	223,53	222,09	231,32	220,17	218,24	224,31	221,42	224,88		
21	ADESB	38												
22	ADUFRRN/ ADUERN	948	5.765,66	5.810,25	5.880,31	5.936,81	5.936,84	5.862,27	6.179,84	6.188,82	6.510,58	6.515,00	6.531,46	6.529,50
23	ADUC	47												
24	ADUEPB	476												
25	ADUFCG	745	8.774,46	8.774,46	8.774,46	4.387,23	8.774,46	8.992,60	9.932,08	9.932,08	9.932,08	9.974,06		9.974,06
26	ADUFCG- PATOS	75	acordo	acordo	746,83	664,00	857,16							
27	ADUFEPE	2.158	25.945,00	25.949,00	25.903,00	25.996,00	25.955,00	26.079,25						
28	ADUFERPE	690	10.514,75	10.544,74	10.516,48	10.513,17	11.104,09	12.375,88	11.332,49	11.542,42	11.861,15	11.681,24	11.578,71	11.578,71
29	ADUFPB	2.403	17.025,98	17.025,98	17.025,98	17.025,98								
30	ADUPE	890												
31	ADURN	2.009												
32	ASDESAM/ ADUFERSA	220	205,60	205,60	205,60	205,60	205,60	205,60	205,60	205,60	205,60	205,60	205,60	205,60
33	SINDFAFICA	45												
34	SINDFAVIP	32												
35	SINDUNIVASF	71												
	TOTAIS	10.883	68.428,82	68.533,56	69.276,19	64.950,88	53.064,47	53.735,77	27.868,25	28.093,23	28.730,83	28.600,78	18.315,77	28.287,87
	REGIÃO NE 3		VALOR (R\$)											
36	ADUFAL	1.300	acordo	acordo	acordo	9.266,25	9.528,32	9.558,43	9.535,34	9.668,92	9.692,50	9.699,14	9.712,29	

37	APUR	160												
38	ADUNEB	879	3.288,87	3.288,87	3.332,76	3.288,87	3.288,87	3.321,74	3.321,74	3.288,87	3.332,78	3.321,74	3.321,74	
39	ADUFS-BA	553	2.317,40	2.317,40	2.317,40	2.317,40	2.317,40	2.317,40	2.317,40	2.317,40		2.317,40	2.317,40	2.317,40
40	ADUFS	1.063	7.206,08	7.206,08	7.206,08	7.206,08	7.206,08	7.206,08	7.206,08					7.206,08
41	ADUSB	734	661,00	661,00	661,00	661,00	661,00	661,00	661,00	661,00	661,00	661,00	661,00	661,00
42	ADUCSAL	214												
43	SINDESP-BA	73												
44	SINDESP-Sudoeste/BA	18												
45	SINDESP-ExtremoSul/BA	45												
46	SINDFUNESA	15												
47	ADUSC	474	1.874,14		1.874,14	1.874,14	1.874,14	1.874,14	1.874,14	1.874,14	1.874,14	1.874,14	1.874,14	
	TOTAIS	5.528	15.347,49	13.473,35	15.391,38	15.347,49	24.875,81	24.938,79	17.709,62	17.810,33	15.560,42	17.873,42	16.012,43	10.184,48
	REGIÃO PLANALTO		VALOR (R\$)											
48	ADCAC	156	704,87	782,06	732,55	719,86	702,34	702,34	702,34	702,34	1.032,15	1.032,15	1.032,15	688,38
49	ADCAJ	25	147,96	97,96	97,96	111,16	104,56	185,43	76,12	75,80	75,12	76,12	75,80	84,00
50	ADUEG	206												
51	ADUNB	2.273	16.200,20	16.200,00	16.200,20	16.200,00	16.200,20	16.200,00	16.200,20	16.200,20	16.200,00	16.200,00	16.200,20	16.200,20
52	ADUCB	11												
53	APUG	227	2.125,88	2.141,50	2.094,72	2.147,12	2.142,91	2.134,05	2.211,02	2.149,17	2.163,50	2.224,28		
54	SESDUEG	102												
55	SESDUFT	336	2.815,05	2.147,00	2.147,00	2.147,00	2.147,00	2.147,00	2.147,00					
56	SINDCEFET-GO	73												
57	SINDUNICALDAS	66												
	TOTAIS	3.475	21.993,96	21.368,52	21.272,43	21.325,14	21.297,01	21.368,82	21.336,68	19.127,51	19.470,77	19.532,55	17.308,15	16.972,58
	REGIÃO LESTE		VALOR (R\$)											
58	ADFMTM	201					9.392,00							
59	ADFUNREI	455	3.324,01	3.225,39		3.228,03	3.395,00	3.739,02	3.397,98	3.580,98	3.548,74	3.443,52	3.482,19	3.530,23
60	ADOM	25												
61	ADUFES	1.563	18.957,74	18.900,87	18.986,03	19.020,89	18.965,60	18.965,60	19.025,69	20.962,53	20.945,24			21.035,99

62	ADUFLA	550	4.567,10	5.186,75	4.794,10	4.817,73	4.867,55	4.814,71	7.146,95	7.302,17	5.519,27	5.664,61	4.940,75	9.762,40
63	ADUFOP	538	7.321,20	7.317,19	7.346,76	7.446,58	7.593,83	7.612,42	7.613,07					
64	ADUFU	1.259	14.856,03	14.997,73	15.121,13	15.297,79	15.278,88	14.655,41	15.298,53	15.336,41	18.621,27	18.539,02	18.323,25	18.551,81
65	ADUNIFAL	147	249,00	249,00	249,00	249,00	249,00	249,00	249,00	249,00	249,00	249,00	249,00	249,00
66	ADUNIFEI	306	216,45	216,45	216,45	216,45	216,45	216,45	216,45	216,45	216,45	216,45		
67	ADUNIMONTES	460	1.489,79	1.489,79	1.489,79	1.489,79	1.489,79	1.489,79	1.489,79	1.489,79	1.489,79	1.489,79	1.489,79	1.489,79
68	APESJF	1.080	12.679,74	12.667,40	12.731,34	10.420,47	12.676,17	12.583,41	13.022,93	13.131,78	13.168,31	12.969,15	12.977,93	13.099,78
69	ASPUV	1.011	15.889,00	15.946,00	15.940,00	16.044,25	16.515,61	16.585,72	16.612,72	16.608,17	16.633,10	18.963,58		
70	SINDCEFET-MG	497	3.848,51	4.332,02	4.324,82	4.339,59	4.367,69	4.443,35	4.478,92	4.522,15	4.556,11	4.551,36	4.538,07	4.552,42
71	SINDCEFET-OP	89												
72	SINDFAFEID	150	338,75	333,68	333,68	334,10	341,11	341,11	341,11	402,01	898,70	898,70	898,70	687,01
73	SINDUNIT	8												
	TOTAIS	8.339	83.737,32	84.862,27	80.043,31	82.904,67	95.348,68	85.695,99	88.893,14	83.801,44	85.845,98	66.985,18	46.899,68	72.958,43
	REGIÃO PANTANAL		VALOR (R\$)											
74	ADUFMAT	1.301	10.636,67	10.636,67	10.636,67	10.636,67	10.636,67	10.636,37	11.062,13	11.062,13	11.062,13	11.062,13	12.536,30	
75	ADUFMS	715												
76	ADUNEMAT	255	4.644,97	3.795,32	3.769,35	3.606,67	3.993,61	3.826,67	3.979,35	4.199,53	4.127,85	3.934,62	3.901,65	3.467,33
77	ADUFMAT-ROO	156												
78	ADUEMS	329	1.120,52	1.120,52	1.120,52	1.120,52	1.120,52	1.120,52	1.120,52	1.400,00	1.400,00	1.400,00		
79	ADUFDOURADOS	195	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00		
80	ADLESTE	30	162,86	162,86	162,86	162,86	162,86	162,86	111,10	111,10	111,10	111,10	111,10	
	TOTAIS	2.981	17.165,02	16.315,37	16.289,40	16.126,72	16.513,66	16.346,42	16.873,10	17.372,76	17.301,08	17.107,85	16.549,05	3.467,33
	REGIÃO RJ		VALOR (R\$)											
81	ASDUERJ	1.215	12.248,02	12.748,16	12.748,16	13.100,33	13.238,97							13.230,04
82	ADUFRJ	3.289	60.681,62	60.516,23	60.351,91	60.324,80	63.457,81	65.067,04	65.153,03	65.480,99	65.572,59	65.536,62	65.533,75	130.917,21
83	ADUNI-RIO	725	3.026,92	2.944,19	2.944,19	2.944,19	2.929,43	2.996,16	3.050,91	4.970,04	4.984,34	4.997,21	5.006,96	5.010,44
84	ADUEZO													
85	ADCEFET-RJ	500	5.700,62	5.724,54	5.749,25	5.760,99								
86	ADUFF	2.506	39.787,48	39.934,46	40.172,88	40.277,48	42.500,00	43.551,82	48.803,11	43.740,84	43.754,56	43.890,41	44.017,83	44.062,28

87	ADUR-RJ	823	12.082,84	12.082,84	12.082,84	12.185,98	12.185,98	12.430,49	12.430,49	12.430,49	12.430,49			
88	SESDUENF	189	1.134,00	1.134,00	1.134,00	1.134,00	1.134,00	1.134,00	1.134,00	1.134,00	1.134,00			
	TOTAIS	9.247	134.661,50	135.084,42	135.183,23	135.727,77	135.446,19	125.179,51	130.571,54	127.756,36	127.875,98	114.424,24	114.558,54	193.219,97
	REGIÃO SP		VALOR (R\$)											
89	ADAF A	87												
90	ADEEP	52												
91	ADFATEC	519												
92	ADFMM	237	1.261,78	1.261,78	1.261,78	1.256,46	1.256,46	1.256,46	1.261,78	1.261,78	1.261,78	1.261,78	1.261,78	1.261,78
93	ADUFABC	106												
94	ADUFSCAR	803												
95	ADUNESP	1.344	9.477,42	9.470,24	9.467,65	9.536,90	9.718,52	9.870,98	10.470,81	10.424,25	10.438,02	10.430,45	10.361,90	9.609,78
96	ADUNICAMP	2.122	26.393,44	26.695,43	26.644,10	26.941,39	28.573,69	28.657,53	28.790,66	28.845,14	28.605,19	28.899,20	28.744,43	28.812,01
97	ADUNIFESP	648	4.011,97	3.996,61	4.033,59	4.003,59	3.974,16	4.003,59	4.050,02	4.159,54	4.194,63	4.157,70	3.774,71	4.187,80
98	ADUNIMEP	229	1.434,80	1.434,80	1.434,80	1.434,80	1.434,80	1.434,80	1.434,80	1.434,80	1.434,80	1.434,80	1.434,80	1.434,80
99	ADUSP	2.825	46.904,73	46.958,13	46.937,20	46.991,27	46.883,84	46.837,86	49.755,51	48.842,13	49.752,09	49.747,86	49.730,24	39.019,63
	TOTAIS	8.972	89.484,14	89.816,99	89.779,12	90.164,41	91.841,47	92.061,22	95.763,58	94.967,64	95.686,51	95.931,79	95.307,86	84.325,80
	REGIÃO SUL		VALOR (R\$)											
100	ADUNICENTRO	140	328,40	328,40	328,40	328,40	328,40							
101	ADUNIOESTE	244	870,60	870,60	870,60	870,60	1.011,06	1.011,06	1.011,06	1.011,06	1.011,06	1.011,06		
102	APRUDESC	211												
103	APUFPR	2.868	36.857,71	36.958,25	36.923,11	36.803,02	36.656,88	36.913,88	39.213,40	39.238,60	39.223,62	39.639,42	39.821,73	39.824,50
104	SINDUEPG	233	1.802,70	1.802,66	1.820,77	1.804,25	1.913,59	1.912,50						
105	SINDUTF-PR	896	16.097,52	16.097,52	12.019,12	25.187,66	12.976,36	16.066,36	16.066,36	16.066,36				
106	S. Sind UFSC	203	1.052,97	1.076,21	1.087,41	1.116,17	1.119,73	1.308,89	1.655,08	1.572,45	1.793,71	1.838,25	1.884,74	2.833,20
107	SESDUEM	375	2.013,08	2.046,89	2.132,57	2.279,93	2.398,13	2.429,08	2.411,39	2.414,94	2.841,14	3.010,23		
	TOTAIS	5.170	59.022,98	59.180,53	55.181,98	68.390,03	56.404,15	59.641,77	60.357,29	60.303,41	44.869,53	45.498,96	41.706,47	42.657,70
	REGIÃO RGS		VALOR (R\$)											
108	S.Sind. na UFRGS	36	126,33	126,33	126,33	160,30	119,46	171,71	134,35	126,74	186,44	198,58	180,11	295,02
109	APROFURG	796	11.130,94	11.148,85	11.166,31	11.168,43	11.189,18	11.563,07	11.656,53	11.722,37	11.718,53	11.710,84	11.710,84	12.429,74
110	ADUFPEL	1.253	15.768,58	15.824,13	15.897,71	15.986,46	16.044,02	16.129,06	16.183,48	18.807,68	17.013,88	17.161,76	17.143,56	17.189,06

111	SEDUFSM	1.318	17.850,00	17.785,12	17.852,33	18.157,28	18.745,86	18.745,34	18.801,27	18.929,65	19.121,15	18.829,76		
112	SESUNIPAMPA	111												
	TOTAIS	3.514	44.875,85	44.884,43	45.042,68	45.472,47	46.098,52	46.609,18	46.775,63	49.586,44	48.040,00	47.900,94	29.034,51	29.913,82
		65.625	597.331,09	596.640,12	588.860,82	602.014,81	604.477,99	590.267,22	564.612,79	556.556,15	535.318,95	502.503,73	443.770,97	541.403,92

FUNDO DE SOLIDARIEDADE		JAN		FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Nº	SEÇÃO SINDICAL	F. SOLID	F. SOLID	F. SOLID	F. SOLID	F. SOLID	F. SOLID	F. SOLID	F. SOLID	F. SOLID	F. SOLID	F. SOLID	F. SOLID	F. SOLID
	REGIÃO NORTE 1	DATA	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)					
1	ADUA		347,13	347,13	399,91	399,91	346,72	346,72	346,72	346,72	346,72	346,72	344,68	
2	SESDUF-RR													
3	ADUNIR		179,60	179,60										
4	ADUFAC		269,71	266,87	266,70	266,59	278,53	317,00	287,90	287,05	289,70	293,85	293,47	305,15
5	SIND-UEA		23,00	23,00	23,00		23,00	23,00	23,00	23,00	23,00	23,00	23,00	
	TOTAIS		819,44	816,60	689,61	666,50	648,25	686,72	657,62	656,77	659,42	663,57	661,15	305,15
	REGIÃO NORTE 2	DATA	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)					
6	ADUFRA													
7	ADUFPA		827,77	826,30	827,41	836,35	886,03	992,14	875,27	878,76	884,01	735,73	917,06	917,06
8	SINDUFAP		61,76	61,88	63,14	61,80	61,79	73,44	69,67	69,79	70,84	74,11	73,49	
9	SINDUEPA													
	TOTAIS		889,53	888,18	890,55	898,15	947,82	1.065,58	944,94	948,55	954,85	809,84	990,55	917,06
	REGIÃO NE 1	DATA	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)					
10	APRUMA		269,23	268,87	271,15	271,23	272,73	278,25	279,25	296,45	296,29	296,96	297,84	297,68
11	ADUFPI		140,46	140,46	140,46	140,46	140,46	140,46	140,46					
12	ADCESP							74,74	134,86	134,86	134,86			
13	SESDUFC													
14	ADUNIFOR													

15	SINDCEFET-PI													
16	SINDCENTEC													
17	SINDIUVA		62,47	64,14	63,80	65,86	66,70	67,40	66,57	66,57	64,36	64,44	66,42	64,76
18	SINDUECE		91,54	91,54	91,63	93,19	92,85							
19	SINDURCA		52,26	55,65	58,05	58,05	58,05	58,02	58,64	58,64	59,04	59,68	58,68	58,68
	TOTAIS		615,96	620,66	625,09	628,79	630,79	618,87	679,78	556,52	554,55	421,08	422,94	421,12
	REGIÃO NE 2	DATA	VALOR (R\$)											
20	ADESA-PE		7,89	8,94	8,94	8,39	9,25	9,25	8,73	8,97	8,99	8,86		
21	ADESB													
22	ADUFRRN/ ADUERN		230,63	232,41	235,22	237,48	238,50	247,20	247,56	260,43	260,60	261,26		261,18
23	ADUC													
24	ADUEPB													
25	ADUFCG		350,97	350,97	350,97	350,97	350,97	359,70	359,70	359,70	398,60	398,60		398,60
26	ADUFCG-PATOS		acordo	acordo	29,87	29,87	29,87							
27	ADUFEPE		1.297,00	1.298,00	1.295,00	1.300,00	1.298,00	1.298,00						
28	ADUFERPE		420,59	421,78	420,52	420,65	444,16	495,03	453,30	461,69	474,44	467,25	463,15	463,15
29	ADUFPB		681,04	681,04	681,04	681,04	681,04	681,04	681,04					
30	ADUPE													
31	ADURN													
32	ASDESAM													
33	SINDFAFICA													
34	SINDFAVIP													
35	SINDUNIVASF													
	TOTAIS		2.988,12	2.993,14	3.021,56	3.028,40	3.051,79	3.090,22	1.750,33	1.090,79	1.142,63	1.135,97	463,15	1.122,93
	REGIÃO NE 3	DATA	VALOR (R\$)											
36	ADUFAL		370,65	381,13	382,34	381,41	386,76	387,70	388,49					
37	APUR													
38	ADUNEB		110,18	107,16	107,16	107,16	148,19	110,18	110,18	107,16	110,28			
39	ADUFS-BA		92,15	92,15	92,15	92,15	92,15	92,15	92,15	92,15	92,15	92,15	92,15	92,15
40	ADUFS		362,55											

41	ADUSB													
42	ADUCSAL													
43	SINDESP-BA													
44	SINDESP-Sudoeste/BA													
45	SINDESP-ExtremoSul/BA													
46	SINDFUNESA													
47	ADUSC		101,50	101,50	101,50	101,50	101,50	101,50	101,50	101,50	101,50	101,50		
	TOTAIS		1.037,03	681,94	683,15	682,22	728,60	691,53	692,32	300,81	303,93	193,65	92,15	92,15
	REGIÃO PLANALTO	DATA	VALOR (R\$)											
48	ADCAC		28,19	31,28	29,30	28,79	28,09	28,09	28,09	55,72	55,72	55,72	62,50	27,53
49	ADCAJ		5,92	3,92	3,92	4,45	4,19	7,42	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50
50	ADUEG													
51	ADUNB		648,00	648,00	648,00	648,00	648,00	648,00	648,00	648,00	648,00	648,00	648,00	648,00
52	ADUCB													
53	APUG		85,04	85,66	83,79	85,88	85,72	85,36	88,44	85,97	86,54	88,97		
54	SESDUEG													
55	SESDUFT					84,00								
56	SINDCEFET-GO													
57	SINDUNICALDAS													
	TOTAIS		767,15	768,86	765,01	851,12	766,00	768,87	767,03	792,19	792,76	795,19	713,00	678,03
	REGIÃO LESTE	DATA	VALOR (R\$)											
58	ADFMTM						4.288,70							
59	ADFUNREI		291,06	290,29	290,53	305,55	336,52	305,82	580,98	322,99	319,39	309,92	313,40	317,72
60	ADOM													
61	ADUFES			759,44	756,03	760,84	758,62	758,62	761,03	838,50	837,81			
62	ADUFLA		182,68	207,47	191,76	192,71	194,70	192,59	285,88	292,09	220,77	226,58	197,63	390,47
63	ADUFOP		292,86	294,85	293,87	297,86	303,75	304,50	304,52					309,50
64	ADUFU		594,24	599,91	604,85	611,91	616,16	586,22	611,94	613,46	744,85	741,56	732,93	742,07
65	ADUNIFAL		8,80	8,80	8,80	8,80	8,80	8,80	8,80	8,80	8,80	8,80	8,80	8,80

66	ADUNIFEI		116,42	116,42	116,42	116,42	116,42	116,42	116,42	116,42	116,42	116,42		
67	ADUNIMONTES													
68	APESJF		507,18	506,69	509,25	416,81	507,04	503,33	520,91	525,71	526,73	518,76	519,11	523,99
69	ASPUV		635,00	637,00	637,00	641,77	660,62	663,42	664,50	664,32	665,32	758,78		
70	SINDCEFET-MG		153,94	173,28	172,99	173,58	174,71	177,73	179,16	180,89	182,24	182,05	181,52	182,10
71	SINDCEFET-OP													
72	SINDFAFEID		13,55	13,35	13,35	13,35	13,64	13,64	13,64	20,52	28,07	28,07	28,07	28,07
73	SINDUNIT													
	TOTAIS		2.795,73	3.607,50	3.594,85	3.539,60	7.979,68	3.631,09	4.047,78	3.583,70	3.650,40	2.890,94	1.981,46	2.502,72
	REGIÃO PANTANAL	DATA	VALOR (R\$)											
74	ADUFMAT		412,50	412,50	412,50	412,50	412,50	412,50	429,00	429,00	429,00	429,00	437,58	
75	ADUFMS													
76	ADUNEMAT		185,80	151,81	150,77	144,27	159,74	153,07	159,17	167,98	165,11	157,38	156,07	138,69
77	ADUFMAT-ROO													
78	ADUEMS		44,82	44,82	44,82									
79	ADUFDOURADOS		24,00	24,00	24,00	24,00	24,00	24,00	24,00	24,00	24,00	24,00		
80	ADLESTE		6,43	6,43	6,43	6,43	6,43	6,43	10,10	10,10	10,10	10,10	10,10	10,10
	TOTAIS		673,55	639,56	638,52	587,20	602,67	596,00	622,27	631,08	628,21	620,48	603,75	148,79
	REGIÃO RJ	DATA	VALOR (R\$)											
81	ASDUERJ		489,92	509,93		524,01	529,56							
82	ADUFRJ		1.820,45	1.815,49	1.810,56	1.809,74	1.903,73	1.952,01	1.954,59	1.964,43	1.967,18	1.966,10	1.966,01	3.927,52
83	ADUNI-RIO		121,07	177,25	177,25	177,25	117,17	119,84	122,03	198,80	199,37	199,88	200,27	200,41
84	ADUEZO													
85	ADCEFET-RJ		228,02	228,98	229,97	230,44								
86	ADUFF		1.591,50	1.597,38	1.606,92	1.611,10	1.700,01	1.952,12	1.742,07	1.749,63	1.750,18	1.755,62	1.760,71	1.762,49
87	ADUR-RJ		483,31	483,31	483,31	483,31	487,44	487,44	497,22	497,22	497,22			
88	SESDUENF		45,36	45,36	45,36	45,36	45,36	45,36	45,36	45,36	45,36			
	TOTAIS		4.779,63	4.857,70	4.353,37	4.881,21	4.783,27	4.556,77	4.361,27	4.455,44	4.459,31	3.921,60	3.926,99	5.890,42
	REGIÃO SP	DATA	VALOR (R\$)											
89	ADAFÁ													

90	ADEEP													
91	ADFATEC													
92	ADFMM/ ADFAMEMA		50,47	50,47	50,47	50,25	50,25	50,25	50,47	50,47	50,47	50,47	50,47	50,47
93	ADUFABC													
94	ADUFSCAR													
95	ADUNESP		379,10	378,81	378,81	382,47	388,74	394,84	418,83	416,97	417,52	417,22	414,48	384,39
96	ADUNICAMP		1.055,74	1.067,82	1.065,76	1.077,65	1.142,95	1.146,30	1.151,63	1.153,84	1.144,21	1.156,00	1.149,78	1.152,48
97	ADUNIFESP		160,47	159,86	160,14	160,14	158,96	160,14	162,00	166,38	167,78	150,98	167,52	166,60
98	ADUNIMEP		143,48	143,48	143,48	143,48	143,48	143,48	143,48	143,48	143,48	143,48	143,48	143,48
99	ADUSP		1.876,16	1.878,32	1.877,48	1.879,65	1.875,35	1.873,51	1.990,22	1.993,68	1.990,08	1.989,91	1.989,21	1.560,78
	TOTAIS		3.665,42	3.678,76	3.676,14	3.693,64	3.759,73	3.768,52	3.916,63	3.924,82	3.913,54	3.908,06	3.914,94	3.458,20
	REGIÃO SUL	DATA	VALOR (R\$)											
100	ADUNICENTRO													
101	ADUNIOESTE		acordo	41,24	41,24	41,24								
102	APRUDESC													
103	APUFPR		1.469,79	1.474,31	1.478,33	1.476,92	1.472,12	1.476,56	1.568,54	1.569,54	1.568,94	1.585,58	1.592,87	1.592,98
104	SINDUEPG		90,13	90,13	91,03	90,21	95,68	95,62						
105	SINDUTF-PR		678,65	678,65	507,78	503,76	503,76	519,05	963,98	963,98				
106	S.Sind. UFSC		42,12	43,05	43,50	44,65	44,79	52,36	66,20	62,90	71,15	73,53	75,39	113,33
107	SESDUEM		80,52	81,88	85,30	91,20	95,93	97,16	96,00	96,46	113,65	120,41		
	TOTAIS		2.361,21	2.409,26	2.247,18	2.247,98	2.212,28	2.240,75	2.694,72	2.692,88	1.753,74	1.779,52	1.668,26	1.706,31
	REGIÃO RGS	DATA	VALOR (R\$)											
108	Seção Sind. Na UFRGS		3,00	3,00	3,00	6,50	2,00	7,00	5,37	5,07	8,00	10,00	7,20	8,00
109	APROFURG		445,23	445,95	446,65	446,73	447,56	462,52	466,22	468,89	468,74	468,43	468,43	497,18
110	ADUFPEL		627,64	632,97	632,78	636,32	638,62	642,00	644,17	749,14	677,39	683,28	682,55	684,37
111	SEDUFMS		692,60	690,00	692,67	699,10	707,94	727,30	729,50	734,47	741,90	730,55		
112	SESUNIPAMPA													
	TOTAIS		1.768,47	1.771,92	1.775,10	1.788,65	1.796,12	1.838,82	1.845,26	1.957,57	1.896,03	1.892,26	1.158,18	1.189,55
			23.161,24	23.734,08	22.960,13	23.493,46	27.907,00	23.553,74	22.979,95	21.591,12	20.709,37	19.032,16	16.596,52	18.432,43

FNM		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Nº	SEÇÃO SINDICAL	FNM											
	REGIÃO NORTE 1	VALOR (R\$)											
1	ADUA	213,50	213,50	215,25	215,25	FNG	FNG	FNG	FNG	FNG	214,00	214,00	214,00
2	SESDUF-RR												
3	ADUNIR						FNG	FNG	FNG		FNG		
4	ADUFAC	127,25	126,25	126,25	126,25	125,50	FNG	128,50	129,25	129,25	129,25	129,28	
5	SIND-UEA	9,30	9,30	9,30	9,30	9,30	9,30	9,30	9,30	9,30	9,30	9,30	
	TOTAIS	350,05	349,05	350,80	350,80	134,80	0,00	128,50	129,25	129,25	343,25	343,28	214,00
	REGIÃO NORTE 2	VALOR (R\$)											
6	ADUFRA-ADFCAP	22,00	22,50	21,75	22,50	23,00	FNG	FNG	21,00				
7	ADUFPA	396,75	397,00	397,00	399,00	400,25	FNG	FNG	FNG	FNG	406,00	405,50	405,50
8	SINDUFAP	41,75	41,75	41,75	41,75	41,75	FNG	FNG	FNG	FNG	FNG		
9	SINDUEPA												
	TOTAIS	460,50	461,25	460,50	463,25	465,00	0,00	0,00	21,00	0,00	406,00	405,50	405,50
	REGIÃO NE 1	VALOR (R\$)											
10	APRUMA	262,75	262,75	263,50	264,25	265,50	FNG	FNG	FNG	FNG	273,25	274,25	274,00
11	ADUFPI	309,25	309,25	309,25			FNG	FNG	FNG	FNG	309,25	309,25	309,25
12	ADCESP						70,50	76,50	76,50	76,50			
13	SESDUFC												
14	ADUNIFOR												
15	SINDCEFET-PI												
16	SINDCENTEC												
17	SINDIUVA	30,25	30,50	31,00	30,75	31,75	32,50	32,50	32,00	30,75	30,75	31,50	30,75
18	SINDUECE	64,50	64,50	64,50	65,25	65,00							
19	SINDURCA	40,75	40,75	42,25	42,25	42,25	42,25	42,75	42,75	42,75	42,50	42,50	42,50
	TOTAIS	707,50	707,75	710,50	402,50	404,50	145,25	151,75	151,25	150,00	655,75	657,50	656,50

	REGIÃO NE 2	VALOR (R\$)											
20	ADESA-PE	9,25	9,25	9,25	9,25	9,50	9,50	9,00	9,25	9,00	9,25		
21	ADESB												
22	ADUFRRN/ADUER N	236,00	237,00	237,00	237,48	237,00	236,75	236,75	236,50	236,25			
23	ADUC												
24	ADUEPB												
25	ADUFCG	181,50	181,50	181,50	181,50	181,50	FNG	181,50	187,50	187,75	187,75	186,75	186,75
26	ADUFCG-PATOS	acordo	acordo	acordo	18,75	18,75	18,75						
27	ADUFEPE	524,00	524,00	522,50	524,25	523,5	524,00						
28	ADUFERPE	166,25	166,75	167,75	165,75	171,50	FNG	FNG	FNG	182,25	182,25	182,25	
29	ADUFPB	567,50	567,50	567,50	567,50	567,50	567,50	567,50					
30	ADUPE												
31	ADURN												
32	ASDESAM												
33	SINDFAFICA												
34	SINDFAVIP												
35	SINDUNIVASF												
	TOTAIS	1.684,50	1.686,00	1.685,50	1.704,48	1.709,25	1.356,50	994,75	433,25	615,25	379,25	369,00	186,75
	REGIÃO NE 3	VALOR (R\$)											
36	ADUFAL	331,50	342,25	342,00	341,00	344,75	FNG	FNG	FNG	FNG	345,25	345,25	345,25
37	APUR												
38	ADUNEB	148,19	148,19	148,19	148,19	151,07	156,21	156,21	148,19	148,19	148,19	148,19	
39	ADUFS-BA	130,50	130,50	130,50	130,50	130,50	130,50	130,50	130,50	130,50	130,50	130,50	130,50
40	ADUFS	173,15	173,15	173,15	173,15	173,15	173,15	FNG	FNG	FNG			
41	ADUSB												
42	ADUCSAL												
43	SINDESP-BA												
44	SINDESP- Sudoeste/BA												
45	SINDESP- ExtremoSul/BA												

46	SINDFUNESA												
47	ADUSC	74,97	74,97	74,97	74,97	74,97	74,97	74,97	74,97	74,97			
	TOTAIS	858,31	869,06	868,81	867,81	874,44	534,83	361,68	353,66	353,66	623,94	623,94	475,75
	REGIÃO PLANALTO	VALOR (R\$)											
48	ADCAC	13,75	15,50	13,75	13,75	13,50	13,50	13,50	28,09		FNG	88,25	13,50
49	ADCAJ	3,00	3,00	3,00	3,00	3,25	3,50	3,05	3,10	3,03	3,05	3,10	3,00
50	ADUEG												
51	ADUNB	520,50	520,50	520,50	520,50	520,50	FNG	FNG	FNG	520,50	520,50	520,50	520,50
52	ADUCB												
53	APUG	57,75	57,50	57,50	57,50	57,50	57,25	57,00	55,50	55,25	56,75		
54	SESDUEG												
55	SESDUFT	84,00	84,00	84,00	84,00	84,00							
56	SINDCEFET-GO												
57	SINDUNICALDAS												
	TOTAIS	679,00	680,50	678,75	678,75	678,75	74,25	73,55	86,69	578,78	580,30	611,85	537,00
	REGIÃO LESTE	VALOR (R\$)											
58	ADFMTM					1.464,50							
59	ADFUNREI	110,75	111,25	111,25	111,75	FNG	FNG	FNG	FNG	113,00	112,75	112,25	112,25
60	ADOM												
61	ADUFES	378,50	380,50	134,25	134,00	134,50	FNG	FNG	FNG	FNG			
62	ADUFLA	132,25	134,00	134,25	134,00	134,50	FNG	FNG	FNG	FNG	137,75	137,75	137,75
63	ADUFOP	132,50	133,25	135,25	138,50	FNG	FNG	FNG	FNG				
64	ADUFU	303,50	306,25	309,50	315,25	FNG	FNG	FNG	FNG	315,25	314,00	307,75	314,25
65	ADUNIFAL	28,00	28,00	28,00	28,00	28,00	FNG	28,00	28,00	28,00	28,00	28,00	28,00
66	ADUNIFEI	60,50	60,50	60,50							FNG		
67	ADUNIMONTES												
68	APESJF	260,00	262,50	262,25	266,00	266,00	FNG	FNG	FNG	FNG			
69	ASPUV	238,75	239,50	240,25	240,25	FNG	FNG	FNG	FNG	251,75	252,00	251,75	
70	SINDCEFET-MG	116,50	116,75	116,50	116,75	117,50	FNG	FNG	FNG	FNG	124,25	123,75	124,00
71	SINDCEFET-OP												

72	SINDFAFEID	17,50	17,25	17,25	17,25	17,25	17,25	17,25	FNG	FNG	FNG	FNG	
73	SINDUNIT												
	TOTAIS	1.778,75	1.789,75	1.549,25	1.501,75	2.162,25	17,25	45,25	28,00	708,00	968,75	961,25	716,25
	REGIÃO PANTANAL	VALOR (R\$)											
74	ADUFMAT	681,50	681,50	681,50	681,50	681,50	FNG	681,50	681,50	681,50	681,50	681,50	
75	ADUFMS												
76	ADUNEMAT	64,50	63,25	63,25	63,25	63,75	63,75	63,75	63,75	64,75	64,75	64,75	
77	ADUFMAT-ROO												
78	ADUEMS	85,75	85,75	85,75	85,75	85,75	85,75	85,75	82,25	82,25	82,25		
79	ADUFDOURADOS	39,75	39,75	39,75	39,75	39,75	39,75	39,75	39,75	39,75			
80	ADLESTE	4,29	4,29	4,29	4,29	4,29	4,29	6,80	6,80	6,80	6,80	6,80	
	TOTAIS	875,79	874,54	874,54	874,54	875,04	193,54	877,55	874,05	875,05	835,30	753,05	0,00
	REGIÃO RJ	VALOR (R\$)											
81	ASDUERJ	327,50	327,00		328,50	332,00							
82	ADUFRJ	805,00	803,50	800,50	800,25	800,00	FNG	FNG	FNG	FNG	827,00	829,00	830,00
83	ADUNI-RIO	175,50	117,25	117,76	117,76	180,75	183,00	211,08	181,50	181,50	FNG	FNG	FNG
84	ADCEFET-RJ												
85	ADUEZO												
86	ADUFF	615,00	612,50	615,75	618,25	619,00	FNG	627,00	FNG	FNG	628,50	FNG	628,50
87	ADUR-RJ	205,75	205,75	205,75	205,75	205,75	205,75	205,75	205,75	205,75			
88	SESDUENF	47,25	47,25	47,25	47,25	47,25	47,25	47,25	47,25	47,25			
	TOTAIS	2.176,00	2.113,25	1.787,01	2.117,76	2.184,75	436,00	1.091,08	434,50	434,50	1.455,50	829,00	1.458,50
	REGIÃO SP	VALOR (R\$)											
89	ADAFÁ												
90	ADEEP												
91	ADFATEC												
92	ADFMM/												
93	ADUFABC												
94	ADUFSCAR												
95	ADUNESP	295,50	297,00	296,75	296,76	281,50	282,25	281,75	282,50	258,00	283,00	282,50	254,00

96	ADUNICAMP	527,50	527,50	691,75	528,75	528,75	528,75	546,00	530,50	532,25	531,75	529,50	530,50
97	ADUNIFESP	155,25	155,25	155,25	155,25	155,00	155,25	FNG	162,25	FNG	FNG		
98	ADUNIMEP	61,00	61,00	61,00	61,00	61,00	61,00	61,00	61,00	61,00	285,00	285,00	285,00
99	ADUSP	691,75	692,50	692,25	630,00	691,00	691,00	693,00	693,25	691,50	691,75	692,25	555,55
	TOTAIS	1.731,00	1.733,25	1.897,00	1.671,76	1.717,25	1.718,25	1.581,75	1.729,50	1.542,75	1.791,50	1.789,25	1.625,05
	REGIÃO SUL	VALOR (R\$)											
100	ADUNICENTRO												
101	ADUNIOESTE	50,16	50,16	50,16	50,16								
102	APRUDESC												
103	APUFPR	714,25	714,25	713,50	716,00	716,50	FNG	FNG	FNG	FNG	720,25	721,75	721,25
104	SINDUEPG	53,15	53,15	53,75	53,00	53,50	53,25						
105	SINDUTF-PR	306,67	306,67	230,75	226,75	226,75	221,75			FNG			
106	S.Sind. UFSC	34,75	34,75	35,00	36,25	36,75	FNG	FNG	FNG	FNG	50,00	50,75	50,75
107	SESDUEM	69,25	70,50	74,00	79,00	79,00	79,75	79,00	79,25	94,50	93,25		
	TOTAIS	1.228,23	1.229,48	1.157,16	1.161,16	1.112,50	354,75	79,00	79,25	94,50	863,50	772,50	772,00
	REGIÃO RGS	VALOR (R\$)											
108	S. Sind na UFRGS	3,00	4,00	4,00	4,00	3,00	6,00	6,00	5,75	9,10	11,50	7,25	11,25
109	APROFURG	187,75	187,25	187,75	187,75	187,50	196,50	196,50	199,50	199,50	199,00	199,00	199,00
110	ADUFPEL	311,25	311,25	312,50	314,00	314,00	FNG	FNG	FNG	FNG	319,50	319,25	318,75
111	SEDUFSM	319,25	320,00										
112	SESUNIPAMPA												
	TOTAIS	821,25	822,50	504,25	505,75	504,50	202,50	202,50	205,25	208,60	530,00	525,50	529,00
		13.350,88	13.316,38	12.524,07	12.300,31	12.823,03	5.033,12	5.587,36	4.525,65	5.690,34	9.433,04	8.641,62	7.576,30

Anexo ao Texto 64

Seções Sindicais com ACORDOS Vigentes (Posicionamento até o mês de dez/12)

REGIONAIS	S. SINDICAL	PARCELAMENTO	SALDO DEVEDOR	Situação
Norte 1	ADUNIR	1) Foi feito um novo acordo no 30º Congresso, sobre os débitos pendentes de 1997 a 2010, totalizando R\$ 34.641,39 que será dividido em 36 parcelas, de R\$ 962,26. Está na 13/36 2) Compromete-se a pagar a cota do Rateio do 31º Congresso, no valor de R\$ 6.134,84.	R\$ 21.241,75 e R\$ 6.134,34	Pendente e Pendente
	SIND-UEA	Pendente Rateio do 31º Congresso, no valor de R\$ 13.093,64.	R\$ 13.093,64	Pendente
	SESDUF-RR	Foi feito um acordo referente ao Rateio do 31º Congresso no valor de R\$ 6.608,40, dividido em 10 parcelas de R\$ 660,84. Está na 2/10.	5.286,72	Pendente
NE 1	ADUNIFOR	No 31º Congresso, foi feito um acordo referente a 3 meses de mensalidades pendentes de 2009, no valor de R\$ 2.134,67, mensalidades de mar a dez/10, no valor de R\$ 18.981,40 e mensalidades de jan a dez/11, no valor de R\$ 22.77,68, totalizando R\$ 43.893,75, dividido em 36 parcelas de R\$ 1.219,27.	R\$ 43.893,75	Pendente
	ADUFPI	O valor de R\$ 3.399,65, referente ao Rateio do 57º CONAD, foi dividido em 3 parcelas de R\$ 1.133,21	R\$ 3.399,65	Pendente
	ADCESP	1) Pendente Rateio do 57º CONAD no valor de R\$ 1.520,81.	R\$ 1.520,81	Pendente
	SINDCEFET-PI	1) No 57º CONAD, foi feito um acordo referente aos valores pendentes de mensalidades e fundos de mai a dez/10, jan a dez/11 e jan a mai/12, no valor total de R\$ 4.340,22, que foi dividido em 10 parcelas de R\$ 434,02.	R\$ 4.340,22	Pendente
NE 2	ADUFPB	1) No 31º Congresso, foi feito um novo acordo referente às mensalidades pendentes de jul a dez/11, no valor de R\$ 110.367,04 e acordo anterior que era: 2) R\$ 45.131,13 3) R\$ 145.435,55 4) R\$ 30.457,55 5) R\$ 3.351,28 Totalizando R\$ 334.022,42, dividido em 60 parcelas de R\$ 5.567,04, para março/12. Está na 7/60. 2) Pendente Rateio do 57º CONAD no valor de R\$ 4.049,08.	R\$ 295.053,14 e R\$ 4.049,08	Pendente
	ADUFEPE	1) Foi feito um acordo referente as mensalidades pendentes do período de ago a dez/12 no valor de R\$ 138.920,25, que será dividido em 15 parcelas de R\$ 9.261,35	R\$ 138.920,25	

	ADESA-PE	Parcelamento de débitos do período de março/06 a dez/09 no valor de R\$ 7.441,91 incluindo os fundos, dividido em 43 parcelas de R\$ 173, 07, sendo a primeira em fevereiro/10. Está na 32/43	R\$ 1.903,67	OK
	ADUPE	No 31º Congresso, foi feito um acordo referente a mensalidades e fundos pendentes de 2009 a 2011, no valor de R\$ 102.167,00, dividido em 100 parcelas de R\$ 1.021,67.	R\$ 102.167,00	Pendente
	ADUFCG	Pendente Rateio do 57º CONAD, no valor de R\$ 1.180,00.	R\$ 1.180,00	Pendente
	ADUFCG-PATOS	1) Parcelamento da dívida referente a set/11 a fev/12, que totaliza R\$ 5.310,42, dividido em 8 parcelas de R\$ 663,80, que será pago juntamente com o repasse do mês. 2) Foi realizado um novo acordo de parcelamento da dívida, referente aos meses de mai a out/12 e o restante do acordo anterior no valor de R\$ 3.982,80, totalizando R\$ 9.293,22, que foi dividido em 12 parcelas de R\$ 774,43. Está 1/12	R\$ 8.518,79	OK
	SINDUNIVASF	Parcelamento das mensalidades e fundos pendentes de 2011, no valor de R\$ 1.098,21, que foi dividido em 8 parcelas de R\$ 109,82. Está na 3/8.	R\$ 768,75	Pendente
	ADUEPB	1) Foi feito um acordo no 30º Congresso, sobre o parcelamento da dívida do período de jan a dez/07, jan a dez/08, jan a dez/09 e jan a dez/10, totalizando R\$ 247.121,52, que será dividido em 100 parcelas de R\$ 2.417,21. 2) Pendente o Rateio do 30º Congresso, no valor de R\$ 65,56.	R\$ 247.121,52	Pendente
NE 3	ADUCSAL	30 parcelas de R\$ 419,11 ref. débitos do mês de dezembro de 2007 e dos meses de janeiro a agosto de 2008 - incluindo fundos 2/30 (Pagou a 2ª parcela em 23/4/09). Último pagamento dia 23/4/09.	R\$ 11.316,11	Pendente
	ADUNEB	O valor de R\$ 1.850,29, referente ao Rateio do 57º CONAD, foi dividido em 3 parcelas de R\$ 616,76.	R\$ 1.850,29	Pendente
	ADUSB	Pendente o Rateio do 57º CONAD no valor de R\$ 1.473,18.	R\$ 1.473,18	Pendente
	ADUSC	No 31º Congresso, foi feito um novo acordo, referente às mensalidades pendentes no valor de R\$ 9.370,70, um acordo anterior no valor de R\$ 1.791,15 e fundos pendentes no valor de R\$ 1.529,10, totalizando R\$ 12.686,95, dividido em 24 parcelas de R\$ 528,95. Está na 11/24.	R\$ 6.868,50	OK
	ADUFAL	Foi feito um novo acordo, referente ao anterior, repasses mensais e fundos de jan a mar/12 no valor de R\$ 19.033,38, parcelas do 55º CONAD, R\$ 1.717,20 e	R\$ 14.529,79	OK

		56° CONAD, R\$ 1.039,70, parcelas do acordo anterior R\$ 5.712,42 e mensalidade e fundo do mês de março/12 R\$ 6.400,23, totalizando R\$ 33.902,83, dividido em 14 parcelas de R\$ 2.421,63, começando em maio/12 e finalizando em junho/13. Está na 8/14.		
LESTE	ADUNIMONTES	1) 100 parcelas de R\$ 232, 64, totalizando R\$ 23.264,00 (Está na 7ª parcela); 2) 2)R\$ 170,01 ref. Rateio III CONGRESSO Extraordinário.	R\$ 21.900,80 e R\$ 170,01 R\$ 22.070,81	Pendente
PLANALTO	SESDUFT	Pendente Rateio do 57° CONAD no valor de R\$ 535,69	R\$ 535,69	Pendente
PANTANAL	ADUNEMAT	100 parcelas de R\$ 300,00. Está na 83/100.	R\$ 5.100,00	OK
	ADLESTE	No 57° CONAD, foi feito um novo acordo referente aos valores pendentes, do 30° Congresso e do 56° CONAD, totalizando R\$ 5.298,61, que será dividido em 15 parcelas de R\$ 353,24. Foram pagas 4 parcelas (compensado da devolução de passagens, referente a cota de Rateio) Está na 6/15.	R\$ 3.179,17	OK
	ADUFDOURADOS	No 56° CONAD foi feito um novo acordo somando a dívida anterior de R\$ 10.391,63, de mensalidades pendentes, com a nova dívida de R\$ 3.382,50, no total de R\$ 13.774,13, dividida em 60 parcelas de R\$ 229,57. Está na 17/60.	R\$ 9.871,44	OK
SP	ADUNIMEP	1) No 56° CONAD, foi feito um novo acordo, sobre a pendência de empréstimo de R\$ 6.000,00, mais o restante do acordo anterior de R\$ 1.500,00 de mensalidades pendentes, no valor total de R\$ 7.500,00 que foi dividido em 10 parcelas de R\$ R\$ 750,00. 2) Parcelamento do Rateio do 56° CONAD no valor total de R\$ 1.191,49, que foi dividido em 3 parcelas de R\$ 397,17.	R\$ 7.500,00 e R\$ 1.191,49	Pendente
Sul	ADUNIOESTE	Foi feito um novo acordo referente a mensalidades e fundos pendentes de jan a dez/11 e jan a fev/12, e 2 (duas) parcelas, referente ao acordo anterior, no valor de R\$ 3.253,92, totalizando R\$ 17.819,90, que foi dividido em 36 parcelas de R\$ 495,00. Está na 10/36	R\$ 12.869,90	OK
	SINDUEPG	A pedido da SINDUEPG foi suspenso o repasse para o ANDES-SN, até a data do 32° Congresso, onde será calculado o valor, para um acordo e parcelamento.		
	S. Sind. UFSC	No 56° CONAD, foi feito um novo acordo comprometendo-se a pagar o valor do empréstimo de R\$ 19.000,00, mais o valor de R\$ 2.870,78, totalizando R\$ 21.870,78, que foi dividido em 60 parcelas de R\$ 364,52.	R\$ 21.870,78	Pendente

TEXTO 65

Contribuição Diretoria e Delegados da ADUSP-S. Sind. ao 32º Congresso do ANDES-SN

NECESSIDADE DE MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO QUANTO AOS CRITÉRIOS PARA INSCRIÇÃO DE CHAPAS PARA CONCORRER À DIRETORIA DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O atual estatuto prevê os seguintes critérios para a inscrição de chapas para a diretoria do ANDES-SN: 1) durante o Congresso que precede as eleições, até uma hora após a aprovação do regimento eleitoral pela Plenária de Questões Organizativas e Financeiras, as chapas devem registrar (seria *inscrever* pela proposta da CEC)¹, pelo menos, os candidatos aos cargos de presidente, secretário geral e 1º tesoureiro, acompanhados dos respectivos Manifestos das Chapas; e 2) **as chapas deverão registrar ⁽¹⁾ os candidatos aos demais cargos** até trinta (30) dias após o encerramento do Congresso.

Assim, **só podem concorrer chapas cujas nominatas abranjam**, de forma integral, todos os cargos previstos no artigo 32 do estatuto, ou seja: os onze (11) nomes do grupo composto pelos cargos da presidência, secretaria e tesouraria mais os nomes dos seis (6) cargos das doze (12) Secretarias Regionais, num total de **oitenta e três (83) nomes**, considerando o previsto no artigo 32:

“**Art. 32.** A DIRETORIA é composta de membros efetivos assim distribuídos:

I - cargos da Presidência, em número de quatro (4): Presidente, Primeiro-Vice-Presidente, Segundo-Vice-Presidente e Terceiro-Vice-Presidente;

II - cargos da Secretaria, em número de quatro (4): Secretário-Geral, Primeiro-Secretário, Segundo-Secretário e Terceiro-Secretário;

III - cargos da Tesouraria, em número de três (3): Primeiro-Tesoureiro, Segundo-Tesoureiro e Terceiro-Tesoureiro;

IV - Primeiros-Vice-Presidentes Regionais e Segundos-Vice-Presidentes Regionais, representando as seguintes regiões:

a) Norte I: Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima;

b) Norte II: Pará, Amapá;

c) Nordeste I: Ceará, Maranhão e Piauí;

d) Nordeste II: Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco;

e) Nordeste III: Alagoas, Sergipe e Bahia;

f) Planalto: Distrito Federal, Goiás e Tocantins;

g) Pantanal: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;

h) Leste: Espírito Santo e Minas Gerais;

i) Rio de Janeiro;

j) São Paulo;

l) Sul: Paraná e Santa Catarina;

¹ As Recomendações apresentadas pela Comissão Eleitoral Central (CEC) à Diretoria do ANDES-SN, ao fim do último processo eleitoral, encontram-se anexadas ao final deste TEXTO DE APOIO.

m) Rio Grande do Sul.

V - fazem parte ainda da DIRETORIA um Primeiro-Secretário Regional, um Segundo-Secretário Regional, um Primeiro-Tesoureiro Regional e um Segundo-Tesoureiro Regional, cujo âmbito de atuação e competência se limita à área de sua Regional.”

Diante das dificuldades constatadas ao longo da história do Sindicato Nacional em se completar as nominatas das chapas que se inscrevem nos Congressos eleitorais, a Diretoria da Adusp apresentou, em Congressos anteriores (o último deles foi no 31º Congresso – Texto 45), propostas de modificações do Estatuto do Sindicato no sentido de permitir maior flexibilidade nos critérios para a homologação das chapas que se inscrevam para a disputa eleitoral, visando essencialmente superar as seguintes situações:

- 1) evitar a possibilidade concreta de que nenhuma chapa consiga a composição completa necessária para obter o registro definitivo, inviabilizando o processo eleitoral, com todas as decorrências negativas que esse fato traria em termos de desgaste político para o ANDES-SN.
- 2) a dificuldade para compor uma chapa assim tão numerosa, o que pode constituir-se em um obstáculo a mais à expressão da riqueza de posições políticas existentes no interior do Sindicato Nacional e, portanto, uma séria limitação a que essa diversidade de concepções possa materializar-se – democraticamente – também na postulação à direção da entidade.

Naquelas ocasiões, a proposta encaminhada pela Adusp consistira **em estabelecer que poderão ser registradas chapas que preencham no mínimo os onze (11) nomes do grupo composto pelos cargos da presidência, secretaria e tesouraria mais os nomes dos dois (2) cargos de primeiros e segundos vice-presidentes regionais das doze (12) Secretarias Regionais, o que viria a totalizar um mínimo de trinta e cinco (35) nomes, necessários para viabilizar uma chapa.**

Na apresentação da proposta dava-se destaque ao fato de que não se estava propondo modificar a composição atual da Diretoria Nacional ou das Regionais, mas sim que as chapas pudessem concorrer sem a nominata completa para os cargos previstos no inciso V do artigo 32 *e que não se estava criando qualquer obstáculo para que se inscrevessem chapas completas, ou com cargos completos nas Secretarias Regionais que consigam fazê-lo, o que continuaria sendo um desafio político para os grupos que viessem a pleitear a diretoria do sindicato.* De modo oposto, se a proposta fosse aprovada, estaria preservada a representatividade nacional nas chapas, com candidatos em todas as vice-presidências regionais que, sem dúvida, têm um papel central no trabalho político de intermediação e articulação das seções sindicais com a agenda do ANDES-SN.

Naquelas ocasiões acrescentava-se que, na hipótese de aprovação, as responsabilidades previstas para os cargos tratados no inciso V do artigo 32 do Estatuto do ANDES-SN, que não tivessem sido preenchidos na chapa eleita, permaneceriam vacantes e seriam assumidas, solidariamente, pelos demais diretores eleitos para cada Regional.

Embora a proposta não tenha alcançado o quorum suficiente para ser implementada, as votações foram significativas e no último congresso em que foi apreciada foi a proposta mais votada (113 votos favoráveis, 87 votos contrários e 6 abstenções, como consta da Ata da Plenária do Tema 4, Relatório do 31º Congresso, Manaus/AM).

Para a Diretoria da Adusp, todas as preocupações que originalmente justificaram a proposição permanecem válidas e justificam que as instâncias de deliberação da entidade voltem a tratar do tema. É provável que, com os mesmos propósitos, existam alternativas para solucionar a situação que sejam diferentes dessa originalmente aventada; essas poderiam ser trazidas ao debate, supondo-se que os argumentos arrolados possam constituir uma provocação à reflexão para todas as Seções Sindicais e os sindicalizados do ANDES-SN.

Mais recentemente, em discussão no âmbito da diretoria da Adusp, cogitou-se outras possibilidades de alteração estatutária, sempre no sentido de permitir que um determinado

percentual dos cargos previstos nos incisos IV e V do artigo 32 (Primeiro-Vice-Presidente Regional, Segundo-Vice-Presidente Regional, Primeiro-Secretário Regional, Segundo-Secretário Regional, Primeiro-Tesoureiro Regional e Segundo-Tesoureiro Regional) possam permanecer vacantes:

- 1) como os cargos correspondentes ao inciso V do artigo 32 do Estatuto (cujo âmbito de atuação se limita à área de sua Regional) atualmente são 48 (em função do número de secretarias regionais existentes), se este percentual fosse flexibilizado, por exemplo, em 10%, isso corresponderia a $4,8 = 5$ cargos vacantes, no universo de todas as 12 secretarias regionais, seja em decorrência da impossibilidade das chapas de apresentarem nomes para completar a nominata, seja no caso de irregularidades que não permitissem que alguns fossem homologados pela Comissão Eleitoral – nesse caso a nominata conteria **78** nomes;
- 2) uma segunda possibilidade seria reduzir o número de cargos a serem necessariamente preenchidos pela somatória das 12 Regionais, de 72 para 48, preservando, em cada Regional, dois vice-presidentes, mas reduzindo os demais a um secretário e um tesoureiro – nesse caso a nominata conteria **59** nomes;
- 3) uma terceira possibilidade seria reduzir o número mínimo de cargos a serem necessariamente preenchidos em cada Regional, de 72 para 36, dispensando-se a obrigatoriedade de haver segundos vice-presidente, secretário e tesoureiro – nesse caso a nominata conteria **47** nomes.

Em quaisquer dos casos, os cargos previstos no inciso V do artigo 32, não preenchidos quando do registro da chapa não poderiam ser preenchidos posteriormente, permanecendo vacantes durante todo o mandato da diretoria eleita. As responsabilidades previstas para os cargos vacantes seriam assumidas em cada Regional, solidariamente, pelos diretores eleitos. Estaria apenas previsto um prazo curto, no próprio regimento eleitoral, para tentativas de substituição de nomes em cargos que, eventualmente, tivessem sido impugnados pela Comissão Eleitoral.

Como forma de permitir avaliar melhor estas preocupações e as possíveis soluções para a questão e, tendo em mente que modificações estatutárias que dizem respeito às eleições devem, sempre que possível, ser tomadas fora dos Congressos eleitorais, propõe-se que este texto de apoio seja remetido para apreciação e manifestação das Seções Sindicais, para propostas e deliberações no próximo 58º CONAD, nos termos previstos no Art. 23 do estatuto (São atribuições do CONAD: I - deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do CONGRESSO, lhe forem atribuídas, no limite desta atribuição).

Recomendações da Comissão Eleitoral Central (CEC) à Diretoria do ANDES-SN

A Comissão Eleitoral Central propõe modificações no regimento eleitoral, para as próximas eleições da diretoria do ANDES – SN, visando superar algumas dificuldades práticas encontradas na coordenação da eleição deste ano de 2012. As modificações e respectivas justificativas são apresentadas a seguir:

1) Modificação do Capítulo IV – DA INSCRIÇÃO DE CHAPAS – Artigo 6º *Caput* e inciso I. Visando reforçar que o ato de inscrição da chapa não encerra o processo, sendo necessária sua análise e homologação pela CEC, substituiu-se o verbo registrar por inscrever, principalmente, a fim de evitar o termo “registro definitivo” utilizado no inciso II do atual regimento eleitoral, o qual poderia indicar a ideia de ato acabado, sem a necessidade de verificação. O texto proposto é o seguinte:

“**Art. 6º** Os candidatos devem compor chapas e inscrevê-las junto à Secretaria Geral do ANDES-SINDICATO NACIONAL, obedecendo ao que se segue:

I – durante o 31º CONGRESSO, até uma hora após aprovado este Regimento Eleitoral pela Plenária de Questões Organizativas e Financeiras, as chapas deverão apresentar inscrição provisória, mediante requerimento (anexo I), indicando, pelo menos, os candidatos aos cargos de Presidente, Secretário-Geral e 1º Tesoureiro, assinado pelo(s) candidato(s) ao(s) cargo(s) de Presidente e/ou Secretário-Geral. O requerimento deve ser encaminhado à Secretaria Geral do ANDES-SINDICATO NACIONAL, acompanhado do respectivo Manifesto da Chapa, bem como indicar seu representante e respectivo suplente na Comissão Eleitoral Central;”

2) Inclusão de novo inciso (Inciso II) no artigo 6º do Capítulo IV, indicando o procedimento de recebimento da inscrição definitiva e esclarecendo que a análise e homologação das chapas não são realizadas no ato do depósito da documentação. O texto proposto é o seguinte:

“**II** – Os documentos, que se referem ao inciso III deste artigo, recebidos pela secretaria do ANDES-SN, na sua sede, serão lacrados e abertos na primeira reunião da CEC;”

3) Renumeração do antigo inciso II em inciso III. Renumeração do antigo inciso III em inciso IV e solicitação da inclusão de uma nova documentação para inscrição das chapas. Este novo documento trata-se da comprovação de filiação à uma seção sindical do ANDES-SN, seja através da comprovação do recolhimento da contribuição sindical, indicado no contra cheque, seja através de documento oficial expedido pela Seção Sindical ou Regional do ANDES – SN. Esta solicitação visa agilizar o processo de homologação das chapas, visto a demora das seções sindicais em responder aos ofícios solicitando a confirmação de filiação dos candidatos e, até mesmo, a ausência de resposta aos ofícios. Texto proposto a seguir:

“**III** – A inscrição final das chapas, com a nominata completa dos candidatos, dar-se-á até o dia **xx de xxxxxx de 20xx, das 9h às 19h, ressalvado o disposto nos parágrafos primeiro e segundo deste artigo.**

IV – os componentes das chapas deverão entregar à secretaria da Comissão Eleitoral Central, **até o prazo de inscrição final** (item III deste artigo), os seguintes documentos, sendo os dos itens “a”, “b” e “c” originais:

a) termo de concordância (anexo II), assinado (assinatura igual a do documento de identificação citado no item “d”), por cada candidato, contendo: endereço residencial completo; denominação da Seção Sindical a qual é sindicalizado ou, se for o caso, da Secretaria Regional à qual o candidato encontra-se vinculado; denominação da IES à qual o candidato encontra-se vinculado e o cargo a que postula.

b) programa da chapa devidamente subscrito pelo candidato a Presidente.

c) documento expedido pela seção sindical ou regional, em papel timbrado, comprobatório de sindicalizado ao ANDES-SINDICATO NACIONAL, com data de filiação e indicação de adimplência financeira, ou contra cheque dos meses que atendam os prazos previstos no Art. 5 deste regimento.

d) fotocópia, legível e não ampliada ou reduzida, de um documento de identificação que contenha foto e assinatura do candidato (C.I., CNH, CTPS, Passaporte ou Carteira de Conselho Profissional).”

4) Renumeração do antigo inciso IV em inciso V, e adequação do texto a nova formulação que utiliza o termo inscrição ao invés de registro. Texto proposto a seguir:

“V – Não havendo inscrição de chapa durante o Congresso, o prazo para inscrição, nos termos previstos no § 1º, do Artigo 52 do Estatuto do ANDES-SN, será prorrogado por 15 (quinze) dias a partir da data do final do Congresso, realizando-se na Secretaria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, em horário comercial.

§ 1º No caso previsto no inciso V, a inscrição final das chapas será estendido por mais 30 (trinta) dias após o prazo final indicado no item III deste artigo;

§ 2º A Chapa, ao ser inscrita, receberá um número de identificação de acordo com a ordem cronológica de entrega do requerimento (anexo I) à Secretaria Geral do ANDES – SINDICATO NACIONAL.”

5) Modificação no Capítulo IV – DA INSCRIÇÃO DE CHAPAS – do artigo 8º, transformando-o em um parágrafo do artigo 7º, com o objetivo de evidenciar o único período previsto para modificação da chapa após a inscrição final. O texto proposto a seguir:

“Art. 7º Qualquer alteração na nominata dos candidatos ou de cargos na chapa, após os prazos previstos nos incisos III e V do Art. 6º, deverão ser encaminhadas por documento com a exposição de motivos à Comissão Eleitoral Central que, em reunião, deverá analisar e se pronunciar pelo aceite ou não dos motivos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 1º Só serão aceitas alterações se forem depositadas junto à secretaria do ANDES-SN **em até quarenta e oito (48) horas após o encerramento do prazo de inscrição final das chapas (Art. 6º - item III ou item V, o que se aplicar)**, improrrogavelmente.

§ 2º A faculdade prevista no *caput* deste artigo não se aplica aos candidatos e aos cargos de Presidente, Secretário-Geral e 1º Tesoureiro.

§ 3º A não aceitação dos motivos apresentados, deliberada pela maioria absoluta dos componentes da Comissão Eleitoral Central presentes à reunião, implicará na manutenção da chapa originalmente registrada.

§ 4º Diante da impossibilidade da manutenção da nominata originalmente registrada pela chapa, o registro estará cancelado.

6) Introdução de novo artigo no Capítulo IV – DA INSCRIÇÃO DE CHAPAS – Artigo 8º, em substituição ao antigo artigo 8º, transformado em parágrafo 1º do artigo 7º. Neste artigo se explicita a necessidade dos membros da chapa com cargos nas regionais sejam oriundos de seções sindicais pertencentes a mesma regional. O texto proposto a seguir:

“Art. 8º os candidatos aos cargos descritos no Art. 32º inciso IV e V do estatuto do ANDES-SN, deverão ser sindicalizados nas seções sindicais integrantes da regional pleiteada.”

Observamos que modificação análoga deverá ser feita também no Artigo 32º do Estatuto do ANDES – SN, a fim de garantir que os diretores regionais sejam oriundos de seções sindicais pertencentes à própria regional, garantindo assim a representatividade do sindicato nacional.

7) Modificação do Capítulo V – DA COORDENAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL - SEÇÃO I – DA COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL – INSCRIÇÃO DE CHAPAS – Artigo 11º inciso III e introdução de inciso V, objetivando equilibrar a composição da Comissão Central Eleitoral (CEC) no caso improvável, mas possível, de inscrição de um elevado número de chapas e previsão da recomposição da CEC quando da não homologação de chapa e consequente exclusão do seu representante da Comissão. O texto proposto a seguir:

“Art. 11 A eleição para a Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, Biênio 2012/2014, será coordenada por uma Comissão Eleitoral Central composta por:

I – 1 (um) membro da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, como seu Presidente;

II – 1 (um) sindicalizado do ANDES-SINDICATO NACIONAL indicado por cada chapa concorrente;

III – Sindicalizado(s) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, em número igual ao de chapas inscritas, indicados e homologados pela Plenária das Questões Organizativas e Financeiras do **31º** Congresso do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

IV – a composição da Comissão Eleitoral Central deverá ser em número ímpar.

V – no caso de uma ou mais chapas não serem homologadas, e isto resultar em um número par de integrantes da CEC, neste caso serão convocados suplentes eleitos em plenária em número suficiente para que a CEC retome o número ímpar de integrantes.

8) Alteração do parágrafo 2º do artigo 11 para indicação de dois suplentes visto as dificuldades para agendamento de reuniões da CEC devido a agenda dos titulares e suplentes desta Comissão. O texto sugerido a seguir:

“§ 2º A Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, as chapas concorrentes e a Plenária das Questões Organizativas e Financeiras do **31º** Congresso do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverão indicar 2 (dois) suplentes, para cada integrante da Comissão Eleitoral Central previstos nos incisos I, II e III do *caput* deste artigo.”

9) Sugerimos que o “**CALENDÁRIO DAS ELEIÇÕES**” não faça parte do Regimento aprovado no Congresso, e sim um instrumento de trabalho elaborado a parte pela diretoria ou pela CEC. Esta sugestão é motivada pela verificação de erros em datas constantes do atual calendário e textos resumidos no calendário que dão margem a dupla interpretação ou mesmo contraditório com os artigos constantes do Regimento Eleitoral. Acreditamos que o Calendário das Eleições é mais uma fonte de erro, que pode motivar contestações sobre o processo eleitoral, desnecessariamente.

10) Apresentamos proposta de modificação dos anexos I e II (anexos). No anexo II acrescentamos um local para assinatura do candidato, o qual não existe no modelo atualmente utilizado.

11) Por fim, sugerimos ainda, sem proposta de texto, a proibição explícita da prática de “urna itinerante”. Várias Comissões Locais solicitaram oficializar tal prática, argumentando que não há proibição explícita no Regimento Eleitoral atual.

A CEC apresenta, complementarmente, mais duas sugestões para facilitar a gestão de futuros processos eleitorais:

1) Introduzir, no período eleitoral, no sítio da Internet do ANDES-SN, link específico **destacado** da CEC com publicação de atas, circulares, cartas e outros materiais;

2) A tesouraria do ANDES-SN deveria receber mensalmente a relação dos sindicalizados em cada seção sindical, ou nos anos de eleição, a relação dos sindicalizados nos meses de outubro e dezembro. Isso evitaria a demorada, muitas vezes infrutífera, consulta às seções sindicais sobre a filiação dos candidatos.

ANEXO I
REQUERIMENTO

Ao

Professor Márcio Antônio de Oliveira

Secretaria Geral - ANDES-SINDICATO NACIONAL

Prezado Professor,

O/A(s) professor (es/as) _____ e
_____, candidato(s) ao(s) cargo(s)
de _____ e _____, vêm requerer o
REGISTRO da chapa denominada _____
para concorrer à eleição
da Diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-
SINDICATO NACIONAL, biênio 2012-2014, e apresentam como candidato ao cargo de
Presidente, o (a) Professor(a) _____
_____, ao cargo de Secretário Geral, o (a) Professor(a)
_____, ao cargo de 1º Tesoureiro, o (a)
Professor(a) _____ e, como seu representante e seu
suplente na Comissão Eleitoral Central, os (as) Professores(as)

Apresentamos, anexo, o Manifesto da Chapa.

N. T.

Pede deferimento

Manaus, de janeiro de 2012.

Professor (a) _____
(assinatura)

Professor (a) _____
(assinatura)

RECIBO:

Documentos recebidos às _____ horas do dia ____/01/2012.

Número de identificação da chapa: _____

Prof. Márcio Antônio de Oliveira
Secretaria Geral - ANDES-SINDICATO NACIONAL

Anexo II
TERMO DE CONCORDÂNCIA

Professor (a) _____, abaixo assinado, declara, para fins de cumprimento do art. 6º, inciso III, do Regimento Eleitoral aprovado no 31º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, que concordo em concorrer à eleição da Diretoria, biênio 2012 - 2014 na condição de candidato (a) ao cargo de _____

_____ na chapa denominada _____ e que tem o número ____ como identificação oficial.

, de _____ de 2012.

Professor _____
(assinatura igual ao documento de identidade)

Demais Informações:

1 - Endereço completo (rua, nº, cidade, Estado, CEP)

2 - Telefone: ()

()

3- Endereço eletrônico (e-mail):

4 – Sindicalizado a (Seção Sindical):

5 - Secretaria Regional (caso sindicalizado via Secretaria Regional):

6 - IES de vínculo:

7 – Nº do PIS/PASEP:

8 – RG nº:

9 – CPF nº:

TR – 65

O 32º Congresso aprova encaminhar, para apreciação das Seções Sindicais e da Diretoria Nacional do ANDES-SN, o TEXTO DE APOIO 65, de iniciativa da Diretoria e dos Delegados da Adusp-S. Sind., a propósito da necessidade de implementar modificações nos critérios para inscrição/registo/homologação de chapas, com vistas a que sejam objeto de apresentação/avaliação de outras contribuições, visando a deliberação sobre o assunto pelo 58º CONAD do Sindicato Nacional.

TEXTO 66

Contribuição do Prof. Claudio Antônio Tonegutti - Sindicalizado da APUFPR-SSind.

ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA – QUORUM PARA DELIBERAÇÃO

TEXTO DE APOIO

O Estatuto do ANDES-SN estabelece:

“ ...

Art. 21. As deliberações do CONGRESSO são adotadas por maioria simples (maior número de votos) dos delegados presentes em cada plenária.

§ 1º. As deliberações referentes aos itens seguintes exigem a aprovação de pelo menos dois terços (2/3) dos delegados inscritos no CONGRESSO:

I - alteração do Estatuto (inciso V do art. 15);

...”

Entretanto, desde o I Congresso (Florianópolis, 1982) aprova-se, a cada novo Congresso, uma exceção à regra dos dois terços de quórum para as alterações estatutárias. No atual Estatuto (aprovado no 31º Congresso – Manaus, 2012) a exceção consta das disposições transitórias com a seguinte redação:

“ ...

Art. 71. Fica prorrogada até o 32º CONGRESSO a possibilidade de alteração dos Estatutos do ANDES - SINDICATO NACIONAL, desde que a alteração seja aprovada por mais de 50% (cinquenta por cento) dos delegados nele inscritos, suspensa, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do art. 21.

...”

Considerando que na prática o ANDES-SN sempre funcionou, neste particular, com a exceção e isso nunca constituiu qualquer tipo de problema, então acreditamos oportuno assumir a medida de exceção como a regra, em que de fato se tornou.

TR – 66

O 32º CONGRESSO aprova as seguintes alterações no Estatuto do ANDES-SN:

1. O art. 21 e seus parágrafos 1º e 2º passam a ter a seguinte redação, incluindo-se também um 3º parágrafo:

Art. 21. As deliberações do CONGRESSO são adotadas por maioria simples (maior número de votos) dos delegados presentes em cada plenária.

§ 1º As deliberações referentes a alterações do Estatuto (inciso V do art. 15) devem ser aprovadas por mais de 50% (cinquenta por cento) dos delegados inscritos no CONGRESSO.

§ 2º. As deliberações referentes aos itens seguintes exigem a aprovação de pelo menos dois terços (2/3) dos delegados inscritos no CONGRESSO:

I – apreciação e deliberação, em grau de recurso, da penalidade de exclusão de sindicalizado decididas pelas S.SINDs ou ADs-S.SINDs (inciso II do art. 15);

II - destituição de membros da DIRETORIA de acordo com o disposto no art. 42;

III - dissolução do ANDES-SINDICATO NACIONAL de acordo com o disposto no art. 66;

IV - revogação da homologação de S.SIND ou AD-S.SIND.

§ 3º. É vedado o voto por procuração nas deliberações do CONGRESSO.

2. Fica revogado o art. 71 do Estatuto.

TEXTO 67

Contribuição do professor Dileno Dustan Lucas de Souza – Sindicalizado da APESJF Seção Sindical

PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO. Eleição do ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

Ao longo desses últimos anos nos congressos do ANDES-SN tem havido um questionamento bastante intenso em relação ao nosso estatuto no que diz respeito a composição das chapas e a eleição a fim de criar condições para a ampliação dos debates e das chapas. Porém essas propostas por mais que legítimas tem sido colocadas para avaliação no mesmo ano que teremos pleito eleitoral e creio que isso tem sido um fator negativo para a ampliação do debate e sua modificação, nesse sentido apresento a seguinte proposta:

TR - 67

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Que a partir da eleição de 2014 as chapas sejam compostas por 35 (trinta e cinco) dirigentes;
2. Cada regional deve ter no mínimo dois membros que acumularão as responsabilidades da regional;
3. Em caso de vacância de uma das cadeiras da regional cabe a diretoria em reunião definir como se dará o andamento dos trabalhos;
4. Em caso de vacância dos dois diretores da regional cabe a diretoria em reunião definir quem serão os diretores que comporão a regional;
5. A diretoria do ANDES-SN não pode ter menos de 30 membros, caso isso aconteça por qualquer motivo deve ser convocado um congresso extraordinário em Brasília para que seja marcada eleição;
6. A apresentação das chapas no congresso eleitoral deverá ser feita por um membro da chapa que em seguida terá um prazo para fazer sua inscrição na íntegra.

TEXTO 68

Contribuição da Assembleia Geral da ADUFPA-SSind e dos sindicalizados Aloizio Soares Ferreira (ASPUV-SSind), Ana Maria Marques Santos (ADUR-RJ-SSind), Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV-SSind.), Célia R. Otranto (ADUR-RJ-SSind), Dileno Dustan Lucas de Souza (APES-JF-SSind), Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMP-SSind), Elaine Judite de Amorim Carvalho (ADUFEPE-SSind), Graciela Bonassa Garcia (ADUR-RJ-SSind), Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind), José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind), Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind), Luís Mauro S. Magalhães (ADUR-RJ-SSind), Marília Washington (ADUFSCAR-SSind) e Oneize Araujo (ADUFS-SSind).

O DISPOSITIVO ANTI-PELEGO E OS MECANISMOS PARA EVITAR O CARREIRISMO SINDICAL

TEXTO DE APOIO

Ao se constituir como sindicato nacional, o ANDES estabeleceu, através de seus fóruns de deliberação, mecanismos no seu Estatuto que tinham a clara intenção de se contrapor ao modelo sindical herdado do período varguista, se organizando de forma autônoma, independente, e com uma estrutura que, ao mesmo tempo, refletisse esta política e servisse de obstáculo aos que pretendiam voltar ao velho modelo, marcado por uma burocracia que se perpetuava nas diretorias das entidades e que garantia o controle das representações dos trabalhadores pelo Estado e pelo patronato. No debate sobre as formas de organização daquela entidade que nascia na luta contra a ditadura militar, o movimento docente mostrou, de forma contundente, o seu repúdio aos expedientes que permitiam que representantes sindicais passassem a fazer “carreira” dentro do sindicato, abandonando e secundarizando a sua carreira docente, perdendo, cada vez mais, o contato com a sua realidade de trabalhador, e deixando de lado o contexto, as contingências e o cotidiano dos que pretendiam representar. A estrutura sindical varguista permitiu, por décadas, que os “Joaquinzões” e os “Magris”, famosos burocratas do período militar, e que defendiam apenas os seus interesses pessoais, se mantivessem em diretorias colaboracionistas e pelegas, muitas vezes agraciados com cargos no Estado. Hoje os “Meneguelis” e “Paulinhos da Força” mantêm esta “tradição”.

Esta concepção levou à inserção do chamado “dispositivo anti-pelego” no Estatuto do ANDES-SN, que em parágrafo Único do Artigo 53, que trata das condições para participar das eleições, determina: “*é vedada a recondução como diretor do ANDES-SINDICATO NACIONAL de qualquer membro da DIRETORIA por mais de uma vez consecutiva*”.

Este dispositivo conseguiu inibir a prática do “carreirismo” sindical, mas, como este impedimento menciona apenas a ocupação sequencial dos cargos da diretoria nacional, isto acaba permitindo que militantes que cumpriram dois mandatos seguidos na Diretoria Nacional saiam desta para a diretoria de sua Seção Sindical e, em seguida, voltem a concorrer para nova gestão da Diretoria Nacional, configurando justamente aquilo que o dispositivo pretendia evitar, ou seja, a permanência de sindicalizados em carreiras sindicais que se perpetuam.

Neste sentido, esta proposta visa garantir, no espírito do “dispositivo anti-pelego”, que haja o saudável rodízio de militantes em nossas direções, impedindo uma “saída legal” que acaba viabilizando a perpetuação de militantes e impossibilitando que alguns dirigentes mantenham contato com sua carreira docente e com aqueles que pretende representar.

TR - 68

O 32º Congresso do ANDES-SN decide:

Alterar o Artigo 53º do seu Estatuto, com a inclusão do parágrafo segundo:

“Art. 53. São condições para participar das eleições:

I - ser sindicalizado do ANDES-SINDICATO NACIONAL há pelo menos noventa (90) dias antes da data de inscrição de candidaturas perante o CONGRESSO, para ser votado;

II - ser sindicalizado do ANDES-SINDICATO NACIONAL há pelo menos noventa (90) dias antes da data de realização das eleições, para votar;

III - estar em dia com o pagamento da contribuição financeira prevista no art. 10, inciso II, deste Estatuto.

Parágrafo primeiro. É vedada a recondução como diretor do ANDES-SINDICATO NACIONAL de qualquer membro da DIRETORIA por mais de uma vez consecutiva.

Parágrafo segundo. É vedada a participação nas eleições para a DIRETORIA NACIONAL, do sindicalizado que tenha participado, nos seis anos imediatamente anteriores à inscrição das chapas, de duas gestões seguidas na DIRETORIA NACIONAL e que ao longo dos dois anos subsequentes tenha ocupado cargos de diretoria em Seção Sindical.

TEXTO 69

Contribuição da Assembleia Geral da ADUFPA-SSind e dos sindicalizados Aloizio Soares Ferreira (ASPUV-SSind), Ana Lucia Barbosa de Faria (SINDCEFET-MG-SSind), Ana Maria Marques Santos (ADUR-RJ-SSind), Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV-SSind.), Célia R. Otranto (ADUR-RJ-SSind), Elaine Judite de Amorim Carvalho (ADUFEPE-SSind), Dilenio Dustan Lucas de Souza (APES-JF-SSind), Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMP-SSind), Graciela Bonassa Garcia (ADUR-RJ-SSind), Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind), José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind), Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind), Luís Mauro S. Magalhães (ADUR-RJ-SSind), Marilia Washington (ADUFSCAR-SSind) e Oneize Araujo (ADUFS-SSind).

AUMENTANDO AINDA MAIS A TRANSPARÊNCIA PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

De acordo com o Artigo 60º do Estatuto do ANDES-SN, “os relatórios financeiros e prestações de contas serão apresentadas pela Diretoria ao CONAD para exame e deliberação”. Este mecanismo tem se mostrado fundamental para garantir o acompanhamento financeiro dos(as) sindicalizados(as) e foi muito importante em todos os episódios ocorridos no passado, quando algum questionamento ou mesmo algum problema relativo aos gastos do sindicato era observado.

Mesmo considerando a utilidade e importância do instrumento atual, é necessário continuar a aprimorar e a tornar esta prestação cada vez mais transparente e acessível para o conjunto de sindicalizados. Neste sentido, esta proposta objetiva detalhar ainda mais este instrumento, adicionando uma informação que ainda não é disponibilizada nos relatórios: o gasto com diárias e passagens destinadas a cada membro da Diretoria Nacional.

TR - 69

O 32º Congresso do ANDES-SN decide que:

A partir do 58º CONAD, na prestação de contas apresentada pela Diretoria, para apreciação pelos CONAD, sejam elencados os valores de gastos com passagens e diárias, relativos às atividades de cada membro da Diretoria Nacional.

FINANCIAMENTO DE DELEGADOS E OBSERVADORES NOS CONGRESSOS DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

Diversas seções sindicais do ANDES-SN possuem um pequeno número de sindicalizados, mesmo entre aquelas que representam universidades de grande porte. Diferentes razões permitem compreender essa situação. No caso das universidades particulares, o modelo de terror estabelecido pelas mantenedoras torna difícil tanto a criação das representações sindicais quanto a sindicalização dos docentes. Nas universidades públicas algumas explicações podem ser identificadas. A primeira está associada à conjuntura de desmobilização e de descrença nas estruturas tradicionais de representação social. Está for a do contexto deste texto de apoio analisar esta conjuntura, mas seu efeito é evidente nas seções sindicais do ANDES-SN. Mesmo com o sucesso em termos de mobilização da greve de 2012 das universidades federais, o número de sindicalizações não aumentou significativamente. A segunda possível explicação está associada à disputa de base com os sindicatos autônomos que foram criados nos últimos anos a partir de seções sindicais que saíram da base do ANDES-SN. Uma terceira explicação está também no próprio processo de expansão das universidades públicas. Com a interiorização, novos campi, em geral pequenos e distantes dos grandes centros, têm sido formados. As novas seções sindicais que foram criadas, tanto nas universidades antigas e tradicionais, quanto nas novas universidades, têm feito um trabalho de construção e reconstrução altamente meritório, mas bastante difícil. O aumento da sindicalização tem ocorrido, mas numa taxa que permite antever ainda muitos anos de dificuldades para uma receita financeira que permita que essas seções possam participar efetivamente de todas as atividades do sindicato nacional.

Muitas dessas seções com pequeno número de sindicalizados têm buscado, junto a seções sindicais com maior autonomia financeira, auxílio para que seus delegados e/ou observadores participem dos eventos do sindicato nacional. Esta situação apresenta diversos problemas, alguns de ordem estrutural, para um sindicato que se propõe nacional. O primeiro está em colocar diversas diretorias companheiras na condição de solicitar auxílio para uma participação efetiva que é obrigação do coletivo garantir as condições de realização. Outro problema é dar condições para que seções de maior autonomia financeira possam decidir ou até mesmo escolher quem elas vão apoiar financeiramente ou não. Este precedente é por si só inaceitável.

A premissa considerada neste texto de apoio para a participação das seções sindicais nos Congressos do ANDES-SN considera que todas as seções sindicais que tenham eleito delegados a partir de assembleias da categoria, nos limites definidos pelas regras estatutárias para seu número de sindicalizados, terão garantia da participação desses delegados nos Congressos. Essa premissa visa garantir que todas as seções sindicais, independentemente do seu tamanho e de suas disponibilidades financeiras, e que tenham delegados dispostos a participar do Congresso, possam estar nele representadas.

Diversas questões decorrem dessa premissa. Como financiar a participação de todos os delegados eleitos pela categoria, em todo o país? Via caixa nacional do sindicato, via um fundo específico, via rateio do evento? É necessário estabelecer um limite para custo de transporte, de hospedagem, de diárias? É preciso repensar os custos do Congresso, de forma que se tenha uma maior participação das seções com pequeno número de sindicalizados? Qual é efetivamente o número de seções que têm tido problemas financeiros para participar plenamente da vida do sindicato nacional, não somente no Congresso, mas também do CONAD, dos grupos de trabalho e dos eventos sindicais?

O texto de resolução a seguir propõe que esta discussão seja ocorra em todas as instâncias do sindicato, para deliberação no próximo Congresso.

TR - 70

O 32º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. que seja construída uma proposta, a ser deliberada no 33º Congresso, que garanta a participação de todos os delegados(as) eleito(a)s em assembleia da categoria nas seções sindicais e nas secretarias regionais, respeitados os limites estatutários conforme o número de sindicalizados, nos Congressos do ANDES-SN. Esta proposta será construída a partir de proposições feitas pelas seções sindicais em reuniões dos diferentes grupos de trabalho do ANDES-SN.

TEXTO 71

Contribuição da Diretoria da ASDUERJ

FUNDO DE GREVE

TEXTO DE APOIO

No 31º Congresso do Andes, foi estabelecido como fundamental a aprovação de um fundo de greve para o setor da IEES/IMES. Assim como no âmbito federal, as lutas nos âmbitos municipal e estadual têm sido exaustivas. A Uerj, por exemplo, que conquistou o regime de dedicação exclusiva na greve de 2012, além de ação judicial de dissídio de greve, sofreu pressões advindas da criminalização do movimento, como processos judiciais contra a entidade e seus diretores (interdito proibitório). Em adição a isso, enfrentou uma grave crise financeira, cujas consequências ainda são sentidas. Ficou evidenciada a necessidade da manutenção do uso dos recursos do fundo nacional de mobilização, assim como da suspensão da contribuição ao FNM, no decorrer de processos grevistas. O apoio do ANDES-SN é imprescindível para fortalecer o movimento sindical e favorecer a vitória nas lutas travadas.

TR - 71

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Autorizar, durante o ano de 2013, seções sindicais de IEES/IMES, que entrarem em greve, a suspender a contribuição ao FNM, enquanto permanecerem em greve, para uso desse montante na mobilização.

2. Autorizar, durante o ano de 2013, o uso de até 30% do FNM para auxílio às greves que se desenvolvam no Setor das Estaduais e que sejam no âmbito estadual;

PROPOSTA DE NOVA REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O Fundo de Solidariedade do Andes-Sn, cumpre um papel importante na esfera sindical, ao garantir apoio financeiro aos dirigentes sindicais que são perseguidos por suas lutas nas IES. Nos últimos anos o FS sofreu diversas modificações, todas com caráter de tornar mais eficiente e democrático sua utilização por dirigentes sindicais perseguidos nas atividades sindicais. Entre elas foram definidos critérios claros de utilização, cobrança de relatórios dos beneficiados, definição de um teto no valor a ser concedido e por fim, um prazo limite para permanecer no FS. As sucessivas diretorias do sindicato nacional, ao entender que o FS pertence a categoria docente, conseguiu também aumentar significativamente o valor depositado no FS, mantendo ele exclusivamente para uso em casos excepcionais de perseguição política de docentes que atuam na direção de seções sindicais do Andes-Sn, um dos fundamentos do FS, é que os docentes perseguidos busquem na justiça a reparação do dano causado com a perseguição política, para tanto é necessário também neste caso o apoio jurídico do sindicato nacional, pois quase todas as perseguições a dirigentes sindicais que necessitam recorrer ao FS estão nas pequenas e médias seções sindicais, muitas delas recém criadas em regiões onde a luta sindical ainda floresce.

Este entendimento, da qual a diretoria da Adunicentro sempre esteve de acordo, e que também foi beneficiada em um momento em que um dos nossos dirigentes sofria perseguição da reitoria da nossa universidade, com salários cortados e ameaça de demissão, foi fundamental para dar continuidade a nossas lutas e manter viva a chama do sindicato nacional acesa na nossa universidade.

Passamos por esta dura experiência, diversas vezes, onde diversos diretores de nossa seção sindical foram submetidos a sindicâncias com nítida intenção intimidadora e persecutória, muitas delas feitas de forma ilegal e imoral, mas que foram concluídas com processos administrativos forjados que levavam a conclusões surreais. Felizmente, com apoio do Andes-SN e de diversas seções sindicais tivemos êxito em reverter todas as decisões na justiça, nas mais diversas instâncias, porém, a luta continua e novas ameaças são cotidianas, o que em nenhuma hipótese nos assusta ou impede de manter a nossa luta por uma universidade pública, gratuita, de qualidade e democrática.

Assim, compreendemos que o FS deve passar por algumas modificações, para que possamos aprimorar ainda mais este instrumento de luta que nos últimos anos tem ajudado na expansão do Andes e na luta da categoria docente no país.

Para tanto, estamos propondo algumas modificações no FS, entre elas a forma de custeio do FS e a também a de utilização do mesmo, pois neste momento é fundamental expandir nossas lutas e garantir o máximo de apoio às novas seções sindicais que certamente serão criadas em dezenas de novos locais de trabalho, seja nas universidades ou nos Ifs.

Assim, os recursos do FS passariam também a auxiliar na contratação/manutenção de assessorias jurídicas regionais para atender a demanda de seções sindicais recém criadas ou com dificuldade de manter este tipo de serviço, fundamental para sua sobrevivência e para a sua consolidação, pois muito dos ataques sofridos por docentes destas seções acabam judicializados

e é preciso uma rede de atendimento muito mais rápida e totalmente integrada ao coletivo jurídico do Andes-SN.

Como forma de financiamento deste modelo de apoio, o FS passaria a ser composto com os recursos hoje existentes, com o aporte financeiro mensal do caixa nacional e com contribuições das seções sindicais na proporção atual.

Desta forma, o Andes-Sn passaria a contribuir também com o FS, com 3% de sua arrecadação mensal, mantendo o valor depositado pelas seções ao FS inalterado no momento.

Com o aporte de recursos do Caixa Nacional e a manutenção do valor atual, somado ao que hoje existe em caixa em nome do FS, poderíamos expandir ao atendimento jurídico ao conjunto de seções que hoje se vê ameaçado por falta de atendimento neste campo.

No campo de benefícios de solidariedade aos dirigentes sindicais, também propomos mudanças, sendo que o limite de tempo não passaria de 18 meses de auxílio, com o teto de até dois salários mínimos do DIEESE.

TR - 72

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. O Fundo de Solidariedade do Andes passa a ter o seguinte formato de contribuição:
 - a) 3% de recursos mensais oriundos da arrecadação mensal do Andes-SN;
 - b) 0,5% de recursos mensais oriundos da arrecadação das seções sindicais do Andes-SN;
2. Fica autorizado a Diretoria do Andes-SN a utilizar até 30% do valor do FS para contratar/manter assessorias jurídicas regionais exclusiva para apoio ao conjunto de seções sindicais com dificuldades financeiras;
3. Estabelece o novo limite de tempo de permanência dos docentes no FS, que passa a ser de até 18 meses após sua entrada no FS;
4. Estabelece como limite máximo de apoio o valor de até 2 salários mínimos do Dieese para os docentes que recebem apoio do FS;
4. Solicita levantamento do andamento das ações na justiça envolvendo docentes que receberam apoio do FS, para que possa ser enviado ao próximo Conad.

TEXTO 73

Contribuição do prof. Hélvio Alexandre Mariano - sindicalizado da Adunicentro-Seção Sindical do Andes-SN

POR UMA COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O ANDES-SN tem por tradição preservar sua história, para tanto foi criado um moderno centro de documentação, onde milhares de documentos estão disponíveis para consulta de pesquisadores na sede do sindicato em Brasília.

Além do Cedoc, diversos cadernos sobre a história do sindicato já foram produzidos pelo GTHMD, pois como sabemos, uma das características fundamentais da história das lutas dos trabalhadores é o conhecimento da sua história, o que nos permite entender a construção da nossa identidade de classe.

Porém, ainda falta uma página desta história para ser esclarecida, por este motivo estamos sugerindo a constituição de uma Comissão da Verdade sobre os fatos ocorridos na ditadura militar contra docentes universitários.

TR - 73

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1.** Criar a Comissão da Verdade do ANDES-SN para investigar fatos ocorridos na ditadura militar contra docentes universitários entre os anos de 1964 a 1985;
- 2.** Esta comissão terá a duração de 12 meses, podendo ser prorrogada pelo mesmo período;
- 3.** Esta comissão será composta por seis (6) docentes, sendo 2 diretores do sindicato nacional e quatro integrantes eleitos no 32º Congresso do ANDES-SN. O Congresso também indicará dois (2) docentes como suplentes, mesmo número indicado pela diretoria do ANDES-SN;
- 4.** O ANDES-SN disponibilizará pelo período em que a Comissão estiver instalada todos os recursos necessários para o seu funcionamento;
- 5.** A Comissão será instalada na sede do ANDES-SN em Brasília-DF.

**TEMA 5 – PLANO DE LUTAS – GERAL,
EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO
DOS TRABALHADORES**

TEXTO 74

Contribuição da Diretoria e Delegados da Adusp-S. Sind.

A CSP-CONLUTAS PRECISA SER, DE FATO, UM ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO

TEXTO DE APOIO

O MTST constitui atualmente um dos mais importantes e presentes movimentos populares no âmbito nacional e, portanto, sua saída da CSP-Conlutas não pode ser encarada simplesmente como uma das “derrotas pontuais” (conforme citado no Texto 33, Caderno de Textos do 32º Congresso do ANDES-SN, p. 94). Sobretudo porque tal decisão, como pode ser observado na carta emitida pela Coordenação Nacional do MTST em 14 de julho de 2012 (transcrita a seguir, pois estranhamente pouco divulgada), resulta da não aceitação de determinadas práticas que apontam para a sobreposição de interesses partidários em relação às pautas sindical e popular.

Visto que acreditamos na necessidade dessa central sindical e popular continuar a avançar em suas lutas e conquistas em favor da classe trabalhadora, faz-se necessário avaliar os graves acontecimentos que culminaram na saída do MTST da nossa Central, bem como reavaliar suas pautas a fim de efetivamente abranger as questões dos movimentos populares, mantendo a coerência e democracia de suas práticas.

CARTA DE SAÍDA DA CSP CONLUTAS

Nota da Coordenação Nacional do MTST

O MTST esteve na CSP-Conlutas desde sua fundação, no Conclat de 2010. Diante da divisão que se estabeleceu naquele Congresso, optamos por compor a Central que dele surgiu, por acreditarmos na proposta de unificar organizações combativas da classe trabalhadora - no movimento popular e sindical.

Durante estes 2 anos, buscamos construir e participar dos espaços da Central. Estivemos em suas principais lutas, nas reuniões e debates, com o intuito de fortalecer na prática a tão falada unidade. Por esta mesma razão, estivemos entre os maiores defensores da recomposição com as organizações que estiveram no Conclat e tomaram outros caminhos.

No último período, tivemos diferenças de posições em relação especialmente aos companheiros do PSTU (maioria na Central) sobre a necessidade de medidas mais claras e ativas de integração do movimento popular aos espaços e pautas da Central. Debate legítimo, de posições diversas, em que algumas vezes chegamos a acordos e outras não.

No entanto, nas últimas semanas, ocorreram atitudes que saíram do âmbito do debate legítimo e da lealdade política. Companheiros do PSTU atuaram de forma divisionista em bases do MTST de vários estados, afetando, inclusive, coordenadores do Movimento. Organizaram reuniões no Amazonas e em Minas Gerais, com o intuito de convencer militantes a saírem do MTST e ingressarem no movimento que este partido busca impulsionar atualmente. No caso do Amazonas, embora apenas nele, obtiveram sucesso e desarticularam o coletivo do MTST por lá. Vale registrar que não se tratou de uma iniciativa isolada. Um dirigente nacional do PSTU, o companheiro Zé Maria de Almeida, chegou a telefonar para um dirigente do MTST em Minas, estimulando sua saída do Movimento.

Por estas razões, como não estamos dispostos a gastar nossas já poucas energias em disputas mesquinhas e desleais, o MTST está se retirando, neste momento, da CSP Conlutas. Nossa presença na Central só fez sentido enquanto significou para nós um espaço de construção da unidade. Na

medida em que se torna um espaço de divisão e disputa, infelizmente deixa de cumprir os seus propósitos.

Queremos registrar que não sairemos destilando veneno ou acusações em notas, debates, etc. Este tipo de método não produz nada de positivo na luta dos trabalhadores. Apesar desses fatos lamentáveis, continuamos respeitando e valorizando a atuação conjunta com os companheiros da CSP Conlutas e do PSTU. Nossos objetivos socialistas são os mesmos. Apenas não podemos tolerar práticas de desagregação de um trabalho político, construído a muito custo e em condições bastante adversas.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 2012.
Coordenação Nacional do MTST

TR - 74

O 32º Congresso do ANDES-SN delibera acrescentar os itens 5 e 6, a seguir, aos itens 1 a 4 do TR 33 (Caderno de Textos, p. 98-99):

5. Avaliar as circunstâncias que culminaram na saída do MTST da CSP-Conlutas explicitadas na carta pública da Coordenação Nacional do MTST de 14 de julho de 2012.
6. Envidar esforços junto à Direção da CSP-Conlutas visando à reintegração do MTST à nossa Central.

TEXTO 75

Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira, Graciela Bonassa Garcia, Ana Maria Marques Santos e Luciano da Silva Alonso – Sindicalizados da ADUR-RJ Seção Sindical

UMA LINHA CLASSISTA E COMBATIVA PARA O PLANO DE LUTAS

TEXTO DE APOIO

É fundamental para o momento atual realizar uma análise de conjuntura e um balanço das greves de 2012 para fundamentar a orientação política a ser adotada pelo movimento sindical. Nesse sentido, consideramos fundamental apontar alguns elementos sem os quais qualquer decisão política não teria a devida qualificação.

A greve do ano de 2012 se desenvolveu de maneira extremamente complexa. Hoje podemos dizer que temos duas linhas possíveis de avaliação da mesma. Considerando o movimento em sua totalidade (do conjunto dos SPF) e o dos docentes do ANDES, é possível dizer que os movimentos de greve conseguiram reverter em parte a intransigência do governo. O governo Dilma anunciava a impossibilidade e qualquer orçamento para os servidores e qualquer negociação de reajuste. Entretanto, a greve conseguiu arrancar recursos para serem aplicados em reajustes e planos de carreiras. Mas ao mesmo tempo, o movimento não conseguiu impor que esses recursos fossem aplicados de acordo com suas pautas. E nesse sentido se insere a situação do ANDES. Os recursos obtidos foram aplicados numa lógica de desestruturação e não de estruturação da carreira docente e não conseguimos abrir negociação da pauta de condições de trabalho nem da pauta salarial.

É correto imputar isso à política autoritária do governo. Mas isso é apenas parte das causas que fazem com a forte greve não tenha conseguido arrancar vitórias e tenha sido encerrada de forma completamente dispersiva. Nesse sentido, é preciso apontar aqui as contradições internas do

movimento docente e especialmente a política equivocada da Direção Nacional do ANDES, que muito contribuiu para o impasse e para incapacidade de reverter a política do Governo Dilma. Ou seja, a correlação de forças com o governo Dilma se tornou desfavorável por não termos conseguido gerar uma política alternativa à política aplicada e encaminhada pela Direção Nacional e setores da base que a apoiaram ou a ela não se opuseram de forma sistemática.

Podemos colocar fatores que somados foram decisivos para nossa derrota:

1) O momento inicial da Greve. Essa greve foi construída pela vontade de luta e decisão das bases. A linha política adotada pela Direção Nacional, e que contou com o apoio de bases no CNG, não ajudou a desenvolver a luta de forma a fazer um enfrentamento direto do governo. A estratégia da política de “convencer” e “apelar” para o Governo, exclusivamente através de ações performáticas e não de uma intensificação da mobilização das bases mostra isso. Nesse sentido, tivemos dois momentos chave: o momento de construção da Unidade com as categorias da educação federal (em junho-julho), o momento de ações de radicalização (julho-agosto). Mesmo quando as bases decidiam pela unidade e pela radicalização, essas ações não se concretizavam. Ou seja, não tomar medidas para construir unidade quando todas as condições estavam dadas restringiu a capacidade de ação do ANDES. Isso fragilizou a greve do ANDES. O segundo momento decisivo se deu quando o governo assinou o acordo com o Proifes. Diversas bases aprovaram as ações de radicalização, com proposta de atos nacionais e locais. Entretanto, a linha política apresentada mais uma vez pela DN foi a de negociar e tentar arranjar “mediadores” para “convencerem” o Governo a abrir negociações. Nesse sentido gastou-se o tempo e energia elaborando uma “contraproposta” (na expectativa de que ela influenciaria “O Governo”, “A Opinião Pública”) e foi apresentada numa audiência pública que não teve nenhum efeito. A Direção Nacional também, o tempo todo, tentou convencer a base que a data do dia “31” era um limite quando já se havia provado por A + B que não era verdade. Essa tática caiu no vazio. As ações de radicalização postuladas foram esvaziadas ou executadas de forma fragmentária. O processo de suspensão da greve foi então feito de forma afobada. Tivemos várias oportunidades de ir mais longe, de ousar mais. Entretanto, a base nacional teve de travar uma dupla luta, contra o Governo Dilma e contra essa linha política equivocada.

2) Outro componente fundamental é a responsabilidade da base. Apesar de reconhecermos e louvamos a adesão e coerência da base na greve, uma parcela importante da categoria não atendeu aos chamados dos CLGs para fortalecerem sua organização e ações. E ao contrário do que é alardeado por detratores do movimento, essa falta de adesão penaliza especialmente aqueles que mais se dedicaram ao movimento ao longo de quatro meses de greve. Não são os professores que limitaram sua participação a parar seu processo de trabalho. É interessante que para a desconstrução da “greve” certos setores fizeram mais trabalho de base do que fizeram durante toda a greve (muitos professores apareceram nas bases convocando por meios diversos pessoas para irem para as assembleias votarem pelo fim da greve), quando não fizeram o mesmo esforço para levá-las para os atos nacionais, locais e comandos locais. É preciso então apontar que a derrota não foi inevitável, uma maior participação das bases poderia ter sido determinante para mudar o cenário interno do sindicato e externo na correlação de forças com o Governo Dilma-PT. Esperamos que numa próxima luta, esses setores dediquem o mesmo empenho na construção da ação direta da base durante o pico da greve que o que apresentaram na sua finalização.

3) Outro elemento, de ordem geral, foi o papel das “centrais sindicais”. A CUT, CTB, CONLUTAS (aquelas mais diretamente vinculadas aos movimentos e greves dos SPF) atuaram em consonância apresentando um temor maior do movimento de greve em certos momentos que o próprio Governo Dilma. Foram os arquitetos de vários acordos rebaixados (como o Proifes-CUT) que tanto ajudaram para dificultar o cenário. Durante o ato nacional, na semana decisiva durante o mês de julho, eles atuaram para obstaculizar as ações diretas nos ministérios. Assim, é preciso indicar que as políticas dessas centrais muito contribuíram para emperrar a luta, confundir as bases, gerando um efeito desmobilizador em diversos momentos. Ou seja, não contribuíram em nada para “centralizar” as greves na luta, ou seja, concentrar forças, mas sim para fragmentar as lutas, rebaixar sua pauta e facilitar a diluição do movimento e a vitória do

Governo Dilma. A atuação das Centrais, especialmente no mês de Julho, mostrou que a CUT e CTB amarraram a CONLUTAS, que não auxiliou em nada na unificação na luta pela base como também não apontou nenhuma linha política alternativa ao governismo.

A derrota das greves e os ataques contra o serviço público e a educação, não eram inevitáveis e não foram somente responsabilidade da intransigência da política neoliberal do governo Dilma e sua prática antissindical. Ela é resultado das contradições do movimento, da crise derivada de uma linha de direção que emperrou a luta, de centrais sindicais burocratizadas e também da falta de amadurecimento das bases e de uma participação pró-ativa das mesmas que poderia ter mudado o cenário. Considerando todos esses fatores, podemos apontar ainda para algumas questões de fundo, antes de entrar na proposição de uma linha de ação para o próximo período.

TR - 75

Entendendo que a linha política adotada nas instâncias do movimento sindical e as políticas das centrais contribuíram para os obstáculos enfrentados durante a greve e seus resultados e impasses Andes-SN resolve:

- 1.** A unidade de ação deve ser uma política construída essencialmente pela base, diretamente no local de trabalho, com a pauta dos reajustes salariais e de condições de trabalho como eixo central, implicando que o ANDES deve promover a construção de comandos de mobilização permanentes unificados nas bases nas universidades que podem e dever evoluir para comandos de greve unificados quando as greves surgirem;
- 2.** Esses comandos devem promover reuniões nos locais de trabalho (campi, Institutos) para trabalhar uma maior adesão das bases à política do sindicato nacional, realizando não só ações de propaganda mas envolvendo os mesmos as bases em ações locais e nacionais;
- 3.** Realizar campanha de sindicalização de professores contratados para ampliar a participação da base e campanha de esclarecimento dos direitos sindicais para todos os docentes em condições precarizadas dentro das universidades;
- 4.** Investir na unidade de ação nacional das categorias através da (re) criação de um espaço nacional (fórum, coordenação) de articulação que reúna e delegados de base de todas as categorias dos SPF para unificar as campanhas de luta e ações de forma efetiva na base e aumentar o poder de pressão do movimento. Esse espaço deve reunir delegados de base e não somente dirigentes nacionais;
- 5.** As ações da central CSP-CONLUTAS só serão encaminhadas se tiverem sido aprovadas nas instâncias da própria central, para evitar o que ocorreu na última greve, quando acordos feitos entre dirigentes da CUT e da CONLUTAS desrespeitaram as decisões dos fóruns desta e logo das próprias entidades a ela filiadas;
- 6.** Levar para as instâncias da Conlutas as propostas de resoluções de centralidade da luta dos SPF e as propostas de organização e mobilização acima, para que as mesmas sejam debatidas pelas bases.

TEXTO 76

Contribuição dos professores Michelly Ferreira Monteiro Elias (ADOM), Silvana Lúcia da Silva Lima (APUR) e Nair Casagrande (APUB)

“Sofremos um profundo corte na ligação entre uma geração e outra. Ao mesmo tempo em que estamos próximos de muitos lutadores que pegaram em armas na década de 1960, estamos próximos de organizações partidárias que, ou avançam para a desmoralização ou estão distante da organização das massas, por terem adotado táticas impróprias para fazer a revolução brasileira. A formação e a multiplicação dos quadros deixou de ser prioridade de muitas organizações burocratizadas. A academia fechou-se para a luta de classes e os movimentos de massas perderam a batalha das reformas; quem hoje as faz é o capital, em benefício próprio. Esta época exige muito mais dos militantes que almejam manter acesa a chama da revolução. É como se um grupo de crianças com menos de um ano tivesse o desafio de aprender a andar sem ter nenhum adulto por perto” (Ademar Bogo, 2008, p.186).

CONCEPÇÃO SINDICAL

TEXTO DE APOIO

Em consonância com a análise de conjuntura que apresentamos, nos manifestamos neste momento em relação às questões de concepção sindical. No que diz respeito à urgente necessidade de termos instrumentos representantes da classe trabalhadora que **organizem, desenvolvam formação e realizem lutas com a classe** (e não apenas para a classe), tem se tornado preocupante a confusão imposta por militantes partidários que entendem as organizações sindicais como meros apêndices de seus partidos. Impõem à organização sindical o seu programa partidário e ferem sua autonomia, descaracterizando e impedindo, em sua grande medida, que os trabalhadores (as) se organizem em torno do que é unitário, contribuindo para o enfraquecimento do movimento da categoria.

Neste sentido, nos posicionamos contrariamente àquelas organizações partidárias que induzem, em nome de sua autoconstrução, as organizações sindicais ao sectarismo e ao isolamento. **A fragmentação e a divisão das organizações da classe trabalhadora não denota qualquer espécie de “reorganização sindical”**. É preciso empreender uma dura disputa ideológica com os setores que buscam apenas a sua autoconstrução no movimento sindical, sem pensar na construção da categoria como um todo; e que não desenvolvem ações de mobilização, organização, formação e lutas em conjunto com a categoria dos docentes.

Conforma-se apenas como uma espécie de impaciência artificial, uma falta de confiança política no crescimento da influência gradual dos partidos políticos, um desejo de ganhar as massas mediante manobras organizativas. Manobras que, inicialmente realizadas na cúpula, geram com o tempo desvios funestos também na base trabalhadora, com a criação de sindicatos concorrentes para uma mesma base.

A questão central do movimento sindical não é apenas “organizativa”, tal como apresentada por algumas correntes, que entendem que a mera troca de direção resolveria os problemas. Entendemos que **a influência do reformismo e do conservadorismo sobre as amplas massas trabalhadoras hoje não é uma contradição formal dos trabalhadores, mas dialética**. Se parte considerável da classe trabalhadora rejeita as ideias revolucionárias, **a tarefa dos revolucionários consiste em levar essas massas a conclusões revolucionárias, com base em experiências comuns junto a elas, e não longe ou contra as massas**.

O ANDES-SN deve contribuir com a construção da unidade no interior da classe, com a reconstrução de sua identidade, combatendo, sempre que necessário, o economicismo, o reformismo, o corporativismo, o divisionismo e a fragmentação. Estimulando ações, lutas políticas, em torno das pautas do Projeto Popular. As polêmicas internas e divisões no movimento sindical estão distantes da realidade dos trabalhadores e não ajudam na motivação para a luta e em seu avanço organizativo.

A unidade dos trabalhadores (as) é uma necessidade da luta. Devemos buscar intervenção no movimento sindical a relação e entendimento com as forças políticas democráticas e revolucionárias que nele atuam.

Concomitantemente a busca pela unidade, prioriza o enfrentamento a posições identificadas com a direita, com os valores do patriarcado e com os interesses da burguesia, e também o enfrentamento com as posições esquerdistas identificadas com os valores do sectarismo. **A unidade deverá se dar com base no esforço permanente de diálogo e articulação a partir de ações concretas.**

Participar de composições para lutas concretas ou disputas sindicais, implica em estabelecer uma relação entre iguais e um esforço de diálogo e sínteses permanentes, valorizando os consensos e evitando os constantes e profundos divisionismos que não contribuem para o avanço da classe trabalhadora no interior da luta de classes.

Fazemos um chamado ao movimento docente nacional a deliberar por:

TR - 76

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN

1. Prezar por incentivar a organização autônoma dos professores e do sindicato em relação aos partidos políticos, ao Estado e aos patrões, a partir dos locais de trabalho;
2. contribuir para o fortalecimento, com a organização do movimento docente e sindical, defendendo a autonomia de nosso sindicato para o que os professores sejam incentivados a tomar suas próprias decisões enquanto categoria, a partir de suas instâncias de decisão tal como as assembleias;
3. garantia de espaços de debates e deliberações, com sua dinâmica e com a ampla publicidade e informação;
4. necessidade de construir outro tipo de estrutura sindical, calcada no trabalho de base e no enfrentamento classista;
5. realização de atividades que promovam o conhecimento das questões que rebatem diretamente nos direitos da categoria docente tais como os direitos trabalhistas em geral;
6. incentivar um processo de participação dos docentes em atividades sindicais visando à renovação de quadro, o trabalho de base, a organização por local de trabalho e a formação;
7. articular as lutas do movimento sindical docente, com estudantes e técnico administrativos das IES, além de demais categorias dos spfs, categorias em geral, bem como movimentos sociais;
8. Em relação ao item 7, defendemos respectivamente **duas lutas centrais** para o próximo período: **a)** lutar contra o projeto de lei anti greve dos servidores públicos federais; **b)** lutar pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais.

A OPÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO PARA A EDUCAÇÃO: “O CAPITAL EDUCADOR” E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A LUTA SINDICAL

TEXTO DE APOIO

A concepção teórica de Estado que mais parece se aproximar da manifestação concreta do aparelho estatal no Brasil é a de *Estado organizador*, cuja função primordial seria garantir a acumulação do capital. *Ao mesmo tempo*, cabe ao Estado manter-se, legitimar-se e conciliar a disputa por poder, prestígio e capital entre as várias frações de classes e classes existentes na sociedade. Ou seja, o Estado se caracteriza como arena privilegiada da luta de classes².

Assim, simultaneamente, cabe à instituição estatal administrar, suprimir e controlar parte considerável das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, de maneira que as políticas públicas “[...] emanadas do Estado anunciam-se nessa correlação de forças, e nesse confronto abrem-se as possibilidades para implementar sua face social, em um equilíbrio instável de compromissos, empenhos e responsabilidades.”³

Desse modo, atualmente, no Brasil, o capital financeiro assume de fato o protagonismo na disputa pelo aparelho do Estado, auferindo lucros fundamentalmente à custa da securitização da dívida pública⁴. Ou seja, via espoliação do fundo público em benefício das classes rentistas nacionais e internacionais. Consequentemente, a remuneração dessas classes rentistas e parasitárias expropria o orçamento público destinado aos investimentos em saúde, educação e outros setores sociais.⁵

Porém, além da acomodação do protagonismo do bloco do poder ligado ao capital financeiro, o Estado brasileiro incorporou a fração exportadora do agronegócio⁶, bem como outros grupos e frações de classe⁷. Dessa forma, no Brasil, a garantia primordial da acumulação do capital em geral não decorre apenas da espoliação do fundo público em favor do capital financeiro, mas também ocorre ao nível da inserção e atuação de outras *formas do capital*⁸ na condução das políticas públicas.

Na condição de uma política pública, a educação escolar também se manifesta sob um mosaico de enorme complexidade entre as formas do capital e suas correspondentes classes sociais, além das disputas existentes entre outras classes, frações de classe, burocratas, grupos de poder, dentre outros. Portanto, além dos muitos outros meios de obtenção de lucro via atuação e mediação do Estado (financiamento público da educação privada, privatização do público, mercantilização generalizada da educação), no Brasil, a opção pelo *mercado educador*⁹ é na verdade a manifestação da ingerência direta do capital na condução das políticas públicas de educação.

² GONÇALVES, Reinaldo. **Economia política internacional**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

³ SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 4.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p.8.

⁴ PAULANI, Leda Maria. **Brasil delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008. (Coleção Estado de sítio).

⁵ FILGUEIRAS, Luiz; PINHEIRO, Bruno; PHILIGRET, Celeste; BALANCO, Paulo. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: FILGUEIRAS, Luiz et al. **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p.35-69.

⁶ Idem.

⁷ FILGUEIRAS, Luiz. **História do plano real**. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

⁸ BOTTOMORE, Tom. (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

⁹ LEHER, Roberto. Educação no governo Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: FILGUEIRAS, Luiz et al. **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p.369-412.

Nesse filão, atuam setores do agronegócio, bancos, editoras, empresas transnacionais, de informática, em sua maioria, organizados em torno do Movimento Todos pela Educação - opção e parceiro do Estado brasileiro na condução de parte considerável das políticas públicas em matéria de educação escolar.

Trata-se de uma “[...] miríade de iniciativas fragmentadas [...]”¹⁰, atuando em praticamente todos os níveis e modalidades da educação escolar. A lógica é precisa e o objetivo é a obtenção de lucros via negócios com o Estado. É assim que são implementados programas ligados à erradicação do analfabetismo, suprimento de materiais escolares e de infraestrutura, materiais de apoio pedagógico, livros e apostilas, dentre muitos outros.

Ao nível das IES públicas isso é visível. Veja-se o caso dos inúmeros programas do governo federal. Assim, com o objetivo de captar recursos e complementar salários, os docentes acabam envolvidos numa espiral de atividades que frequentemente extrapola e joga por terra qualquer compromisso com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Continuamente pauperizados e muitas vezes privados de condições mínimas de trabalho, muitos entregam-se às imposições das negociatas da relação capital-Estado, em proveito próprio e tantas vezes às custas da ética, do compromisso e do retorno social, aos quais a Universidade pública necessariamente se vincula. Os resultados, em termos de participação política e sindical são claros: nunca se tem tempo para nada e tudo mais é prioridade. Consequentemente, nada é prioridade.

Para aqueles que militam na construção de uma Universidade pública, gratuita e socialmente referenciada, tais fatos não podem ser desconsiderados e devem entrar na pauta das lutas política e sindical.

¹⁰ Idem.

TEXTO 78

Contribuição dos professores Alexandre Aguiar dos Santos (ADUFG), Fernando Lacerda – (ADUFG), Lucinéia Scremin Martins (ADUFG), Luís Augusto Vieira (ADUFG), Erlando da Silva Reses (ADUNB), Liliane Maria Macedo Machado (ADUNB), Luiz Carlos Galetti (ADUFMAT), Ricardo T. Neder (ADUNB)

AS LUTAS DO ANDES-SN E A UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA NA LUTA PELA EMANCIPAÇÃO SOCIAL

TEXTO DE APOIO

A história do ANDES-SN caminha e caminhou na defesa da autonomia e da liberdade sindical – sem deixar de exigir do estado as garantias de atuação e organização dos trabalhadores de forma autônoma e independente de patrões e do governo. Isto possibilitou a estruturação de um sindicato nacional, articulando a luta política dos trabalhadores da educação superior na defesa de um projeto de universidade e de sociedade fundamentado na emancipação social, em especial tendo consciência das contradições entre o capital e o trabalho. Neste sentido, a opção política pelo socialismo e a superação da sociedade de classes, tem possibilitado, no âmbito da luta cotidiana nas universidades, a contraposição do movimento docente à lógica de mercantilização da educação superior.

No balanço da experiência da greve das universidades federais de 2012, o ANDES-SN corretamente apontou para a estreita relação entre as reivindicações do movimento docente e as lutas contra o sistema capitalista. Esta articulação entre as reivindicações específicas e gerais apenas reforça a necessidade de uma luta política, organizada e unitária da classe trabalhadora. A unidade do funcionalismo público federal em 2012 foi central para colocar o governo contra a parede e a atuação do governo se deu, justamente, no sentido de tentar acabar com o movimento grevista pela quebra da unidade da classe trabalhadora. Cabe destacar, também, que a solidariedade de diversos movimentos sociais de luta no campo e na cidade foi algo importante durante a realização de nossa greve.

Assim, tanto do ponto de vista do enfrentamento do sindicalismo de estado, quanto do ponto de vista da discussão sobre a unidade da classe trabalhadora em uma luta política contra o capital, entendemos que é preciso que o ANDES-SN deve ampliar e aprofundar o debate sobre como pode contribuir para aglutinar e aprofundar a unidade dos setores da universidade brasileira e dos movimentos sociais que lutam pela emancipação social.

Entendemos que esse debate pode se dar: (1) tanto pela organização de um seminário sobre como a universidade brasileira pode dialogar com as necessidades e luta da classe trabalhadora, isto é, sobre a construção de uma efetiva universidade popular; (2) quanto pela realização de um seminário que aprofunde o debate sobre as lutas e organização unitária dos movimentos sociais do campo e da cidade.

TR - 78

O 32º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Realizar, no ano de 2013, um seminário com o título “A universidade brasileira e a classe trabalhadora: Construindo uma universidade popular”.
2. Realizar, no ano de 2013, um seminário com o título “Luta dos movimentos sociais no campo e na cidade” que discuta e aprofunde as lutas nacionais por reforma agrária, moradia, saúde e educação no Brasil, assim como a organização da classe trabalhadora contra o capital.

TEXTO 79

Contribuição dos professores Michelly Ferreira Monteiro Elias (ADOM), Silvana Lúcia da Silva Lima (APUR) e Nair Casagrande (APUB)

MOVIMENTO GREVISTA DAS IFES EM 2012

TEXTO DE APOIO

Iniciada em 17 de maio de 2012, a greve das IFES culminou em seu ponto máximo com a mobilização nacional de professores atingindo a adesão de 95% das instituições, sendo que das 59 universidades, 56 se encontravam com professores parados. Ainda, a greve dos servidores técnicos administrativos atingiu 34 dos 38 institutos federais de ciência e tecnologia em 22 estados, bem como dois centros federais de tecnologia e o Colégio Pedro II. A pauta central passou.

Esta, como uma das maiores greves já registradas nas lutas do movimento docente nacional, reafirma o compromisso e a disposição de luta dessa importante categoria. As reivindicações centrais dos professores giraram em torno da reestruturação da carreira docente, melhoria das condições de trabalho e em defesa de uma política salarial digna.

As greves nas Instituições Federais de Ensino (IFES) são expressão do aprofundamento das contradições nas universidades brasileiras e do ensino público em nosso país. A universidade pública segue subordinada ao projeto hegemônico imposto pelo ciclo de acumulação capitalista vanguardado pela lógica da financeirização, ao contrário de desenvolver conhecimento voltado a um projeto de país.

Esse ciclo de modernização conservadora prioriza investimento na expansão de setores que garantem, no contexto de crise econômica mundial, melhor posicionamento da economia do país no cenário internacional, voltado à lógica destrutiva e dependente de exportação de *commodities* derivadas de produtos agrícolas e minerais, mas que mantém a condição periférica de inserção no sistema mundial, como mercado emergente. Neste contexto, as corporações transnacionais delegam para as universidades o papel de capacitação de quadros para seus serviços e projeto de acumulação.

Se por um lado, o programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal (Reuni), possibilitou investimentos importantes no setor da educação, por outro, evidencia a lógica da subordinação ao capital financeiro. O Reuni expressa as contradições do atual momento histórico e das políticas públicas em nosso país, em virtude do projeto político em curso no Brasil de tentativa de conciliação de interesses antagônicos.

De fato, com o Reuni o governo federal investiu R\$ 8,4 bilhões na expansão e reestruturação das universidades federais desde 2003. Dessa data até 2011, as vagas anuais de ingresso na graduação mais que dobraram nas federais, passando de cerca de 110 mil, em 2003, para mais de 230 mil em 2011. O aumento das vagas de ingresso impactou no número total de matrículas em instituições federais, passando de 638 mil para mais de 1 milhão (2003-2011).

Através do Reuni, foram criados 2.046 novos cursos. Além de possibilitar a contratação de professores, ampliou o ingresso da juventude, especialmente da classe trabalhadora no ensino público. Ademais, a previsão é que até 2014 o Brasil tenha um total de 63 universidades federais, com 321 unidades distribuídas em 272 municípios que nunca tiveram acesso ao ensino superior público.

Bandeiras históricas da luta sindical e do movimento estudantil foram, em parte, contempladas. Entretanto, essa política tem como foco a expansão quantitativa de vagas discentes, da estrutura física, sem abordar no mesmo compasso a política de valorização salarial dos docentes, e demandas para processos formativos de qualidade, como maior investimento para pesquisa e assistência estudantil, por exemplo. Ademais a pesquisa é organizada sob a lógica da alta

produtividade que além de tudo abre espaço para todo o tipo de parceria com empresas privadas.

A greve demonstrou ser uma “janela” histórica. A greve foi e segue sendo uma oportunidade para colocar o papel da educação diante de uma configuração de um projeto para o país, que atenda aos interesses dos setores populares. Um projeto político capaz de apontar para as reformas estruturais na sociedade brasileira e a sua completa transformação. A universidade deve ser pública, gratuita, de qualidade e popular.

Avaliamos que alcançamos alguns avanços nas conquistas da greve, em especial a retomada do acúmulo de lutas e mobilizações da categoria docente das IFES. Contudo, **necessitamos seguir mobilizados, a partir da organização da categoria a partir do trabalho de base, a realização de formação política e a realização de ações que sigam mantendo a categoria mobilizada e lutando pelas reivindicações e reformas estruturais no campo da educação básica e superior no país.**

Por isso **defendemos, juntamente com o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais:**

TR - 79

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Definição da Data-Base em 1º de Maio;
2. Política permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações;
3. Cumprimento por parte do Governo dos acordos e protocolo de intenções firmadas;
4. Mobilizações e lutas contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores;
5. Retirada dos PLs, MPs, Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos, supressão do Artigo 76 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que define o prazo até 31/08 para encaminhar projetos de lei que reestrutura carreira e concede qualquer tipo de reajuste aos trabalhadores;
6. Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.
7. Que sejam destinados 10% do PIB para a Educação;
8. Mobilizações e lutas contra a privatização, operada através das parcerias público-privadas;
9. Mobilizações e lutas contra a privatização do Hospital Universitário;
10. Mobilizações e lutas pela melhoria e garantia de melhores condições de trabalho e ensino-aprendizagem nas universidades;
11. Defesa do sistema de cotas nas universidades públicas e universalização do acesso à universidade;
12. Pela criação de turmas especiais de graduação para os movimentos sociais, a exemplo da criação do curso de direito para beneficiários da Reforma Agrária na Universidade Estadual de Feira de Santana dentre outros;
13. Pela ampliação do sistema de assistência estudantil com aumento das bolsas;
14. Votação direta para reitor da universidade;
15. A abertura das contas da universidade com prestação de contas transparente e pública;
16. Realização de plano de desenvolvimento institucional bem como financeiro de forma pública, ampla e participativa;
17. Todo apoio aos movimentos sociais na luta pelas escolas do campo. Fechar escolas é crime! E os professores universitários se solidarizam com a luta dos movimentos sociais do campo

TEXTO 80

Contribuição dos professores Luciano da Silva Alonso, Otair Fernandes de Oliveira, Luis Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ), Luiz Eduardo Rodrigues de Carvalho (ADUFRJ), Marcos César Danhoni Neves (SESDUEM)

PELA REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS NACIONAIS PARA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DA SESu/MEC

TEXTO DE APOIO

O Governo Federal, através do Ministério da Educação (MEC), da CAPES e de outros Ministérios, tem ampliado o número de programas para o ensino superior público. Esta maior demanda de oportunidades para a educação superior, que visa refletir em melhoria da qualidade do ensino, requer maior atenção das instituições para o pleno cumprimento de seus objetos. Mostra-se imperativo identificar e analisar o atual contexto do ensino superior, dada a rapidez com que se criam novos programas e aumenta-se o volume de recursos disponíveis para execução dos mesmos, considerando que há carência no quadro de pessoal nas instâncias gestoras para o suporte necessário à logística destas iniciativas.

A execução dos programas para o ensino superior se dá nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas, e no caso das Instituições Federais de Ensino (IFE), há um processo de expansão em curso e, portanto, em contingenciamento de pessoal necessário para atender questões inerentes às atividades-fim dos novos cursos e alunos ingressantes, além dos trâmites para geração de infraestrutura para tais programas. Neste quadro, o potencial esperado para este conjunto de ações pode ser prejudicado.

Para exemplificar aspectos da política de educação superior em nosso país, inclusive deficiente de avaliações por parte do próprio instituidor, uma visita no sítio do MEC na internet possibilita acesso a informações que merecem reflexões: no link da Secretaria de Educação Superior (SESu), em Programas e Ações, observa-se uma sequência de iniciativas, e um grupo destas, intitulada “**Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e outros programas**” que aponta os seguintes tópicos: *Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)*; *Programa de Educação Tutorial (PET)*; *Programa de Apoio à Extensão Universitária (Proext)*; *Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir)*; *Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes)*; *Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)*; *Credenciamento de Fundações de Apoio*.

É factível então um breve exercício sobre a estrutura do MEC em relação ao que deve ser o pensamento estratégico para a educação superior, exposto nesta forma de organização. Para o MEC, o REUNI e as Fundações de Apoio são estratégias para a educação superior, mas ambas as iniciativas são avaliadas de forma crítica pelo ANDES-SN, o que já foi exposto em outras ocasiões. Entretanto, o objetivo deste texto não é estender o assunto sobre estes dois temas, que merecem reflexões mais profundas. Assim, de forma breve e apenas para subsidiar a sequência da exposição, enfatizamos que na página do MEC constam alguns seminários sobre o REUNI, sendo que o último listado é de janeiro do ano 2010, portanto estando defasado em três anos. Percebe-se desta forma a incapacidade do MEC em instituir políticas públicas perenes, quando se revela, de forma simples, que há fragilidade na regularidade de suas intervenções avaliativas. Neste texto outros objetivos constituirão o foco da discussão.

Assim, para as outras iniciativas listadas no link da SESu, temos a oferta de oportunidades de bolsas e recursos para docentes e discentes desenvolverem projetos e programas de extensão. O mais tradicional, voltado para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é o Programa de Educação Tutorial (PET), criado em 1979. Dentre os mais recentes, tem-se o PROEXT, voltado para o fomento da extensão universitária e que garante recursos para as equipes proponentes. E o PIBID, gerenciado pela CAPES e destinado para a interface entre universidade e educação básica, que concede bolsa para tutor e para alunos. Nesta riqueza de experiências relacionadas aos diversos programas do MEC, que engrandecem a educação em nível nacional, é de se lamentar que a estrutura gestora central apresente tantas dificuldades de cumprimento de prazos para repasse de recursos e para avaliação de relatórios e planejamentos advindos das equipes de todo o país, com informações de máxima relevância para a consolidação destas iniciativas.

Na esfera do governo, é preocupante a fragilidade na estrutura do MEC e da CAPES em termos de logística e recursos humanos para o acompanhamento necessário das ações previstas nos projetos destes diferentes programas. Registre-se que deficiências no MEC e na CAPES tem levado a atrasos frequentes no pagamento de bolsas e no repasse de recursos, indispensáveis para o pleno cumprimento do cronograma pelas equipes proponentes, prejudicando até mesmo estudantes em intercâmbio no exterior, como é o caso do Programa Ciências Sem Fronteiras, que em algumas ocasiões tiveram dificuldade de permanência pelo atraso no pagamento da bolsa. Historicamente, é importante fazer o reconhecimento do papel político importante desempenhado pelo ANDES-SN, no enfrentamento pela comunidade petiana (PET) com o MEC, na gestão Paulo Renato/FHC, durante o ano de 2001, em função de atraso no pagamento das bolsas. Inclusive o jurídico do ANDES-SN representou contra o governo federal pelo pagamento das bolsas, com mandado de segurança em março daquele ano.

Embora os programas do MEC tenham dinâmica própria de realização de encontros regionais e nacional, diante das constantes queixas dos coletivos que integram as equipes pela operacionalização difícil de suas propostas, o próprio MEC deveria organizar Seminários Nacionais, de periodicidade anual, com o objetivo de expor sua visão sobre a evolução do programa e suas expectativas quanto a possíveis modificações conceituais, além de ouvir a comunidade e dar oportunidade para a construção de ações mais plurais. Entretanto, mudanças de diretrizes têm acontecido de forma unilateral, mediante publicação de editais públicos, o que tem gerado forte reação dos coletivos, sobretudo no caso do PET. Certamente tal celeuma seria evitada com a iniciativa do próprio MEC em criar canais de diálogos mais efetivos com a base destes movimentos. Estes eventos aqui propostos, de abrangência nacional, serão fundamentais para uma análise crítica e responsável quanto ao potencial de cada uma destas experiências em contribuir para um ensino superior de qualidade.

A prática de não expor resultados em eventos públicos e de abrangência nacional, com ampla participação da comunidade, é sinal de um sistema que não contempla a transparência e democracia como princípio, gerando margem para dúvidas e questionamentos sobre a coerência programática e sobre a eficácia acadêmica de um sistema, o que, a bem do interesse público, sustenta a importância deste texto em cobrar da SESu/MEC maior compromisso com a transparência na gestão de programas sob sua responsabilidade.

TR - 80

O 32º Congresso do ANDES-SN defende que:

- 1.** O MEC realize avaliações de seus programas, sempre com a ampla participação da comunidade acadêmica em todas as etapas.
- 2.** Seminários Nacionais de periodicidade anual sejam realizados para a publicização, análise e debate acerca de cada um dos programas vigentes nas Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, com ampla divulgação e disponibilização de material para consulta pública, com dados e indicadores inerentes a cada programa, democratizando o acesso à informação e aos processos de reformulação e aperfeiçoamento dessas intervenções públicas.

TEXTO 81

Contribuição dos professores Antônio Rodrigues Belon (ADLESTE), Gelta Ramos Xavier (ADUFF), Lorene Figueiredo (ADUFF) e Rodrigo Dantas (ADUnB)

ENCONTRO NACIONAL DE TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

TEXTO DE APOIO

A Greve de 2012 começou na base do ANDES-SN em maio, tornou-se uma greve do conjunto da educação federal, em junho, até tornar-se, em julho, a maior greve nacional dos SPF desde a Greve contra a Reforma da Previdência, em 2003. Sua força e amplitude foram capazes de derrotar o firme e declarado propósito do governo Dilma de impor aos docentes e ao conjunto dos servidores públicos federais o completo congelamento de nossos salários até 2015, tal já havia ocorrido nos governos de FHC.

No setor da Educação, ANDES-SN, SINASEFE e FASUBRA e o movimento estudantil buscaram aproximar suas ações, convergir as pautas, avançar nas tentativas de propor ao governo reuniões conjuntas e realizar atos e campanhas unitárias que deram visibilidade aos problemas da educação e dos serviços públicos em nosso país. Na relação com os demais setores do Serviço Público, as organizações dos trabalhadores e estudantes da educação federal, a CSP-Conlutas e a CNESF impulsionaram grandes mobilizações unitárias que fortaleceram nosso movimento e nos tornaram mais fortes para resistir aos “planos de ajuste” que o governo e o capital em crise buscam impor sobre os ombros da classe trabalhadora.

Inserir e confirmar a Carreira Única da Educação Federal como principal item da pauta da greve propiciou ao movimento a compreensão de que é urgente e necessário unificar nossas ações, pautas e estratégias de luta, aprofundar o debate, propondo ações que permitam apontar como horizonte a unificação das lutas do setor da educação federal - primeiro passo para romper as cadeias que nos fragmentam, dividem e enfraquecem e apontar como horizonte estratégico a progressiva unificação das ações de todos os trabalhadores da educação em nosso país, estejam no âmbito federal, estadual ou municipal, sejam estáveis, terceirizados, estagiários ou precarizados de todos os modos.

Numa conjuntura em que o governo e os setores mais conservadores da categoria buscam dividir, fragmentar e enfraquecer o ANDES (ProIfes e, agora, MDIA), a FASUBRA (com a criação da ATENS) e o SINASEFE (criando tensões entre servidores e professores), nossa resposta política tem que ser a de aproximar os diferentes setores da educação e suas políticas, dando os primeiros passos para criar instâncias mais orgânicas de articulação entre os três sindicatos nacionais da educação federal. O horizonte estratégico desta movimentação poderia ser a criação de uma instância que congregasse servidores técnico-administrativos e docentes e a tática é começar por aproximar os servidores dos setores estaduais, federais, da forma como se incluem no ANDES-SN.

Nesta direção, O XXVII Congresso do SINASEFE, entre os encaminhamentos aprovados e relacionados ao tema central do evento “Unir os trabalhadores/as em defesa da Educação Pública”, se adianta incluindo como primeiros itens: “propor na Secretaria Executiva da CSP-Conlutas, da qual o SINASEFE faz parte, a reabertura do debate sobre a necessidade de realização de um encontro nacional dos trabalhadores/as dos diferentes setores que procuram fazer o enfrentamento contra a política do governo Dilma e da burguesia nacional; . propor ao ANDES-SN e FASUBRA a realização de um fórum nacional com o SINASEFE para discutirmos os rumos do movimento da educação federal para o próximo ano e desenvolvermos em 2013 a construção de uma pauta única da educação federal, objetivando uma jornada de lutas e enfrentamento com o governo; reafirmar a posição do SINASEFE em lutar pela

construção de uma carreira única dos trabalhadores/as da educação e propor a discussão de um fórum nacional de SINASEFE, ANDES e FASUBRA para fazer essa discussão.”

TR - 81

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Que o ANDES-SN proponha ao SINASEFE, à FASUBRA e aos setores independentes do movimento estudantil a unificação das lutas do setor da educação federal e a criação de instâncias orgânicas para elaborar as propostas e dirigir as ações no primeiro momento.
2. Convocar um encontro nacional do setor da educação para o primeiro semestre de 2013, cujo objetivo maior é, além de fazer um balanço político da greve da educação federal, das greves e enfrentamentos no âmbito dos estados e municípios, da conjuntura nacional e da situação do setor da educação federal, fazer convergir as pautas, as políticas e as campanhas dos três sindicatos da educação: ANDES-SN, SINASEFE e FASUBRA, e do movimento estudantil.

TEXTO 82

Contribuição da Assembleia da Adufrj-SSind

POR UM ENCONTRO NACIONAL SINDICAL, ESTUDANTIL E DE MOVIMENTOS SOCIAIS EM PROL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

TEXTO DE APOIO

Por compreender que as frações burguesas locais não levariam adiante reformas sociais como parte de seu projeto de classe, Florestan Fernandes, em conferência realizada em 1989, defendeu a necessidade de um “*novo ponto de partida*” para as lutas em prol da educação pública. Em sua apreciação, a agenda educacional não poderia mais estar guiada pela cidadania (não realizável no padrão de acumulação do capital que se afirmou no Brasil, especialmente após a ditadura), mas antes, por uma educação para/ no socialismo. Concretamente, as lutas educacionais teriam de contar, crescentemente, com o protagonismo do conjunto da classe trabalhadora.

Na concepção original da CUT como Central autônoma e classista, ainda nos anos 1980, os sindicatos da área educacional que foram forjados no bojo do “novo sindicalismo” crítico ao “sindicalismo de Estado” defenderam que as lutas educacionais deveriam ser apropriadas pelo conjunto da classe trabalhadora. Para alcançar esse objetivo, defenderam a criação de uma estrutura de organização das lutas dentro da CUT nacional, o **Departamento Nacional dos Trabalhadores da Educação (DNTE)**: uma estrutura horizontal para organizar a luta unitária em prol da educação pública, rompendo as segmentações “básica” / “tecnológica” / “superior”; “docentes” / “técnicos administrativos” e, sobretudo, assegurando primazia aos sindicatos e representações de base. Entre os sindicatos de maior expressão, Andes-SN, Fasubra e Sinasefe sustentaram esse processo.

Entretanto, as vitórias cutistas nas disputas eleitorais possibilitaram a conquista das velhas e burocratizadas Federações e Confederações. Antes criticadas como aparatos pelegos e perpetuadores da burocracia sindical, passaram, então, a ser vistas como um locus de poder no interior do aparato sindical herdado da era Vargas e de suas modificações no período da ditadura. A defesa de estruturas de organização horizontalizadas começa a ser erodida desde o 3o Congresso Nacional da CUT -CONCUT (1988). Segundo deliberação sustentada pela

Articulação Sindical, as instâncias de base deveriam participar somente das CUT estaduais e, estas, se fariam representar na CUT Nacional. O V CONCURTO (1994) bloqueou as iniciativas de organização horizontal, mantendo o DNTE em estado vegetativo.

Os sindicatos dos trabalhadores da educação básica, dirigidos por forças da Articulação ou próximas a esta, optaram, também, pela estrutura verticalizada, constituindo a **Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE)**. A mesma tendência foi seguida pelas direções dos sindicatos de professores das instituições privadas que criaram a **Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE)**.

Desse modo, a unidade de ação convergiu para o **Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP)** que, de fato, foi um protagonista fundamental no processo constituinte de 1987-1988 e na elaboração do projeto de lei de diretrizes e bases. Apesar de sua positividade e, certamente, de seu lugar de destaque na história da educação brasileira no período pós-ditadura, o Fórum possuía limites concretos. Sendo um espaço de unidade de ação encaminhada por consenso, em muitas ocasiões as entidades acadêmicas, por exemplo, se mostraram pouco dispostas a encaminhar as lutas contra as políticas neoliberais que se adensaram no período Cardoso, restringindo a unidade à pauta especificamente educacional. Em 2001 houve uma grande marcha em prol da escola pública, impulsionada pela greve das Federais; posteriormente, aconteceram outras marchas, mas o tom predominante na luta pela LDB foi das 'visitas de convencimento' aos parlamentares, o que, segundo a observação ácida de Florestan, patenteou a estratégia dos fracos.

É relevante destacar que, no plano ideológico, também a CUT redefiniu o seu posicionamento sobre a educação, situação evidente quando os metalúrgicos do ABCD paulista passaram a defender a tese do desemprego tecnológico. É como se o desemprego fosse determinado apenas pela qualificação profissional (como defendia, por exemplo, Francis Fukuyama). Nesse ambiente, a dita teoria do *capital humano* conheceu novo período de esplendor. FHC, habilmente, assegurou generosos repasses de **recursos do FAT** para o (agora) sindicato cidadão cutista. A perspectiva socialista de educação foi rapidamente abandonada pela Central que, no lugar de defender a escola unitária, passou a encaminhar, em seu próprio aparato, cursos de formação profissional, inclusive cursos dirigidos pelo patronato via Sistema S (Senai, Senac...).

Assim, nos anos 1990, coalizões do capital, como o Programa de Reforma Educativa da América Latina (PREAL), encaminhado pela USAID, corporações, como Banco Mundial, CEPAL encontraram o caminho aberto para disputar os rumos da educação pública. Ao diagnosticarem a educação pública, os analistas da CEPAL, articulados no PREAL, concluíram que o principal problema era a resistência dos professores às reformas (neoliberais) e que, por isso, seria fundamental quebrar o monopólio do conhecimento docente, o que efetivamente foi concretizado por meio de sistemática expropriação do trabalho, encaminhada pela avaliação por resultados, cumprimento de metas, remuneração por desempenho e pela desconstrução da imagem dos professores.

As bases da educação unitária (omnilateral) foram sistematicamente atacadas como, por exemplo, pelo Dec. 2208/97 que operacionalizou a disjunção entre a formação geral e a profissional, um golpe certeiro na educação politécnica, unitária, afetando especialmente os CEFET. Mais amplamente, o lugar da educação no rol do Estado foi alterado pelo Plano Diretor da Reforma do Estado que concebe a educação como **serviço competitivo** e não exclusivo de Estado.

Em toda América Latina, as resistências às políticas neoliberais se avolumaram, levando a destituição de mais de uma dúzia de presidentes. No Brasil, os germes do novo ponto de partida a que se referia Florestan estavam ganhando força nos Congressos Nacionais de Educação (CONED) que contaram com ampla participação das entidades sindicais de base e do movimento estudantil, mas também das escolas e universidades, em geral. A greve nacional dos docentes de 2001, massiva e com amplo protagonismo, freou parte da agenda neoliberal, ao menos provisoriamente. A conversão das universidades em Organizações Sociais (o equivalente

de hoje a EBSEH) e a contratação dos docentes pelo regime de emprego público (regido pela CLT) foram saldos dessas lutas.

Os setores dominantes compreenderam que era hora de praticar a máxima de Lampedusa, em O leopardo: *para que tudo permaneça igual, é preciso que tudo mude*. E mudou. A “Carta aos Brasileiros” firmada por Lula ainda em 2002, afirmava exatamente que tudo mudaria, exceto as bases do padrão de acumulação do capital. Encorajados pelos novos ventos social-liberais, os setores dominantes fortaleceram a coalizão criada em 2001, “Movimento Brasil Competitivo”, coordenada pelo sempre presente Gerdau Johannpeter. Neste movimento, os setores dominantes aperfeiçoam a sua agenda educacional.

A agenda educacional dos donos do dinheiro e do poder avançou simultaneamente com o aprofundamento da crise do FNDEP e esvaziamento da experiência dos CONED, no período 2003-2005. Em janeiro de 2005, de fato, as Confederações cutistas com apoio de setores da direção da Fasubra e da direção majoritária da UNE declaram não ter mais consenso com a agenda do CONED. O Fórum foi duramente golpeado. Desde então, as condições para os setores dominantes avançarem têm sido as melhores possíveis. O setor financeiro - organizado como *partido*, em sentido gramsciano – empreendeu uma ampla convocatória e ampliou a coalizão empresarial para disputar a educação, criando o *Movimento Compromisso Todos pela Educação* (TPE). Em 2006, o bloco histórico apresenta o seu partido para definir a educação. Sem meias palavras, o TPE assume que está encaminhando o seu Projeto de nação. Essa ambição logo se mostra factível, quando o próprio governo Lula ao apresentar a sua principal proposta educacional, o Plano de Desenvolvimento da Educação, afirma, sem constrangimento, que o Plano objetiva implementar a agenda do TPE, nomeando, inclusive, o seu PDE como Compromisso Todos pela Educação[1].

Na educação básica, o TPE adapta e recontextualiza a agenda educacional do governo Bush *No Children Left Behind*. As escolas e os docentes devem bater metas do IDEB. Na educação superior, avança o projeto contido no PDE de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), um projeto que combina preceitos neoliberais do Processo de Bolonha e orientações da USAID sobre a pertinência do modelo dos *community colleges* no Brasil. Ao mesmo tempo, tem avançado, ainda que mais silenciosamente, a avaliação planetária (PISA, ranking mundial de universidades ...) e o Projeto *Tuning* de unificação das *competências* desejadas pelo capital em todas as instituições educacionais dos países capitalistas dependentes.

No setor privado, está em curso a maior concentração do capital na área educacional da história brasileira. Os fundos de investimento saíram às compras e estão formando gigantescos monopólios educacionais, tudo sem qualquer regulação estatal. Trata-se de uma ofensiva que aprofunda a heteronomia cultural e a colonialidade do saber.

Em 2010 e 2011, os servidores (federais, estaduais e municipais) protagonizaram a maior parte das greves brasileiras. Embora os servidores representem apenas 22% dos trabalhadores com vínculo empregatício, realizaram 52,5% do total de greves em 2010 e 53,4% em 2011. Destacaram-se, em 2011, trabalhadores da educação básica que realizaram extraordinárias greves em 19 estados que, em diversos momentos, ultrapassaram as fronteiras econômico-corporativas (criticando a meritocracia, ranking, avaliação, metas). Certamente, em 2012 este percentual aumentou! Em 2012, Andes-SN, Fasubra e Sinasefe empreenderam a maior greve das IFES, alterando qualitativamente a mobilização e a força das entidades. O MST avançou em suas lutas pela educação, ao lançar a campanha contra o fechamento de 38 mil escolas do campo e tem participado de iniciativas como os 10% do PIB exclusivamente para a educação pública.

Entretanto, as lutas aconteceram de modo desarticulado, em especial no que diz respeito às greves dos setores federais e as greves municipais e estaduais. A única voz que é perceptível sobre a educação brasileira é a dos representantes do TPE. Não há voz pública dos movimentos, da juventude estudantil e dos sindicatos. É forçoso reconhecer que a agenda educacional dos trabalhadores pouco avançou após o *Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira*.

Avaliando o quadro educacional, o Congresso do Sinasefe, 2012, aprovou um encontro da área de educação, o mesmo acontecendo com o SEPE. O Andes-SN indicou como centralidade da luta a defesa da educação pública. O processo de unidade de ação classista está se adensando como necessidade da conjuntura.

[1] Olinda Evangelista e Roberto Leher. *Todos pela educação e o episódio Costin no MEC: a Pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira*, In: Trabalho Necessário, Ano 10, n.15, 2012, disponível em:

<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN1519%20Artigo%20Roberto%20Leher%20e%20Olinda%20Evangelista.pdf>

[http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN1519 Artigo Roberto Leher e Olinda Evangelista.pdf](http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN1519%20Artigo%20Roberto%20Leher%20e%20Olinda%20Evangelista.pdf)

TR - 82

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

Um novo ponto de partida para as lutas em prol da educação pública.

1. Em articulação prévia com as entidades nomeadas a seguir, realizar um encontro unificado Andes-SN, Fasubra, Sinasefe, objetivando elaborar balanços, diagnósticos, táticas e estratégias articuladas de luta e uma metodologia de discussão de propostas dos trabalhadores para a educação federal (junho/julho 2013).

2. O Andes-SN, Conlutas, Fasubra, Sinasefe, articulados com entidades que vêm construindo as lutas em prol dos 10% do PIB para a educação pública, os sindicatos irmanados pelas lutas, os movimentos sociais e estudantis, elaborarão uma convocatória para:

2.1 Realizar um encontro nacional de trabalhadores e estudantes, reunindo sindicatos, movimentos sociais, movimento estudantil e entidades acadêmicas e científicas que subscrevam a convocatória (a ser elaborada pelos convocantes), objetivando: a) um diagnóstico comum da correlação de forças nas lutas educacionais, identificando as iniciativas contra reformistas mais importantes e seus sujeitos e o estado de organização das lutas dos trabalhadores; b) elaborar diagnósticos, táticas e estratégias de luta, enfatizando aspectos organizativos, e c) construir uma metodologia de discussão de propostas educacionais dos trabalhadores, abrangendo o conjunto da educação brasileira (envolvendo um cronograma de encontros temáticos e regionais no período setembro 2013- maio 2014). Proposta de período: agosto/setembro 2013.

2.2 Promover encontro nacional objetivando sistematizar uma agenda para a educação da classe trabalhadora em junho de 2014, contando com convidados internacionais, especialmente latino-americanos, objetivando fortalecer as lutas internacionalistas em prol da educação pública.

TEXTO 83

Contribuição da Diretoria da Adufrj-SSind a partir de proposta de inclusão de TR do sindicalizado Cláudio Rezende Ribeiro da Faculdade de Arquitetura

PRIVATIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO UNIVERSITÁRIO

TEXTO DE APOIO

O espaço é categoria de entendimento social relevante por conseguir evidenciar determinadas concretizações de lutas e conflitos. Compreender o espaço do trabalho universitário é fundamental para esclarecer não apenas a tendência hegemônica de precarização da universidade como para auxiliar a concepção de novas formas de luta, reivindicação e resistência.

A privatização do espaço universitário ocorre nas universidades privadas que cada vez mais se assemelham a espaços de consumo seletivo e segregadores, influenciando a disseminação de um imaginário do que deve ser a universidade de forma geral; mas também ocorre de forma acelerada nas universidades públicas que, naturalizando sua precarização advinda da força das políticas liberais contemporâneas cada vez mais recorre a recursos privados para manter de pé seus espaços de trabalho. Recurso privado, no entanto, não produz espaço público e, consequentemente, a forma de reprodução social disseminada nestes espaços reforça a lógica privada de relações sociais, incluindo aí, a espacialidade de ensino e pesquisa que cada vez menos promove o encontro, a troca, o descanso em detrimento da competitividade e do direcionamento das pesquisas para o mercado.

Grades que fecham jardins, estacionamentos privados, acessos cada vez mais regulados e vigiados: a universidade, cada vez menos, é capaz de exercer seu papel questionador e revelador de novas experiências e essa condição é bastante alimentada pelo fato de não haver mais ONDE ocorrer tais experiências.

Os meios de transporte que acessam a universidade, por exemplo, são cada vez mais automóveis privados que carregam apenas uma pessoa, resultando na ampliação de áreas de estacionamento que degradam a paisagem dos campi e acabam por abrir portas para a privatização de serviços de estacionamento, etc... A própria reserva de espaço para abrigar um automóvel vazio já é, por si só, tendência privatista do espaço que, como corolário, tem a degradação do sistema público de transporte que cada vez mais é visto como algo a ser utilizado apenas por “aqueles que chegaram agora”, “pelos que tem menos condições”, por aqueles que “ainda não venceram no jogo da vida”. É praticamente inconcebível encontrar professores doutores em transportes públicos que se transformam em um símbolo de falta de status no espaço universitário que cada vez mais se pauta pela medida de sucesso do mercado.

Da mesma maneira, os lugares reservados para alimentação barata e de qualidade se escasseiam e são substituídos por lanchonetes fast food privadas e caras. A vida do estudante, do técnico administrativo e também do professor é cada vez mais cara dentro dos campi.

Não há espaços de lazer e descanso necessários à boa qualidade do ensino e da aprendizagem o que revela de maneira concomitantemente sutil e óbvia a ausência de tempo de descanso na universidade. Os espaços de encontro entre professores e estudantes, de troca intelectual descompromissada com a produtividade, de trocas afetivas tão importantes em ambientes de formação pública e cidadã são cada vez mais escassos e precários em detrimento de laboratórios fechados, isolados e que se assemelham de forma crescente com os espaços corporativos de trabalho.

Há diversas salas de aula, departamentos, laboratórios e edifícios inteiros que são custeados pela iniciativa privada em diferentes graus que ferem o compromisso público universitário além de sua autonomia. Cada vez mais os próprio campi cedem seus espaços para centros de tecnologia financiados por empresas que ocupam espaço público privilegiado enquanto os edifícios existentes caem aos pedaços pela falta de verba ou pela dificuldade de se utilizá-la.

Por fim, o entendimento do espaço como forma de denúncia da precarização universitária é também percebido pela diferença existente entre os “centros de excelência” de pós-graduação que possuem equipamentos com renovação e manutenção constantes e os espaços destinados exclusivamente à graduação: salas de aula precárias, pouco aparato tecnológico, ausência de climatização adequada, departamentos sem equipamentos... Espaços tão precários que começam a justificar a eficácia dos contêineres que têm se tornado o provisório-permanente das novas expansões que pintam o futuro paisagístico degradado da espacialidade pública de ensino.

TR - 83

1. Promover debates nas Seções Sindicais sobre a importância de repensar e reocupar o espaço universitário;
2. Construir formas de mobilização em torno da importância de construção de novos edifícios que possuam uma espacialidade adequada às novas demandas da universidade pública (e que sejam realizados exclusivamente com verbas públicas)
3. Reforçar a luta pela melhoria dos espaços de GRADUAÇÃO e ENSINO BÁSICO e TECNOLÓGICO, incluindo salas de aula, espaços de estar, alimentação, locais de trabalho de professores e técnicos, alojamentos, bibliotecas e transporte público.

TEXTO 84

Contribuição da Diretoria da Adufrj-SSind a partir da proposta de inclusão de TR do sindicalizado Eduardo Serra da Escola Politécnica

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

TEXTO DE APOIO

Os dados referentes às atividades de Ciência e Tecnologia no Brasil revelam que, nos últimos anos, ainda que o orçamento para a área mantenha-se baixo e o sistema seja ainda muito modesto em relação ao porte econômico e às potencialidades do Brasil, vem havendo um significativo crescimento da área, nos últimos anos, como comprovam o aumento do número de cursos e programas de pós-graduação, do volume de patentes depositadas, da quantidade de artigos publicados e outros indicadores.

No entanto, uma análise mais detalhada do quadro mostra claramente o esforço de pesquisa é difuso, não havendo prioridades claras, como bem demonstram os editais das agências de fomento. Uma grande parte da produção é vinculada, subalternamente, a cadeias internacionais de produção de conhecimento.

No que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico, verifica-se que boa parte dos recursos disponíveis para financiamento não é captada pelas empresas. A explicação principal é a de que, por seu caráter estrangeiros, as empresas, em sua maioria, mantêm seus centros de pesquisa no exterior. Mais ainda, muitos dos novos centros de pesquisa que vêm sendo criados no Brasil por companhias estrangeiras são, na realidade, escritórios para facilitar o acesso a financiamentos para outras finalidades.

Nas universidades, é grande o volume de recursos aplicados por empresas para a realização de estudos e serviços de consultoria, buscados, inicialmente, por muitos grupos de pesquisa como alternativa de sobrevivência à escassez de recursos, que acabam por predominar em áreas como engenharia, geologia e outras, com destaque para aquelas ligadas às atividades de prospecção e produção de petróleo e gás.

As fontes privadas de financiamento são limitadas em si, pois serão sempre insuficientes para o custeio do sistema, não sustentarão atividades de pesquisa pura, não virão para áreas de produção de conhecimento não ligadas diretamente à produção e têm duração limitada no horizonte de tempo. A predominância dessa fonte de recursos cria e alimenta a falácia de que esta é uma saída para a falta de verbas, atrela o trabalho às demandas diretas das empresas – muitas vezes centradas na necessidade de resolução de problemas imediatos –, desvinculando, assim, na prática, o trabalho acadêmico da produção do conhecimento, além de criar grandes distorções e desigualdades em meio à comunidade universitária. Esta alternativa não atenderá os interesses da maioria da sociedade, não se centrará em desafios tecnológicos de vulto, capazes de mudar, para melhor, os rumos do desenvolvimento predominantes no país, gerador de enorme desigualdade social e brutal concentração de renda do país.

Nesse aspecto, os poucos casos de sucesso de desenvolvimento significativo de tecnologia no Brasil, como nos exemplos do domínio do ciclo do urânio, da capacitação para o projeto e a fabricação de aeronaves, na produção de vacinas e na produção de petróleo em águas profundas, na agricultura e em mais alguns casos, foram gerados por programas estatais de caráter estratégico e conduzidos por empresas públicas.

Está clara, assim, a necessidade de criarem-se programas públicos de Ciência e Tecnologia que priorizem a resolução das necessidades da maioria da sociedade, da classe trabalhadora, e garantam a manutenção e o desenvolvimento de todas as áreas do conhecimento, independentemente de sua “aplicabilidade prática”.

TR - 84

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera que:

1. O GTC&T deverá desenvolver uma análise do quadro atual do Brasil em C&T, focalizando os aspectos do financiamento e dos objetivos gerais do sistema;
2. O Andes-SN deverá tomar a iniciativa de criar, em conjunto com outras entidades e movimentos sociais, as condições organizacionais para a formulação de um Plano Nacional de Ciência e Tecnologia desvinculado das demandas do capital e voltado para os interesses da classe trabalhadora, a ser discutido com o conjunto da sociedade e apresentado, ao fim do processo, como projeto de Lei.

TEMA 6 – PLANO DE LUTAS - SETORES

TEXTO 50

*Contribuição dos professores Luis Allan Künzle e Astrid Baecker Avila – sindicalizados da APUFPR Seção Sindical**

Acréscimo de nota de rodapé

“COMISSÃO DE RELAÇÕES INTERPESSOAIS DE TRABALHO”: POSSIBILIDADES PARA O COMBATE À VIOLÊNCIA MORAL A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA APUFPR-SSIND.

Na página 140 do Caderno de Textos, texto N° 50, deixamos de incluir a seguinte nota de rodapé:

*1. Autoria do texto compartilhada com Fernanda Zanin, psicóloga da Assessoria Psicológica da APUFPR-SSind., tendo por base textos produzidos também por Joana Freitas, psicóloga da Assessoria Psicológica da APUFPR-SSind. e pelo Fórum de Saúde do Trabalhador da UFPR.

TEXTO 85

Contribuição dos professores Guilherme Varela, Irani Júnior e Jarbas Souza – Sindicalizados da ADUFEPE Seção Sindical

AUMENTO DO VALOR DO BENEFÍCIO PRE-CAPITA SAÚDE SUPLEMENTAR

TEXTO DE APOIO

O auxílio Saúde Suplementar pago pelo governo federal aos servidores públicos tem como base legal a lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

“Em seu CAPÍTULO III sobre o título “DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE” define no Art. 230 a forma de assistência à saúde dos servidores federais, no seguinte teor “A assistência à saúde do servidor, ativo ou inativo, e de sua família compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, terá como diretriz básica o implemento de ações preventivas voltadas para a promoção da saúde e será prestada pelo Sistema Único de Saúde - SUS, diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou mediante convênio ou contrato, *ou ainda na forma de auxílio, mediante ressarcimento parcial do valor despendido pelo servidor, ativo ou inativo, e seus dependentes ou pensionistas com planos ou seguros privados de assistência à saúde, na forma estabelecida em regulamento.*” Grifo nosso.

O Decreto N° 4.978 de 3 de Fevereiro de 2004, regulamenta o art. 230 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a assistência à saúde do servidor, e dá outras providências e este em seu Art. 1º define que “A assistência à saúde do servidor ativo ou inativo e de sua família, de responsabilidade do Poder Executivo da União, de suas autarquias e fundações, será prestada mediante:

I - convênios com entidades fechadas de autogestão, sem fins lucrativos, assegurando-se a gestão participativa; ou

II - contratos, respeitado o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º que “O custeio da assistência à saúde do servidor de que trata o caput deste artigo *é de responsabilidade da União*, de suas autarquias e fundações e de seus servidores.”

Cabendo ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão supervisionar os convênios celebrados na forma do art. 1º e expedir as normas complementares à execução deste Decreto.

Assim a portaria conjunta Nº 1 de 29 de Dezembro de 2009, da Secretária de Recursos Humanos, substituta e a Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, estabelece os valores da participação da União no custeio da assistência à saúde suplementar do servidor e demais beneficiários de que trata a Portaria Normativa SRH Nº 3, de 30 de julho de 2009 e as tabela com os percentuais dos valores a serem pagos aos servidores em função da idade e do salário do servidor. Assim é com base nesses dados que o governo calcula o valor do benefício para os servidores da ativa, aposentados e pensionistas. Devido aos aumentos sucessivos ocorrido nos últimos anos, nos valores pagos pelos servidores aos planos ou seguros privados de assistência à saúde, a contrapartida do governo federal, tornou-se insignificante, o que força o servidor comprometer a cada ano uma parcela maior do seu salário para assegurar um atendimento melhor de saúde, que por lei cabe ao Governo Federal, conforme explicito na própria lei.

Verifica-se também que segundo o § 5º do Art. 230 da Lei Nº 8.112 de 11 de Dezembro de 1990, “*o valor do ressarcimento fica limitado ao total despendido peio servidor ou pensionista civil com plano ou seguro privado de assistência à saúde*” não existindo, portanto impedimento legal para um eventual aumento da participação do governo, até o limite estabelecido em lei.

Com base nos aspectos legais e em resposta as demandas dos docentes, principalmente dos **Docentes Aposentados da Universidade Federal de Pernambuco** e demais universidades federais brasileiras, estamos propomos ao Congresso Nacional do ANDES-SN a aprovação da TR abaixo descrita.

TR - 85

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

AUMENTO DO VALOR DO BENEFICIO PRE-CAPITA SAÚDE SUPLEMENTAR

1. O Congresso Nacional do ANDES-SN aprova a incorporação ao plano de lutas, o **aumento do valor do benefício “Per capita Saúde Suplementar”**, assumindo também o papel central na articulação com os demais sindicatos nacionais e associação de servidores públicos federais visando abertura de negociação com governo federal para o aumento do valor do referido benefício.
2. Proposta de aumento deve ser elaborada pela assessoria jurídica do ANDES-SN e demais sindicatos nacionais, sobre o valor da nova tabela constante da Portaria Nº 625, de 21 de Dezembro de 2012.
3. Como sugestão, propomos que os encargos com pagamento de Planos de Saúde, para os servidores nas maiores faixas, etária e de remuneração, sejam divididos na proporção de **60% para o servidor** e pelo menos **40% para o Governo Federal, autarquias e Fundações**. Estes percentuais são extremamente pertinentes considerando-se que “**A assistência à saúde do servidor ativo ou inativo e de sua família, é de responsabilidade do Poder Executivo da União, de suas autarquias e fundações**” como explicitado na lei cima citada.

SOBRE A FEDERALIZAÇÃO DE IES

TEXTO DE APOIO

Nosso objetivo aqui é trazer à discussão outros pontos envolvidos na proposta da TR – 45, submetida pela Assembleia da Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC, no tocante a que o ANDES-SN “1. Envide esforços no apoio à luta pela federalização da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB)”

A política de expansão do ensino superior federal envolvendo a federalização (a transformação de IES privadas ou públicas municipais e estaduais em IFES) ocorreu nos anos 1950-1960 resultando que cerca de duas dezenas das atuais IFES se originaram nesse processo. A partir dos anos 1970, novas Universidades Federais foram criadas a partir de faculdades federais isoladas ou instituídas sem nenhum vínculo com IES já existente.

É justa a luta de qualquer segmento da população brasileira, como essa específica envolvendo a FURB, para o acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, objetivo que, desde sempre, se encontra na pauta de lutas do ANDES-SN. Entretanto, ao nosso conhecimento, isto não levou o ANDES-SN em seu passado a adotar uma política de apoio a movimentos específicos no âmbito da expansão do ensino superior público. A luta sempre foi por fazer valer o princípio mais geral.

No âmbito dessa luta, o ANDES-SN não tem posição sobre as estratégias de expansão do ensino superior público no tocante à sua forma institucional (criação de novas IES, novos campi de IES existentes, federalização), que nos parece estar mais no campo de competência das ações governamentais e da autonomia universitária.

Também, o apoio a um determinado movimento deve ser analisado não somente quanto aos impactos mais gerais, mas também quanto aos que incidem sobre a classe trabalhadora; no caso os servidores docentes e técnicos administrativos da FURB.

Caso ocorresse a federalização da FURB, mediante os devidos instrumentos legais a nova IFES poderia assumir os estudantes e a infraestrutura física, mas não os servidores docentes e técnicos administrativos, pois o inciso II do art. 37 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) é claro no estabelecimento do concurso público como única forma de ingresso no serviço público. Não existe a figura da realocação de servidores entre os entes federados.

Os docentes e servidores técnico administrativos da atual FURB que não fossem aprovados nos concursos públicos que seriam abertos na nova IFES ficariam no limbo. Com a transformação da FURB em IFES os respectivos cargos municipais seriam extintos, e, portanto, os servidores com estabilidade ficariam a disposição do Município de Blumenau com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo (§ 3º do art. 41 da CF/88), o que, certamente, criaria um problema social muito sério. Também fica a questão se o município teria condições econômicas de assumir esse impacto em sua folha de pagamentos, sem trazer prejuízos para outras áreas de atuação.

Quanto à sugestão de uma possível cessão mediante convênio dos servidores municipais à nova IFES, é bom lembrar que experiências de expansão nas IFES com a utilização de pessoal cedido por governos estaduais ou municipais, em substituição a servidores federais, deram margem a situações de precarização do trabalho docente e à instabilidade no funcionamento institucional, com prejuízos à qualidade do ensino.

Com essas considerações, propomos a não aprovação do item 1 da TR – 45 e a modificação do seu item 2 para torna-lo mais geral nos termos desta TR.

TR – 86

O 32º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN:

1. Aprofunde o debate sobre a expansão do ensino superior nas várias instâncias do sindicato, incluindo a discussão sobre movimentos populares que lutam pela federalização de IES.

TEXTO 87

Contribuição dos professores Alexandre Aguiar dos Santos (ADUFG), Fernando Lacerda (ADUFG), Lucinéia Scremin Martins (ADUFG), Luís Augusto Vieira (ADUFG), Erlando da Silva Reses (ADUNB), Liliane Maria Macedo Machado (ADUNB), Luiz Carlos Galetti (ADUFMAT) e Ricardo T. Neder (ADUNB)

A LUTA POLÍTICA DA CLASSE TRABALHADORA CONTRA O NOVO SINDICALISMO DE ESTADO – O TRABALHO DE BASE DO ANDES-SN NAS IFES COM ORGANIZAÇÃO SINDICAL QUE COMBATE O PRÓPRIO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O ANDES-SN vem enfrentando, no campo político, todas as consequências do recrudescimento do novo sindicalismo de Estado no Brasil, em particular, após a ascensão do PT ao poder central. Desde o impedimento judicial de o ANDES-SN atuar nas Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES), passando pela criação governamental do seu braço sindical, o PROIFES, a cassação do registro sindical pelo próprio governo, a constituição de sindicatos locais a partir de seções sindicais, entre outras medidas, explicitam o aprofundamento do novo sindicalismo de Estado no âmbito do movimento docente e a crescente intervenção governamental no movimento docente (e social).

O sindicalismo de Estado está fundamentado na tutela do Estado (e dos governos) sobre a estrutura sindical e se cristaliza pela unicidade sindical, imposto sindical, a concessão do registro sindical pelo governo, leis anti greve e anti organização sindical, entre outros. É evidente que muitos outros elementos podem ser agregados a estes: a burocratização sindical, a estruturação hierárquica da organização sindical, o impedimento da participação da base na organização sindical, etc..

Por outro lado, a história do ANDES-SN caminha e caminhou na defesa da autonomia e da liberdade sindical – sem deixar de exigir do Estado as garantias de atuação e organização dos trabalhadores de forma autônoma e independente de patrões e do governo. Porém, a constituição de sindicatos locais nas universidades federais e o impedimento de atuação do ANDES-SN nas universidades privadas, fundamentado na existência de outras representações sindicais homologadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, constitui um poderoso mecanismo de favorecimento da mercantilização da educação superior no Brasil.

Quanto às universidades privadas, o setor do ANDES-SN das IPES tem enfrentado muitos impedimentos próprios à estrutura do sindicalismo de Estado, em que o poder judiciário é permanentemente acionado para impor e limitar a atuação do movimento docente nacional a apenas as instituições públicas. Assim a luta pela organização do ANDES-SN nas universidades privadas deve ser considerada uma frente importante de organização sindical, pois amplia a luta

política por uma universidade voltada para atender as necessidades populares e, ao mesmo tempo, combate o avanço do capital na mercantilização da educação superior.

No âmbito das universidades federais, estaduais e municipais, a constituição de sindicatos locais tem como horizonte, além do enfrentamento político do ANDES-Sindicato Nacional, a consolidação de condições políticas e estruturais para a privatização da universidade pública no Brasil. Nele se fortalece a consciência de que as alternativas do movimento docente estão restritas à luta de interesses imediatos da estrutura institucional. Estes sindicatos, mais parecidos com associações recreativas, fortalecem a consciência de subordinação do trabalhador à dinâmica da reprodução do capital, constituindo um processo de domesticação do docente às condições de trabalho e de produção universitária dinamizada pelo mercado.

O enfrentamento à estrutura sindical de Estado no âmbito do ANDES-SN teve no ano de 2012 uma série de consequências políticas positivas para o conjunto do movimento docente. A luta grevista nas universidades federais e estaduais do ano passado mostrou o fortalecimento do trabalho de base do ANDES-SN e também a revolta dos professores naqueles braços sindicais que hoje combatem a história do Sindicato Nacional, tentando transformar o movimento docente nacional em mera correia de transmissão do governo e de interesses associativos.

Apesar de as direções de algumas ADs estarem tentando incessantemente combater o ANDES-SN, boa parte de suas bases decidiram lutar e participar do movimento paredista, assim como compor o CNG/ANDES-SN. Isso mostra como aquelas direções, orientadas por interesses individualistas, estão na contramão da história e há sinais de um vigoroso movimento docente. A abertura do CNG/ANDES-SN para que esses setores do movimento docente que enfrentam cotidianamente tais direções reacionárias jogou um papel fundamental para mostrar, na prática, qual é o verdadeiro interesse destas.

No entanto, a greve é um período extraordinário e a luta contra a concepção (anti)sindical dos setores ligados, por exemplo, ao PROIFES e sua atuação antidemocrática nefasta, deve ser desenvolvida cotidianamente, para além da ação paredista. Porém, durante o dia a dia da luta, professores nas ADs a serviço do sindicalismo de Estado acabam ficando desamparados, não possuem estrutura de luta, não podem imprimir simples comunicados e informativos, não recebem as publicações e as malas diretas do Sindicato Nacional, não possuem secretaria, estrutura física e financeira, etc. A falta de apoio acaba alijando os professores das lutas e das concepções defendidas pelo ANDES-SN e, principalmente, dos seus espaços mais importantes de debate, de deliberação e de construção coletiva, como reuniões, seminários, CONADs e Congressos.

Por outro lado, nas ADs a serviço do sindicalismo de Estado, são comuns ações antidemocráticas e o desrespeito cotidiano à história do ANDES-SN, às deliberações das suas instâncias e aos seus espaços de debate e de construção de política, assim como o descumprimento reiterado do seu Estatuto (realizam plebiscitos eletrônicos, utilizam procurações nas deliberações, não fazem repasses financeiros ao Sindicato Nacional e à Central Sindical, não divulgam os informativos e publicações, cerceiam a comunicação das oposições com a base, deixam de convocar Assembleias Gerais para eleger delegados para CONADs e Congressos, não financiam delegados para as reuniões de GTs e encontros setoriais, etc.). No entanto, nessas mesmas ADs, há diversos docentes que lutam para que exista uma retomada da construção do ANDES-SN no local.

Desse modo, com o recrudescimento do sindicalismo de Estado na base do ANDES-SN, é necessário que o ANDES-SN passe a desenvolver novos mecanismos que possibilitem a participação de docentes que fazem parte das ADs que, hoje, em conjunto com reitorias e governos, combatem frontalmente o ANDES-SN. Caso contrário, o movimento docente combativo nesses espaços só terá contato com as concepções, as lutas e os desafios do ANDES-SN em períodos extraordinários, como de greve. Enquanto isso, a atuação de setores que combatem o nosso Sindicato Nacional se fortalece cotidianamente, valendo-se de toda estrutura da AD, geralmente construída com o suor e empenhos de valorosos companheiros do ANDES-SN.

Desta forma, propomos a abertura de debates para que o ANDES-SN desenvolva uma política que amplie seus espaços de deliberação, de debate e de comunicação, elaborando alternativas de participação para aqueles docentes filiados ao ANDES-SN em ADs dirigidas por setores que deliberadamente e intencionalmente desrespeitam o Estatuto do ANDES-SN e tentam combater a existência de um Sindicato Nacional do movimento docente.

TR - 87

O 32º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Realizar um encontro temático, antes do próximo CONAD, que debaterá a tarefa de construção do ANDES-SN:

1.1) Sugestão de título: “A luta do ANDES-SN contra o novo sindicalismo de Estado que atua na sua base: Trabalho de base e fortalecimento do Sindicato Nacional”

1.2) O ANDES-SN garantirá a participação e o custeio de despesas de representantes de ADs que desrespeitam o Estatuto e as deliberações do ANDES-SN e se negarem a enviar representantes ao encontro.

2. Debater mecanismos e possíveis alterações do Estatuto de forma a garantir que:

2.1) todos os informes e publicações do Sindicato Nacional sejam repassados por e-mails e distribuídos nos escaninhos dos docentes sindicalizados ao ANDES-SN;

2.2) seja garantida a efetiva participação, incluindo custeio de despesas, dos sindicalizados ao ANDES-SN nos espaços de debate e de deliberação do Sindicato Nacional, como CONADs e Congressos, em particular, dos sindicalizados nas ADs que combatem o Sindicato Nacional e desrespeitam o Estatuto e as deliberações do ANDES-SN;

2.3) seja garantido o repasse correto das ADs ao Sindicato Nacional de 0,2% dos rendimentos de todos os sindicalizados do ANDES-SN.

TEXTO 88

Contribuição do Prof. Edison Oyama – Sindicalizado da SESDUFFRR.

BREVE BALANÇO SOBRE O PL 4.368/2012: A FARSA DA NEGOCIAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

TEXTO DE APOIO

É incontestável que, de um lado, a greve no setor das IFES de 2012 trouxe ganhos políticos importantes, no sentido do fortalecimento do ANDES-SN, da maior participação e da sindicalização da categoria, de tornar públicos os problemas e parte das mazelas vividas pela Educação Superior no Brasil.

Por outro lado, os resultados relativos à pauta de reivindicações da categoria (recuperação salarial, carreira docente e melhoria das condições de trabalho) não deixam de ser pífios.

A avaliação é que esses ganhos pífios, em parte, resultam dos desdobramentos ocorridos a partir do acordo firmado entre governo e Proifes. Na forma de um projeto de lei, o acordo foi enviado em agosto ao Congresso Nacional e depois de aproximadamente três meses tramitando, foi transformado na Lei 12.772/2012, praticamente *sem modificações*.

Frise-se que a celebração do acordo governo-Proifes e o envio do PL 4.368/2012 ensejaram o fim da greve e a “mudança de estratégia” da categoria, que a partir de então direcionaria boa parte de seus esforços (organizativos, de pressão, convencimento, ida aos meios de comunicação, etc.) ao que ocorria no âmbito do Legislativo, de modo que a “[...] luta passou a ser travada no Congresso Nacional.”¹¹

Assim, foram feitos estudos detalhados do projeto de lei, encaminhadas propostas de alteração, marcadas audiências com assessores e parlamentares, reuniões com Comissões, etc. Nos estados também houve ampla mobilização: deputados e senadores foram contatados, conversou-se e em alguns casos até obteve-se apoio à causa dos professores.

Muito foi feito e o resultado foi nulo.

No apagar das luzes de 2012 o então PL 4.368/2012 foi decretado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidente da República na forma da Lei 12.772/2012.

Com relação à greve, o *modus operandi* está absolutamente claro: nos casos em que a negociação chega a ocorrer, o interlocutor privilegiado do governo é o Proifes, o resultado da negociação é posto na forma de projeto de lei e sua aprovação ocorre conforme a conveniência e o interesse do governo. Prova disso é que tal expediente já foi empregado em 2007.

Nesse sentido, para fazer frente ao movimento grevista, à capacidade de mobilização e de combate, o objetivo do governo é desmobilizar e enfraquecer a categoria, desviando o foco da atenção e dos esforços para o Legislativo.

Ao fim e ao cabo, e mesmo correndo o risco da simplificação, tudo ocorre de forma bem montada e planejada. Jogos de cena e um jogral¹² bem ensaiado: a negociação foi uma farsa.

Quantas vezes mais e até quando a categoria docente vai se deixar levar por este tipo de farsa?

¹¹ InformANDES. **Retrospectiva 2012**. Brasília, DF: ANDES, dez.2012, p.12.

¹² LEHER, Roberto. O governo Dilma, a greve nacional dos docentes e a Universidade de serviços. Disponível em: <http://www.adusp.org.br/index.php/254-movimento-docente/universidades-federais/greve/1420-o-governo-dilma-a-greve-nacional-dos-docentes-e-a-universidade-de-servicos>. Acesso em: 09 fev.2013.